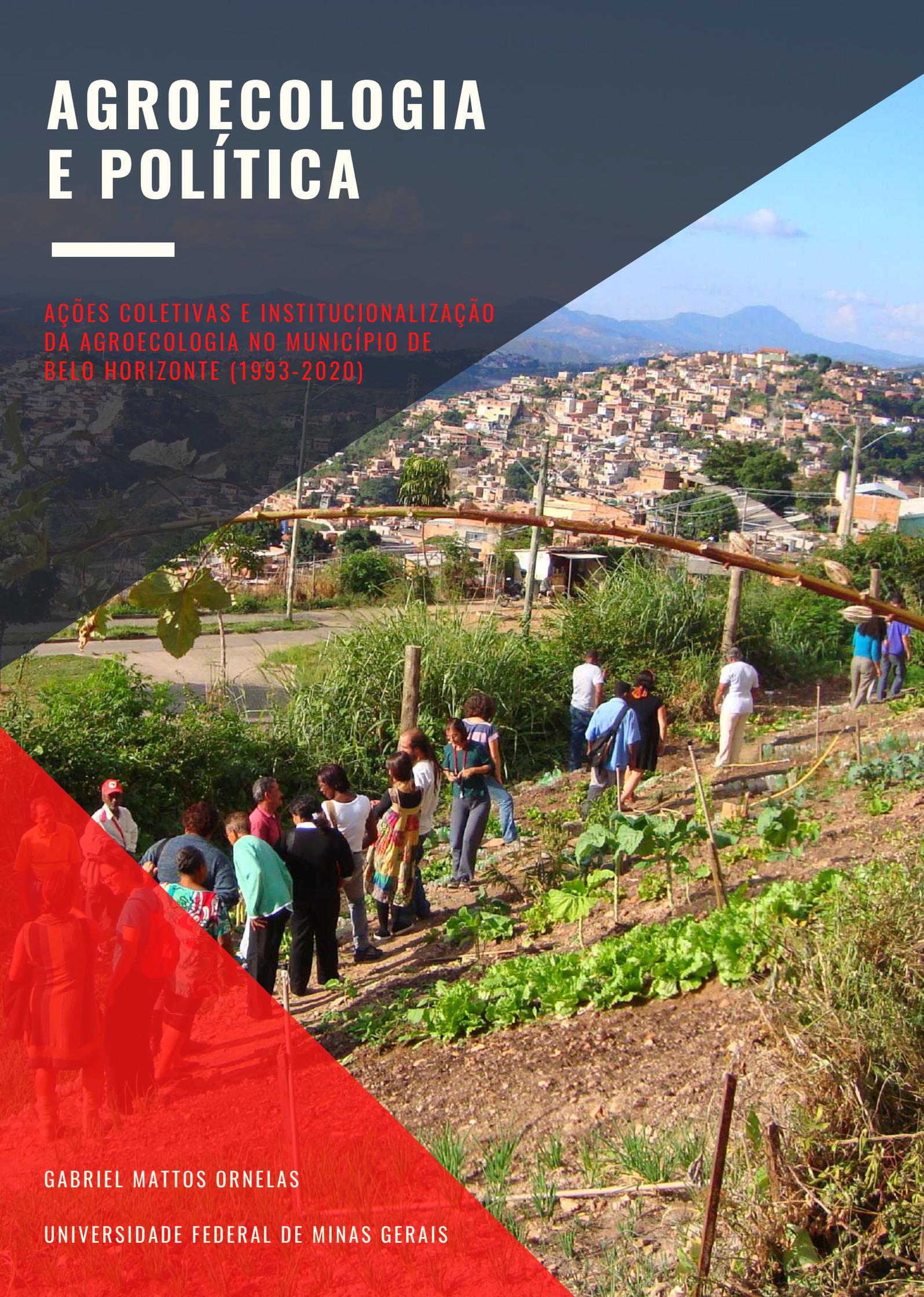


AGROECOLOGIA E POLÍTICA

AÇÕES COLETIVAS E INSTITUCIONALIZAÇÃO
DA AGROECOLOGIA NO MUNICÍPIO DE
BELO HORIZONTE (1993-2020)

GABRIEL MATTOS ORNELAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Gabriel Mattos Ornelas

**AGROECOLOGIA E POLÍTICA:
ações coletivas e institucionalização da agroecologia no
município de Belo Horizonte (1993-2020)**

Belo Horizonte
2021

Gabriel Mattos Ornelas

**AGROECOLOGIA E POLÍTICA:
ações coletivas e institucionalização da agroecologia no
município de Belo Horizonte (1993-2020)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política na linha de pesquisa sobre Participação, Movimentos Sociais e Inovações Democráticas.

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Feres Faria

Belo Horizonte

2021

320 Ornelas, Gabriel Mattos.
O74a Agroecologia e política [manuscrito] : ações coletivas e
2021 institucionalização da agroecologia no município de Belo
Horizonte (1993-2020) / Gabriel Mattos Ornelas. - 2021.
166 f.
Orientadora: Cláudia Feres Faria.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia.

1. Ciência política – Teses. 2. Ecologia agrícola - Teses.
3. Movimentos sociais – Teses. I. Faria, Cláudia Feres.
II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

ATA 06ª/2021 DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO GABRIEL MATTOS ORNELAS

Realizou-se, no dia 29 de março de 2021, às 14:00 horas, a defesa da dissertação, intitulada “AGROECOLOGIA E POLÍTICA: ações coletivas e institucionalização da agroecologia no município de Belo Horizonte (1993-2020)”, elaborada e apresentada por GABRIEL MATTOS ORNELAS, número de registro 2019666590, graduado no curso de GESTÃO PÚBLICA/NOTURNO. A dissertação é requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em CIÊNCIA POLÍTICA e foi submetida e analisada pela seguinte Comissão Examinadora: Profa. Claudia Feres Faria - Orientadora (DCP/UFMG), Profa. Heloisa Soares de Moura Costa (IGC/UFMG), Prof. Eduardo Moreira da Silva (DCP/UFMG). A Comissão considerou a dissertação aprovada. Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada eletronicamente pelos membros da Comissão. Belo Horizonte, 29 de março de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Heloisa Soares de Moura Costa, Professora do Magistério Superior**, em 29/03/2021, às 16:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Feres Faria, Membro**, em 29/03/2021, às 16:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Moreira da Silva, Coordenador(a) de curso**, em 30/03/2021, às 16:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0647788** e o código CRC **15AEDBAF**.

À todas as pessoas que acreditam na construção coletiva da agroecologia urbana para promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional, da justiça socioambiental e do bem viver nas cidades.

Agradecimentos

“Eu sou resultado daqueles que vieram antes de mim”
(Aforismos de Èsè Odù)

A trajetória vivida no mestrado foi marcada por muitos desafios, aprendizados e conquistas. Os dois anos de formação e pesquisa foram bastante intensos e repletos de emoções, principalmente por ocorrer em um contexto de retrocessos políticos, entre eles, o desinvestimento na ciência brasileira, e de crise sanitária/pandemia que nos obrigaram a criar novas relações e a ter muita resiliência e resistência. Por isso, meus agradecimentos serão direcionados para as pessoas que me possibilitaram chegar até o mestrado e a passar por esse momento com muito apoio e afeto.

Primeiramente, é importante dizer que a educação pública faz parte de mim. O impacto e a transformação da educação na minha vida são imensuráveis. Cheguei até o mestrado por causa de muitas lutas que me antecederam e de diversas políticas públicas e oportunidades. Sou eternamente grato por todas as pessoas que lutaram pela educação pública, universal e gratuita, com o objetivo de construir uma sociedade mais justa. Ciência, conhecimentos e saberes para fortalecer a democracia e os direitos humanos, sociais e ambientais. Política social não é gasto, é investimento. Educação é para emancipação!

Agradeço à minha mãe, Elenir, por seu exemplo de luta e por afirmar a alegria no cotidiano. Ao meu pai, Geraldo, pelo incentivo à leitura desde criança e ao cultivo da agricultura urbana. Às minhas irmãs, Bida, Nenela e Dio, por toda amizade e apoio que fortalecem a caminhada da vida. Ao meu bem, Igor, pelo amor genuíno e por me fazer acreditar de mãos dadas que era possível vencer todos os desafios da pós-graduação. À Tiêta, minha gata, pela companhia e afeto no dia a dia. E à minha família no sentido mais amplo, minha família de amigas e amigos que me preenchem de amor e esperança, em especial, Lina, Marina, Rafa, Carol e Ana que me acompanharam e me ajudaram mais de perto nessa trajetória intensa vivida durante o mestrado.

Quero agradecer a todas as pessoas do grupo AUÊ! pelo incentivo e pelas trocas que me fazem acreditar e construir metodologias e outras possibilidades de fazer pesquisa, ensino e extensão. Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFMG pela formação de

excelência e à minha orientadora, Cláudia, pelo acolhimento e confiança, pela leitura minuciosa e por todos os aprendizados e contribuições. À Carla pela amizade e companhia fortalecedora e por tornar mais leve essa caminhada. À equipe do INCT/PRODEP pelas oportunidades e aprendizados. À CAPES PROEX pelo suporte e financiamento da pesquisa. À todas as pessoas que fazem parte dos grupos Divergentes e Periféricas pelo acolhimento e por reforçarem a importância de ampliar a construção do conhecimento a partir das perspectivas feministas, antirracistas e anticoloniais. À Heloisa, Dani e Victor pelo incentivo e apoio na produção científica. À Melissa e Bruno por todo apoio na pesquisa e pela parceria nos trabalhos sobre ativismo alimentar. A Escola Livre de Artes - Arena da Cultura pela dança que trazia vitalidade e criatividade no primeiro ano do mestrado. Aos encontros na FaE-UFGM que regaram com esperança e diversidade o fazer acadêmico-científico. À ABA e ao Grupo de Trabalho de Juventudes pela construção coletiva e anúncio de outras possibilidades de fazer ciência com inclusão e valorização dos saberes e das práticas populares. E à toda equipe da SUSAN/PBH, especialmente às pessoas vinculadas à DFAB que convivi mais ativamente, pelo compromisso com o interesse público e com as ações de fortalecimento da agroecologia em Belo Horizonte e por toda transparência, confiança, aprendizados e oportunidades. Por fim, agradeço a todas as pessoas que fazem parte das redes de agroecologia e agricultura urbana de Belo Horizonte pelas trocas de saberes e práticas e pelos diversos diálogos enriquecedores, principalmente os debates sobre a construção de políticas públicas de agroecologia para a promoção da justiça socioambiental, da solidariedade e do cuidado com a vida nas cidades.

“Os sistemas de produção de policultivos locais e ecológicos são capazes de prover alimento à população sem empobrecer o solo, poluir a água e danificar a biodiversidade. A riqueza da biodiversidade são as matas, os cultivos, os alimentos que consumimos, a microbiota intestinal, um fio condutor que comunica o planeta e suas diferentes espécies, também os seres humanos, por meio da saúde, não da doença. Um pequeno vírus pode nos ajudar a dar um grande passo à frente para fundar uma nova civilização planetária ecologista, baseada na harmonia com a natureza. Ou, então, podemos continuar vivendo a fantasia do domínio sobre o planeta e continuar avançando até a próxima pandemia. E, por último, até a extinção. A terra seguirá, conosco ou sem nós”

(Vandana Shiva, 2020)

Resumo

A intersecção entre a agroecologia, o espaço urbano e a política é a temática central deste trabalho, mais precisamente a compreensão sobre as redes de agricultura urbana agroecológica da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e a trajetória de institucionalização da agroecologia na Prefeitura de Belo Horizonte de 1993 a 2020. A pergunta que orienta o estudo descritivo e exploratório é: quais são os encaixes institucionais resultantes dos repertórios de interação entre as redes de agroecologia e a Prefeitura de Belo Horizonte? Para tanto, foi realizada uma revisão da literatura sobre os movimentos sociais e algumas ferramentas analíticas dos estudos contemporâneos sobre a interação Estado-sociedade, conectando-os com as pesquisas sobre a institucionalização da agroecologia no Brasil e as pautas emergentes no ambientalismo latino-americano. A metodologia desta pesquisa estruturou-se a partir da análise da bibliografia pertinente às temáticas abordadas e de documentos e arquivos oficiais; observações participantes em reuniões e fóruns; e entrevistas semiestruturadas com os atores-chave relacionados com política. No total, foram identificados 26 encaixes institucionais que incorporaram e promoveram a temática da agroecologia na política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN): programas, projetos, equipamentos públicos, deliberações normativas, espaços de participação, planos, leis, decretos, órgãos, cursos, protocolos e instrumentos de políticas públicas. Conclui-se que: (1) os atores das redes de agroecologia atuaram tanto no interior como fora da Prefeitura de Belo Horizonte, mobilizando diversos repertórios de ação para ampliar sua influência nas políticas públicas e promover encaixes institucionais que incorporaram a temática da agroecologia na política SAN; (2) os contextos políticos favoráveis em que atuaram alguns governos, as articulações internacionais e os impactos das políticas federais e estaduais possibilitaram construir e ampliar os repertórios de interações das redes com o poder local, configurando diferentes tipos de ações públicas de agricultura urbana em Belo Horizonte - “estatal” (1993 a 2001), “societal” (2002 a 2016) e “colaborativa” (2017 a 2020). Por fim, a abordagem teórica e metodológica escolhida nesta pesquisa permitiu elaborar uma proposta para interpretação da dimensão política da agroecologia, compreendendo o conceito de agroecologia política em três categorias: (1) política do cotidiano; (2) ação coletiva; (3) institucionalização.

Palavras-chave: Ações Coletivas; Redes de Movimentos Sociais; Agroecologia Urbana; Institucionalização; Ações Públicas.

Abstract

The intersection between agroecology, urban space and politics is the central theme of this thesis, specifically the understanding about the agroecological urban agriculture networks of the Belo Horizonte Metropolitan Region (RMBH) and the agroecology institutionalization trajectory in the Belo Horizonte City Hall from 1993 to 2020. The question which guides this descriptive and exploratory study is: What are the institutional fit resulting from the interaction repertoires between the agroecology networks and the Belo Horizonte City Hall? In order to answer this question, it was made a review of the literature about social movements and some analytical tools from contemporary studies about the State-society interaction, connecting with research on the institutionalization of agroecology in Brazil and the emerging guidelines in latin american environmentalism. The research structuring methods were bibliography analysis, documents and official archives, observations made in meetings and forums, and semi-structured interviews with key policy-related actors. In total, it was possible to identify 26 institutional fit, witch incorporate and promote the agroecology theme in the Food and Nutrition Security (FNS) policy: programs, projects, public equipment, normative deliberations, spaces for participation, plans, laws, decrees, public agency, courses, protocols and instruments. The conclusion is (1) the agroecology networks actor acted both inside and outside the Belo Horizonte City Hall, everal repertoires of action in order to expand their influence on public policies and promote institutional fit that incorporated the agroecology theme in FNS policy; (2) the favorable political contexts in which some governments acted, the international articulations and the impacts of federal and state policies made possible to build and expand the repertoires of network interactions with the local government, configuring different types of public actions of urban agriculture in Belo Horizonte - "state" (1993 to 2001), "societal" (2002 to 2016) and "collaborative" (2017 to 2020). Finally, the theoretical and methodological approach chosen in this research allowed to elaborate a proposal for the interpretation of the agroecology political dimension and understand the concept of political agroecology in three categories: (1) everyday politics; (2) collective action; (3) institutionalization.

Key-Words: Collective Action; Social Movement Networks; Urban Agroecology; Institutionalization; Public Action.

Listas de Ilustrações

Imagem da Capa - Horta Comunitária da Vila Santana do Cafezal. Fonte: Acervo AMAU.

Figura 01 - Dimensões que interagem com a Agroecologia	62
Figura 02 - Os Dispositivos da Ação Pública	66
Figura 03 - Placas com as cores da cultura Rastafari na horta agroflorestal e no banheiro seco do coletivo Roots Ativa	106
Figura 04 - Hortas mandalas do Quintal do Sô Antônio e faixa com dizeres “Se tem racismo não é agroecologia”	108
Figura 05 - Distribuição das ações e equipamentos públicos da SUSAN/PBH em Belo Horizonte	114
Figura 06 - Escadão Agroecológico e cortejo de Maracatu na quarta-feira de carnaval	117
Figura 07 - Ciclo expedição no Parque do Brejinho, placa com dizeres “Sem feminismo não tem agroecologia” e roda de conversa para contar a história do coletivo TABOA e iniciar o mutirão agroecológico	118

Lista de Quadros

Quadro 01 - Tipos de Movimentos Sociais	38
Quadro 02 - Tipos Analíticos de Ação Autônoma de Movimentos em Relação ao Estado	43
Quadro 03 - Abordagem Teórica e Metodológica desta Pesquisa	51
Quadro 04 - Análise das Políticas de Promoção da Agroecologia Aplicadas no Nível Subnacional	68
Quadro 05 - Síntese dos Múltiplos Impactos da Agricultura Urbana	73
Quadro 06 - Ações Públicas e Aspectos da Institucionalização da Agricultura Urbana	79
Quadro 07 - Encaixes Institucionais Resultantes dos Repertórios de Interação entre as Redes de Agroecologia e a Prefeitura de Belo Horizonte (1993 a 2020)	127
Quadro 08 - Categorias Analíticas e Operacionalização do Conceito de Agroecologia Política	135

Lista de abreviaturas e siglas

- ABA:** Associação Brasileira de Agroecologia
- ABRASCO:** Associação Brasileira de Saúde Coletiva
- AGUILA:** Red Latinoamericana de Investigaciones en Agricultura Urbana
- AMA:** Articulação Mineira de Agroecologia
- AMAU:** Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana
- ANA:** Articulação Nacional de Agroecologia
- ASA:** Articulação Semiárido Brasileiro
- AS-PTA:** Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
- ATER:** Assistência Técnica e Extensão Rural
- AU:** Agricultura Urbana
- AUÊ!:** Grupo de Estudos em Agricultura Urbana
- BH:** Belo Horizonte
- CAAUP:** Centro de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana
- CAFA:** Central de Abastecimento da Agricultura Familiar e Urbana
- CAUP-RMBH:** Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte
- CBA:** Congresso Brasileiro de Agroecologia
- CCF:** Programa Global Cidades Cultivando para o Futuro
- CEB:** Comunidades Eclesiais de Base
- CEFET:** Centro Federal de Educação Tecnológica
- CEMAR:** Centro Municipal de Agroecologia e Educação Ambiental para Resíduos Orgânicos
- CEPAGRO:** Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo
- CEVAE:** Centro de Vivência Agroecológica
- CLADES:** Consórcio Latino-Americano de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável
- CLACSO:** Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
- CM-AU:** Cadastro Municipal de Agricultura Urbana
- CNAU:** Coletivo Nacional de Agricultura Urbana
- CNPQ:** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- COMASA:** Conselho Municipal de Abastecimento
- CONSEA:** Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável
- CPT:** Comissão Pastoral da Terra

CRESAN: Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional

CSA: Comunidade que Sustenta a Agricultura

CTA: Centro de Tecnologia Alternativa

DFAB: Diretoria de Fomento à Agroecologia e Abastecimento

DHAA: Direito Humano à Alimentação Adequada

EBAAS: Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa

EMA: Encontro Mineiro de Agroecologia

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

ENA: Encontro Nacional de Agroecologia

ENAU: Encontro Nacional de Agricultura Urbana

EPAMIG: Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais

EOP: Estrutura de Oportunidades Políticas

ERÊ: Encontro Regional de Agroecologia

ERE: Estação de Reciclagem de Entulho

FAO: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

FASE: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FPMZB: Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica

FBSSAN: Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

FMSANS: Fórum Mineiro de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

GEFAU: Gerência de Fomento à Agroecologia, Agricultura Familiar e Agricultura Urbana

GTAU: Grupo de Trabalho da Agricultura Urbana

IGC-UFGM: Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais

LIFE: Local Initiative Facility for Urban Environment

LOSAN: Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

MAPA: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MATU: Movimento Agroecológico de Transformação Urbana

MCTI: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS: Ministério do Desenvolvimento Social

MEC: Ministério da Educação

MG: Minas Gerais

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MZ-RMBH: Macrozoneamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

NEA: Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica

ONGs: Organizações Não Governamentais

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar

PANC: Planta Alimentícia Não Colonial

PBH: Prefeitura de Belo Horizonte

PDDI-RMBH: Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte

PEAPO: Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica

PGU-ALC: Programa de Gestão Urbana para América Latina e Caribe

PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAPO: Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRONAF: Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimento Familiares Rurais

PSB: Partido Socialista Brasileiro

PSD: Partido Social Democrático

PT: Partido dos Trabalhadores

PTA: Projeto Tecnologias Alternativas

REDE: Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas

RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte

RUA: Rede Urbana de Agroecologia

RUAF: Resource Centres on Urban Agriculture and Food Security

SAN: Segurança Alimentar e Nutricional

SISAN: Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SISORG: Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica

SMAB: Secretaria Municipal de Abastecimento

SMASAC: Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania

SMASAN: Secretaria Municipal Adjunta de Segurança de Segurança Alimentar e Nutricional

SMMA: Secretaria Municipal de Meio Ambiente

SPG: Sistema Participativo de Garantia

SUSAN: Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional

SUPLAN: Subsecretaria de Planejamento Urbano

SMPU: Secretaria Municipal de Política Urbana

TABOA: Transformação Agroecológica do Brejinho e Outras Áreas

TCLE: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TMR: Teoria da Mobilização de Recursos

TNMS: Teoria dos Novos Movimentos Sociais

TPP: Teoria do Processo Político

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UP: Unidades Produtivas

Sumário

INTRODUÇÃO	17
A AGROECOLOGIA, O URBANO E A POLÍTICA	17
Interdisciplinaridade: um exercício de integração entre campos do conhecimento	19
A Trajetória da Pesquisa: nos quintais e nas políticas públicas	20
Desenho da Pesquisa: objetivos, expectativas e metodologia	21
CAPÍTULO 01	26
MOVIMENTOS SOCIAIS E INSTITUCIONALIZAÇÃO	26
1.1 - As Interpretações sobre os Movimentos Sociais: algumas teorias e definições	27
1.1.1 - As Mudanças Internas e Externas dos Movimentos Sociais	31
1.1.2 - A Participação Política: movimentos sociais, autonomia e construção de alternativas para as políticas públicas	40
1.2 - Os Estudos Contemporâneos dos Movimentos Sociais no Brasil: perspectiva relacional, regimes, subsistemas e repertórios de interação	44
1.2.1 - Institucionalização de Demandas: encaixes institucionais, institucionalização simbólica e domínio de agência	48
1.3 - Escolha Teórica e Metodológica da Pesquisa	50
CAPÍTULO 02	53
O MOVIMENTO AGROECOLÓGICO E A DIMENSÃO POLÍTICA DA AGROECOLOGIA	53
2.1 - Prática, Ciência e Movimento: histórico, definições e múltiplas dimensões da agroecologia	54
2.2 A Dimensão Política da Agroecologia: ecologia política e justiça ambiental	63
2.2.1 - O Enfoque da Ação Pública: o papel das redes de atores sociais e do Estado na construção institucional da agroecologia	65
2.2.2 - Uma Breve Revisão dos Avanços e Desafios da Institucionalização da Agroecologia no Âmbito Nacional	69
2.3 - A Agroecologia Urbana e a Política nas Cidades: a contribuição desta pesquisa	72
2.3.1 - Processo de Institucionalização da Agricultura Urbana: alguns avanços e desafios	76
CAPÍTULO 3	81
REDES DE AGRICULTURA URBANA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA EM BELO HORIZONTE	81
3.1 - (1993 a 2000) Das Práticas Populares aos Primeiros Encaixes Institucionais de Agroecologia	84
3.1.1 - A Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas	85
3.1.2 - Os Centros de Vivências Agroecológicas (CEVAES): primeiro marco da institucionalização da agroecologia em Belo Horizonte	87
3.2 - (2001 a 2011) Articulações Regionais e Internacionais e Legislações	93
3.2.1 - A Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana - AMAU	94

3.2.2 - O Programa Global Cidades Cultivando para o Futuro, o Projeto Da Semente à Mesa e o Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana da RMBH	95
3.2.3 - Legislações de Agricultura Urbana: estadual e municipal	98
3.2.4 - Algumas Experiências Comunitárias e Universitárias	99
3.3 - (2012 a 2020) Difusão das Ideias da Agroecologia e Novos Coletivos e Encaixes Institucionais	101
3.3.1 - Os Núcleos de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEAs)	102
3.3.2 - A Rede Urbana de Agroecologia - RUA Metropolitana	104
3.3.3 - Novos Coletivos e Ocupações	105
3.3.4 - O IV Encontro Nacional de Agroecologia	109
3.3.5 - Novos Encaixes Institucionais: as ações da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional - SUSAN	111
a) Programa Territórios Sustentáveis	114
b) Trilha da Agroecologia	115
c) Sistema Participativo de Garantia e Protocolo de Intenções	119
d) Corredor Agroecológico	120
e) Fomento à Agricultura Urbana	121
f) Central de Abastecimento da Agricultura Familiar e Urbana (CAFA)	123
g) Feira de Agricultura Urbana e Outras Iniciativas de Fomento a Comercialização	124
h) Centro Municipal de Agroecologia e Educação Ambiental para Resíduos Orgânicos (CEMAR)	126
3.4 - Encaixes Institucionais de Agroecologia em Belo Horizonte (1993 a 2020)	127
3.5 - Tecendo as Ações Coletivas: os repertórios de interação Estado-sociedade, encaixes institucionais e outras interpretações a partir do caso de Belo Horizonte	128
3.6 - Agroecologia Política: categorias analíticas e operacionalização do conceito	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
Referências Bibliográficas	144
Apêndices	155
Apêndice A - Roteiro de Entrevista Semiestruturada	155
Apêndice B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	158
Apêndice C - Sistematização dos principais documentos oficiais que mencionam o termo “agroecologia” no Diário Oficial do Município (1993 a 2021)	159
Apêndice D - Termo de Compromisso de Utilização de Dados (TCUD)	162
Anexos	163
Anexo A - Estrutura Organizacional da SUSAN/PBH	163
Anexo B - Sistemas Agroecológicos Coletivos / Comunitários	164

INTRODUÇÃO

A AGROECOLOGIA, O URBANO E A POLÍTICA

A expressiva falta de acesso da população do campo e da cidade ao direito à saúde e ao direito a um ambiente ecologicamente equilibrado está diretamente relacionada com as inúmeras desigualdades sociais e com os problemas ambientais produzidos pelo modo de produção capitalista. Os movimentos sociais têm um papel fundamental na reivindicação desses direitos e na construção de um campo socioambiental de ação político-pedagógica a partir de vários processos e interações sociopolíticas. Diversos estudos internacionais e nacionais buscam apresentar modelos analíticos para compreender a organização e ação dos movimentos sociais e suas influências nas políticas públicas. Nesse sentido, a temática central desta pesquisa é a análise da participação dos movimentos sociais, especificamente o movimento agroecológico, na elaboração, aprimoramento e controle das políticas públicas.

O movimento agroecológico tem atuado desde a década de 1970 para denunciar os padrões socialmente excludentes e ambientalmente predatórios da produção industrial capitalista que caracterizou a “Revolução Verde” e, atualmente, fundamenta o agronegócio e as indústrias alimentícia e farmacêutica. A produção industrial capitalista, baseada na transformação das matérias primas e da produção do campo para agregar valor em formas e quantidades para a comercialização, têm ampliado a concentração da posse das terras por latifundiários para exportação de commodities e utilizado insumos químicos e agrotóxicos em larga escala. Esse cenário tem gerado desigualdades no acesso alimentar e diversos danos à saúde humana e ao meio ambiente. A partir de uma articulação em redes locais, regionais e nacionais para mobilização das experiências de agriculturas alternativas, o movimento agroecológico no Brasil tem organizado diversos encontros para troca de saberes e práticas e realizado ações políticas para promulgação de várias leis e políticas públicas de promoção e incentivo à produção de alimentos saudáveis e ecológicos. Destaca-se, no âmbito nacional, a criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e do Programa ECOFORTE que contaram com ampla participação social e protagonismo dos movimentos sociais na elaboração de suas diretrizes e ações. Nos últimos anos, o Brasil regrediu em relação às políticas para promoção da agroecologia, principalmente após o golpe de 2016 e o avanço da agenda ultraneoliberal e conservadora.

Apesar de todos esses avanços e desafios vivenciados pelo movimento de agroecologia no Brasil, predominaram nas suas ações nacionais e regionais um direcionamento para o desenvolvimento rural sustentável. Essa orientação pode ser explicada tanto pela dicotomia histórica entre campo e cidade¹ como por um desconhecimento das experiências de agricultura urbana agroecológica nas grandes metrópoles. Nesses territórios metropolitanos, o intenso processo de expansão urbana industrial gerou um complexo campo de conflitos e problemas socioambientais interdependentes, como: a degradação e a redução de áreas verdes, o aumento de enchentes, a dificuldade na gestão dos resíduos sólidos, a contaminação e degradação dos recursos hídricos, o agravamento dos efeitos da poluição do ar na saúde, entre outros. Esses diversos conflitos socioambientais presentes na cidade também estão associados a falta de acesso aos direitos sociais básicos como saúde, saneamento básico, educação, moradia, alimentação saudável, renda mínima, entre outros.

Por outro lado, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), a terceira maior região metropolitana do Brasil, tem emergido uma intensa mobilização e incidência de redes da sociedade civil em processos educativos e sociopolíticos para promover e ampliar modelos alternativos de produção de alimentos na perspectiva agroecológica, articulando as dimensões sociais, culturais, ambientais e econômicas com as práticas agrícolas no território. Existem algumas pesquisas que identificam a existência dessas redes, mas poucas sistematizaram e analisaram seus padrões de ação coletiva e os processos de institucionalização da agroecologia em contextos urbanos.

Portanto, a intersecção entre a **agroecologia**, o **espaço urbano** e a **política** é a temática central deste trabalho, mais precisamente a compreensão e reflexão sobre as redes de agricultura urbana agroecológica da RMBH e a trajetória de institucionalização da agroecologia na Prefeitura de Belo Horizonte de 1993 a 2020. Esta pesquisa busca ampliar as análises sobre as relações dos movimentos sociais e as políticas públicas de agroecologia em contextos urbanos e metropolitanos, já que em outros estudos predomina um enfoque somente nas ações para o desenvolvimento sustentável do campo. Além disso, é importante

¹A dicotomia campo-cidade está relacionada às divisões socioespaciais das atividades econômicas e dos trabalhos resultantes do processo de urbanização industrial que desencadeou, por exemplo, na dependência da produção de alimentos do campo para as cidades. De acordo com Gaard (2011, p. 199), a diversas dicotomias do quadro ideológico da cultura ocidental (cultura/natureza, masculino/feminino, mente/corpo, razão/emoção, civilizado/primitivo, público/privado, entre outras) configuram e perpetuam os processos de dominação da natureza e o poder colonial racista, sexista e LGBTfóbico.

compreender as possibilidades e desafios da construção de políticas públicas para produção de alimentos saudáveis e promoção da segurança alimentar e nutricional nas regiões metropolitanas, levando em consideração as características e os conflitos desses territórios, principalmente as dinâmicas do capital industrial e imobiliário que buscam maior retorno financeiro e ampliação dos seus lucros com a mercantilização das cidades.

Interdisciplinaridade: um exercício de integração entre campos do conhecimento

“A política surge no entre-os-humanos; portanto fora dos humanos. Por conseguinte, não existe nenhuma substância política original. A política surge no intra-espço e se estabelece como relação”
(Hannah Arendt, 2002)

O processo de construção desta pesquisa parte de uma perspectiva interdisciplinar, situacional e relacional para compreender o fenômeno da agroecologia nas grandes metrópoles contemporâneas, especificamente na RMBH, articulando e aproximando os campos da ciência política, da agroecologia e dos estudos urbanos. A interdisciplinaridade pode ser definida como “o processo de pesquisa, de conhecimento, de levantamento, análise e síntese da realidade por diferentes campos disciplinares em trabalho conjunto interligado por um objetivo unificado, o de resolver problemáticas socioambientais” (MOREIRA e ROCHA, 2002).

Para tanto, foi realizada uma revisão da literatura sobre os movimentos sociais e algumas ferramentas analíticas dos estudos contemporâneos sobre a interação Estado-sociedade, conectando com as pesquisas sobre a institucionalização da agroecologia no Brasil e das pautas emergentes no ambientalismo latino-americano. A agroecologia, enquanto uma ciência cidadã e do campo da complexidade, busca articular os saberes e as práticas tradicionais e populares com diferentes áreas do conhecimento de forma transdisciplinar, sistêmica e crítica. Já o campo dos estudos urbanos possibilita compreender as dinâmicas e as interações sociais e culturais presentes nas constantes transformações das cidades contemporâneas.

A noção de direito à cidade é fundamental na interseção dos estudos urbanos com a literatura dos movimentos sociais, já que possibilita evidenciar a ação política para apropriação e uso do espaço urbano pelas pessoas e a restauração da cidade como obra coletiva (LEFEBVRE, 2011). A efetivação e a materialização do direito à cidade podem ser observadas no “fazer-cidade” (AGIER, 2015) que está presente nas práticas das/os cidadinas/os como, por

exemplo, nas experiências de agroecologia urbana que ocorrem nas periferias e perpassam a vida cotidiana das metrópoles.

Portanto, este trabalho tem um enfoque interdisciplinar e busca compreender a dimensão política da agroecologia nos espaços urbanos a partir das ações coletivas e dos processos de institucionalização, evidenciando a participação das redes de movimentos sociais nas instituições governamentais para a construção de ações públicas de agroecologia e propondo uma abordagem teórico-metodológica para os estudos e as pesquisas sobre a temática.

A Trajetória da Pesquisa: nos quintais e nas políticas públicas

“A teoria sem a prática vira "verbalismo", assim como a prática sem teoria vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade”
(Paulo Freire, 1996)

A temática desta dissertação tem relação direta com a minha trajetória pessoal e minha formação acadêmica orientada pela indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão e em diálogo constante com as/os sujeitas/os da pesquisa. Assim, minha observação sobre o fenômeno da agroecologia em Belo Horizonte está alinhada ao meu engajamento como educador ambiental popular e ativista do movimento agroecológico, levando em consideração a perspectiva dos saberes localizados para tornar a produção científica menos subjetiva e abstrata (HARAWAY, 1995).

A alternativa ao relativismo são saberes parciais, localizáveis, críticos, apoiados na possibilidade de redes de conexão, chamadas de solidariedade em política e de conversas compartilhadas em epistemologia (...) O relativismo e a totalização são, ambos, "truques de deus", prometendo, igualmente e inteiramente, visão de toda parte e de nenhum lugar, mitos comuns na retórica em torno da Ciência. Mas é precisamente na política e na epistemologia das perspectivas parciais que está a possibilidade de uma avaliação crítica objetiva, firme e racional (HARAWAY, 1995, p. 23).

Muitas das reflexões deste trabalho iniciam-se a partir do meu envolvimento como integrante de grupos de extensão, pesquisa e ensino em agroecologia e agricultura urbana. Meu contato com o campo da agroecologia urbana iniciou-se em 2013, a partir das oficinas organizadas pelo Grupo Aroeira que, posteriormente, fiz parte e atuei como voluntário nos projetos de extensão nas periferias de Belo Horizonte. Atualmente, integro a equipe do AUÊ! - Estudos em Agricultura Urbana da UFMG e participo de projetos de extensão, ensino e pesquisa sobre as agriculturas e as redes de agroecologia, apoiando na organização e sistematização de

algumas experiências e contribuindo para a visibilidade e promoção de iniciativas relacionadas à agroecologia na RMBH desde 2014. Faço parte da Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana, da Rede Urbana de Agroecologia e contribuo com alguns coletivos de agroecologia em Belo Horizonte. Também estou como coordenador do Grupo de Trabalho de Juventudes da Associação Brasileira de Agroecologia no âmbito da diretoria de 2020 a 2021. Em 2018, fiz estágio na Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN) da Prefeitura de Belo Horizonte e em 2020 contribuí com os processos de normatização de algumas ações da subsecretaria, principalmente na elaboração de uma proposta para regulamentação da lei que institui a Política Municipal de Apoio a Agroecologia. Essas interações com esses espaços e atores possibilitaram identificar os diversos sentidos e usos da agroecologia, além de conflitos e cooperação entre a agenda dos movimentos sociais e do poder público.

Toda essa vivência de campo permitiu estabelecer uma relação de troca com algumas experiências de agroecologia e uma maior compreensão da diversidade e da multifuncionalidade dessas práticas, especificamente daquelas que estão nas margens da metrópole. Por fim, esta pesquisa também é marcada por símbolos, memórias, pessoas e espaços: o quintal da avó, as hortas comunitárias, os encontros agroecológicos, os fóruns de debates, entre outros. É quase impossível escrever uma dissertação sobre agroecologia e política e não mexer na horta do quintal todos os dias. Um caminho interessante entre a política do cotidiano e as políticas públicas, aproximando a prática da teoria e inspirando a pesquisa e a escrita.

Desenho da Pesquisa: objetivos, expectativas e metodologia

O objetivo geral da pesquisa é analisar as relações entre as redes de agroecologia na RMBH e os processos de institucionalização das ideias da agroecologia em ações públicas na Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). A compreensão da interação e do diálogo estabelecido entre diversos atores protagonistas na promoção das ideias da agroecologia (agricultores/as, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, universidade e poder público) possibilita identificar as dinâmicas e os processos para a construção dos sistemas alimentares sustentáveis e justos na RMBH, analisando se e em que medida os mesmos são participativos e inovadores. Os objetivos específicos da pesquisa são:

- Identificar os atores sociais, as formas de organização e a atuação das redes de agroecologia (dinâmicas e estratégias de influência e controle social), além dos impactos dos repertórios de ação coletiva mobilizados na construção de políticas públicas;
- Analisar os processos de institucionalização da agroecologia na Prefeitura de Belo Horizonte, relacionando-os com as demandas das redes;
- Identificar novos processos metodológicos de participação e de inovações democráticas;
- Analisar a relação entre a PBH e as outras iniciativas de institucionalização no âmbito regional e qual é o seu potencial de difundir a agroecologia e estimular as políticas dos demais municípios da RMBH, especialmente com o Sistema Participativo de Garantia da qualidade da produção agroecológica e orgânica;
- Por fim, colaborar analiticamente com o desenvolvimento da agenda sobre agroecologia política e sobre o movimento agroecológico em contextos urbanos e suas formas de influenciar as políticas públicas locais e regionais.

A partir da necessidade de compreender como os movimentos sociais e os atores estatais atuam para promover a agroecologia no âmbito da política de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte, a pergunta que orienta o estudo descritivo e exploratório é: quais são os encaixes institucionais resultantes dos repertórios de interação entre as redes de agroecologia e a Prefeitura de Belo Horizonte?

Nesse sentido, é necessário (1) identificar e classificar os diferentes repertórios de interação mobilizados pelas redes de agroecologia e (2) avaliar seus efeitos na política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) do município de Belo Horizonte (BH), principalmente se e como promovem encaixes institucionais, entendidos enquanto diferentes pontos de acesso e influência dos movimentos sociais em um subsistema de política (LAVALLE et al., 2019).

As principais expectativas² que respondem parcialmente à pergunta do projeto são:

- Os atores das redes de agroecologia atuam no interior e fora do Estado e em outras arenas políticas, mobilizando diversos repertórios de ação coletiva para ampliar sua influência nas políticas públicas;

² Por se tratar de uma pesquisa descritiva e exploratória, será utilizado o termo expectativa ao invés de hipótese.

- Os encaixes institucionais que permitem a incorporação da temática da agroecologia na política SAN decorrem de relações de cooperação entre as/os gestoras/es públicas/os da política de SAN com os movimentos sociais e suas causas;
- Os contextos políticos favoráveis de alguns governos, as articulações internacionais e os impactos das políticas federais e/ou estaduais possibilitaram construir e ampliar os repertórios de interações das redes de agroecologia com as políticas de SAN municipal e regional.

Os métodos de coleta de dados utilizados nesta pesquisa foram: análise da bibliografia pertinente às temáticas abordadas e de documentos e arquivos oficiais; observações participantes em reuniões e fóruns; e entrevistas semiestruturadas com os atores-chave relacionados com política. Essas técnicas foram utilizadas para compreender as relações entre as redes de agroecologia e o poder público e para identificar as ações públicas e os encaixes institucionais que incorporaram a temática da agroecologia.

O método de entrevistas semiestruturadas possibilita, a partir dos apontamentos e percepções das pessoas entrevistadas, avaliar a qualidade dos processos de institucionalização e explicar os fatores e as motivações sociopolíticas. Além disso, as entrevistas foram fundamentais para compreender a trajetória da relação entre Estado-sociedade no estudo de caso e trouxeram elementos importantes para as reflexões do trabalho. Foram realizadas 9 entrevistas com 3 atores estatais e 6 atores sociais³. As pessoas foram escolhidas devido às suas trajetórias como ativistas do movimento agroecológico - representantes de coletivos, articulações e organizações da sociedade civil - e/ou suas atuações estratégicas com as ações de agroecologia na PBH - ativistas que ocupam cargos na burocracia e agentes governamentais (Apêndice A - Roteiro da Entrevista e Apêndice B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido).

³ As entrevistas semiestruturadas foram realizadas em ambiente virtual durante a pandemia em 2020. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas. Com o intuito de preservar o anonimato das/os entrevistadas/os, os trechos das narrativas transcritos foram identificados pelo tipo de ator, social ou estatal, abreviado e seguido da numeração da ordem pela qual a entrevista foi realizada como, por exemplo, AS1 (Ator Social 1) ou AS3 (Ator Estatal 3).

É importante informar que já existiam dados sistematizados devido à minha aproximação e relação com as atividades realizadas pelas redes e as ações da PBH. As unidades de análises e o recorte temporal da pesquisa são:

- As unidades de análises são as redes de agroecologia e as ações públicas realizadas pela PBH, especificamente os encaixes institucionais que incorporaram e promoveram a temática da agroecologia na política de SAN;
- O recorte temporal foi definido com o objetivo de captar a trajetória e as mudanças na secretaria específica de SAN da PBH. No estudo preliminar, foi possível identificar que a agroecologia entrou mais efetivamente na agenda da política de SAN nas gestões municipais de 1993/1996 e de 2017/2020. Assim, o objetivo do trabalho é entender a trajetória institucional da política de SAN entre os anos de 1993 a 2020, analisando a incorporação ou não dos princípios da agroecologia e buscando compreender se foi estabelecido um processo incremental de institucionalização da agroecologia por meio dos diferentes tipos de interação entre as redes de agroecologia e a PBH nesse período.

A metodologia estruturante desta pesquisa foi dividida em duas etapas. A primeira etapa consistiu na pesquisa sobre os grupos, coletivos, articulação e organizações da sociedade civil que fazem parte das redes de agroecologia na RMBH e/ou do público-alvo e dos processos de elaboração e controle das ações públicas de SAN da PBH. Portanto, foi realizado o levantamento histórico das redes de agroecologia, a análise de documentos (atas de reunião, fotos e outros materiais informativos), as entrevistas semiestruturadas com 6 integrantes do movimento agroecológico em BH e a sistematização das visitas de campo registradas por meio de fotografias e anotações em um diário. As análises dos dados coletados foram orientadas para identificar as relações entre os atores sociais locais, regionais e nacionais, as formas de organização das redes de agroecologia e suas dinâmicas e estratégias de influência na política de SAN (os repertórios de interação das redes dentro e fora do Estado), além das articulações internacionais para obtenção de recursos e ampliação da agenda.

A segunda etapa consistiu na análise dos arquivos públicos e registros institucionais da PBH e na realização de entrevistas semiestruturadas com 3 atores estatais, sendo dois ativistas burocráticos. Foi realizada uma análise histórica das ações públicas de agroecologia na política de SAN a partir das seguintes fontes e procedimentos metodológicos: Relatórios

Anuais da Prefeitura de Belo Horizonte de 1994 a 2005⁴; busca da palavra-chave “agroecologia” no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte e sistematização das portarias, decretos, leis e demais documentos encontrados (Apêndice C); Balanço Anual de Gestão e o Cadastro de Agricultura Urbana da Diretoria de Fomento a Agroecologia e Abastecimento - DFAB (Apêndice D - Termo de Compromisso de Utilização de Dados); relatorias e documentos conceituais sobre os programas e os projetos da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN). As análises foram orientadas para: identificar os atores governamentais e os encaixes institucionais; compreender os processos de institucionalização da agroecologia e as disputas, os conflitos e/ou cooperações com as demandas do movimento agroecológico; captar o apoio e fomento de órgãos e agências nacionais e internacionais; compreender o potencial transformador da agroecologia enquanto política pública na construção de novos processos metodológicos de participação e de inovações democráticas; avaliar como a atuação da PBH dialoga com outras iniciativas regionais de institucionalização da agroecologia e qual é o seu potencial de estimular e difundir a agroecologia para os demais municípios da RMBH.

A estrutura deste trabalho está organizada em três capítulos, incluindo esta introdução e as considerações finais. O primeiro capítulo apresenta a revisão da literatura sobre a interpretação dos movimentos sociais, evidenciando a participação política, a perspectiva relacional, os repertórios de interação Estado-sociedade e a institucionalização de ideias, valores e demandas dos movimentos sociais em políticas públicas. O segundo capítulo traça o histórico do movimento de agroecologia no Brasil, compreendendo sua origem, estruturação e pautas e destacando sua dimensão política e os processos de institucionalização. Em seguida, aprofunda-se na literatura sobre ações públicas e no debate sobre a aproximação da agricultura urbana com a agroecologia no contexto metropolitano. No terceiro capítulo é apresentado o estudo de caso da política pública de SAN em BH, descrevendo seu percurso e analisando os processos relacionais entre as ações coletivas da sociedade civil e a institucionalização da agroecologia no município. Por fim, são apresentados os diferentes tipos de ações públicas de agricultura urbana e os encaixes institucionais de agroecologia na PBH de 1993 a 2020, além de uma proposta de abordagem teórica e metodológica para interpretação do conceito de agroecologia política e as considerações finais da pesquisa.

⁴ Cf. <https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/arquivo-publico/acervo/relatorio-de-prefeito>

CAPÍTULO 01

MOVIMENTOS SOCIAIS E INSTITUCIONALIZAÇÃO

“Se você quer saber os problemas que uma sociedade tem, olhe para seus movimentos sociais”
(Gohn, 2015)

Movimento: ação ou efeito de movimentar, mover para diferentes sentidos, mudar, agrupar e agitar através de uma multidão ou de um grupo de pessoas que se une com o mesmo propósito ou corrente política e ideológica. Social: relativo à sociedade, ao povo, aos coletivos ou até mesmo as pessoas em situação de vulnerabilidade. Em uma busca rápida no dicionário⁵ para compreender os significados das palavras que compõem o termo movimento social, já é possível perceber a abrangência e complexidade que estão presentes nos estudos e pesquisas sobre essa temática. Contudo, o conflito e a mudança são aspectos-chave que ressaltam nas interpretações sobre os movimentos sociais. Assim, evidenciar um conflito e uma mudança social, positiva ou negativa, é uma característica intrínseca aos movimentos sociais.

Diante desses pressupostos, será apresentado a seguir um panorama sobre o fenômeno relativo à ação coletiva dos indivíduos na sociedade em movimentos sociais para reivindicar recursos e direitos e lutar pelo/por poder político. O capítulo inicia com uma breve revisão da literatura sobre as interpretações dos movimentos sociais a partir de algumas teorias, definições e categorias analíticas. Em seguida, aprofunda na compreensão dos sentidos da participação política e nas possibilidades de influência dos movimentos sociais no Estado. Posteriormente, apresenta os debates contemporâneos sobre a mútua constituição dos movimentos sociais e do Estado, evidenciando a perspectiva relacional e suas principais ferramentas analíticas - sistemas e subsistemas de políticas públicas e os repertórios de interação Estado-sociedade. Por fim, destaca a institucionalização das ideias, valores e demandas dos movimentos sociais a partir das noções-chave de encaixes institucionais, domínio de agência e capacidades estatais, além de definir a abordagem teórica e metodológica que irá orientar a análise do estudo de caso desta pesquisa, que tem como objeto o movimento agroecológico e a institucionalização de ideias da agroecologia no município de Belo Horizonte.

⁵ Cf. <https://www.dicio.com.br/>

1.1 - As Interpretações sobre os Movimentos Sociais: algumas teorias e definições

Diversas abordagens teóricas, localizadas em contextos distintos e concebidas por paradigmas específicos, foram elaboradas ao longo da história para interpretar os movimentos sociais. Essas abordagens consideram diferentes perspectivas, fatores, dimensões, mecanismos e recursos para analisar esse fenômeno, além de estabelecerem diferentes percepções sobre as relações de confronto e/ou cooperação entre os movimentos sociais e o Estado. Essas abordagens teóricas estão em um processo constante de revisão para interpretar e analisar as novas ações coletivas e as demandas contemporâneas por bens materiais ou simbólicos.

Os fatores que ocasionam o surgimento dos movimentos sociais são diversos e abordados de maneira distinta por cada corrente teórica. O fenômeno se tornou expressivo e massivo a partir do período moderno quando os movimentos sociais aumentaram em números e se tornaram “notáveis e plenos de consequências para o curso das mudanças” (SZTOMPKA, 2005, p. 470). De acordo com Maria da Glória Gohn (1997), as distintas interpretações sobre o que é um movimento social advêm de três fatores principais: as mudanças nas ações coletivas dos movimentos sociais (conteúdo, práticas, organização e base social); as mudanças nos paradigmas de análise destes atores; e as mudanças na estrutura socioeconômica e nas políticas estatais (modernização). Segundo a autora, “existe uma multiplicidade de interpretações e enfoques sobre o que são os movimentos sociais” que ressaltam em algumas dimensões como “crenças, valores, diferenças internas, dimensão das ações e eventos em si ou, em nosso entendimento, as práticas sociopolíticas desenvolvidas” (p. 243).

Para Sztompka (2005), as interpretações sobre movimentos sociais estão associadas às perspectivas dos modelos de abordagens teóricas e aos pares de teorias gerais opostas como a versão ortodoxa do materialismo histórico versus a teoria dos “novos movimentos sociais” ou a teoria sistêmica da sociedade versus a abordagem da escolha racional. Em síntese, o autor destaca dois modelos que estão relacionados a perspectivas tradicionalmente opostas de análise da sociedade. O primeiro modelo enfatiza a mobilização dos atores, analisando o surgimento dos movimentos sociais de baixo para cima a partir de uma manifestação espontânea ou através da ação coletiva intencional para atingir objetivos específicos. O segundo modelo aborda o surgimento dos movimentos sociais a partir do contexto estrutural, ou seja, eles surgem quando as condições, circunstâncias e situações são favoráveis, seja pela

abertura de novos meios que facilitam a ação coletiva ou por obstáculos que exigem a mobilização social. Contudo, existe um grande esforço para estabelecer uma relação entre os dois modelos de abordagens para compreender a complexidade do fenômeno dos movimentos sociais e explicá-lo através de uma teoria multidimensional (SZTOMPKA, 2005).

De acordo com Della Porta e Diani (2006), o século XX é marcado pela aproximação entre os debates sobre a ação coletiva e as literaturas sobre os movimentos sociais. Inicialmente, os estudos sobre os movimentos sociais enfatizavam as análises sobre as mudanças estruturais e a emergência de sujeitos sociais, representados pelas perspectivas do comportamento coletivo, da mobilização de recursos e da oportunidade política. Já nos anos de 1990, o campo ampliou-se com o surgimento da perspectiva dos "novos movimentos sociais".

Nesse sentido, as análises clássicas sobre os movimentos sociais do século XX podem ser compreendidas através de três conjuntos de teorias. A Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), representada pelos autores John McCarthy e Mayer Zald, embasou-se na escolha racional para identificar oportunidades, constrangimentos, custos e benefícios para a ação coletiva. A Teoria do Processo Político (TPP), construída a partir dos contextualistas Charles Tilly, Sidney Tarrow e Doug McAdam, estabelece a separação conflituosa entre os movimentos sociais e o Estado, analisando os repertórios de ação e as estruturas de oportunidades políticas dos contextos e confrontos e os ciclos de mobilizações e lutas. Já a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), que teve como expoente os teóricos Alan Touraine, Jurgen Habermas e Alberto Melucci⁶, evidenciou o pertencimento, a solidariedade e a identidade coletiva (ALONSO, 2009).

É importante compreender que essas teorias foram elaboradas em contextos distintos, já que TMR e a TPP apresentam-se como um paradigma norte-americano e a TNMS como um paradigma europeu (DELLA PORTA e DIANI, 2006). Também estabeleceram distintas análises e apresentaram alguns limites para compreender os movimentos sociais a partir das novas dinâmicas da sociedade, principalmente nas mudanças oriundas do século XXI, marcado pela globalização das ações coletivas e da perspectiva de redes, principalmente com

⁶ Melucci (2001) parte da crítica às explicações tradicionais sobre movimentos sociais que tinham bases marxistas (o movimento homogêneo e efeito das crises/estruturas) e funcionalistas (movimento é uma disfunção no sistema). Diante disso, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais permitiu identificar novas frentes de conflito social no contexto da pós-modernidade para além da luta de classe, evidenciando novos interesses e diversas lutas descentralizadas e em redes como as bandeiras pela qualidade de vida, ecológicas, pacifistas, feminista, entre outras que apontavam a construção da identidade coletiva e do protagonismo da sociedade civil.

a emergência das tecnologias digitais e a internet. Ressalta-se os movimentos antiglobalização que criticam o capitalismo, suas injustiças e os efeitos destrutivos sobre a natureza, lutando por outro modelo de desenvolvimento econômico com justiça e igualdade social (GOHN, 2004). Além disso, é importante considerar que no contexto latino-americano a análise sobre os movimentos sociais necessita de categorias específicas como o caráter popular das ações coletivas (exclusão social e resistências), a participação, a dimensão da experiência e a luta por direitos e cidadania (GOHN, 1997).

Outro aspecto interessante no contexto do século XXI é o caráter local e global dos movimentos. De acordo com Castells (2003), o aspecto global possibilita que os movimentos aprendam com outras experiências e sejam estimulados a se envolver em sua própria mobilização. O uso da internet permite que os movimentos sociais tenham um debate contínuo, fortalecendo a cooperação e a solidariedade a partir da horizontalidade (CASTELLS, 2003). Nesse sentido, a internet configura-se como um meio fundamental para efetivação da cidadania e da autonomia dos indivíduos, permitindo o acesso à informação de fontes diversas e o compartilhamento através das redes sociais, blogs e e-mails. Nas plataformas das redes é possível mobilizar e articular pessoas para ações, petições e denúncias políticas e socioambientais. Através de aparelhos e aplicativos, as pessoas comunicam-se instantaneamente e compartilham informações e conhecimentos⁷, além de participarem das discussões de fatos atuais no cenário sociopolítico. No ano de 2020, com a pandemia do COVID-19, os movimentos sociais criaram formas alternativas de protesto pela internet para lidar com a profunda crise política e sanitária:

A ampla difusão de novas tecnologias permite a realização de protestos online, incluindo, entre outras, as petições eletrônicas que se multiplicaram nesse período. (...) multiplicação do espaço público permite a troca, contrastando a superespecialização do conhecimento acadêmico e facilitando a conexão entre o conhecimento abstrato e as práticas concretas. A partir dessa fertilização cruzada, também surge a capacidade de conectar as várias crises – trazer à luz a conexão entre a disseminação e a letalidade do coronavírus e as mudanças climáticas, guerras, violência contra as mulheres, expropriações de direitos (e antes de tudo, o direito à saúde). (DELLA PORTA, 2020)

As mudanças nos padrões de ação coletiva ocorrem também a partir da perda da centralidade de mediações clássicas como os partidos, do declínio de organizações rígidas e hierarquizadas

⁷ É importante ressaltar o fenômeno atual da pós-verdade e das fake news que reforçam os riscos de desinformação e controle de massa, evidenciando os debates sobre os métodos e desafios contemporâneos do uso da internet e dos aplicativos de redes sociais.

e do aumento da heterogeneidade social e do individualismo. Observa-se então a exacerbação de diversas manifestações coletivas e o destaque do papel das redes para acessar recursos e mobilizar os atores sociais (DELLA PORTA e DIANI, 2006).

Outra emergência do contexto atual são os coletivos, uma nova forma de organização social e de ação coletiva que, de acordo com Perez e Filho (2017), podem ser definidos “enquanto formas de mobilização da sociedade civil regidas pelos princípios da horizontalidade, não institucionalidade, temporalidade e auto-organização” (p. 270). Apesar de não carregarem uma nomenclatura nova, os coletivos contemporâneos ou as “coletivas” não apresentam necessariamente uma pauta permanente e algumas correntes, principalmente as feministas, abordam diversas clivagens sociais tais como gênero, raça, sexualidade e classe, apresentando-se como interseccionais ou se valendo da interseccionalidade⁸ nas suas lutas e apontando para:

a emergência de uma nova geração de ativismo brasileiro portadora de nova linguagem contenciosa, que passa a expressar de forma mais evidente as articulações entre o feminismo e o antirracismo na esfera pública com vistas a problematizar as múltiplas formas de opressão social (...). Nesse sentido, passamos a observar a emergência da categoria interseccionalidade enquanto identidade coletiva de agentes envolvidas nos múltiplos e descentralizados ativismos políticos contemporâneos, isto é, as mobilizações feministas que não surgiram, mas se intensificaram desde as chamadas Jornadas de Junho de 2013 e seus desdobramentos políticos posteriores (RIOS et al., 2018, p. 49).

Portanto, o contexto temporal e espacial é fundamental para compreender os paradigmas teóricos e sua capacidade de investigação sobre a ação coletiva. Segundo Gohn (1997), independente do paradigma teórico adotado para as pesquisas e estudos sobre movimentos sociais, é importante considerar uma acepção ampla sobre os movimentos que se refere aos conflitos de caráter cíclico e histórico e às lutas sociais dos seres humanos “para a defesa de interesses coletivos amplos ou de grupos minoritários; conservação de privilégios [no caso de movimentos sociais conservadores]; obtenção ou extensão de benefícios e bens coletivos etc.” (p. 247). A luta social é uma noção-chave e abrangente que não se restringe apenas às organizações das classes sociais, já que o conceito de luta de classe não dá conta de explicar todas as outras lutas e as dimensões e fenômenos da vida social. Assim, a autora reforça a categoria dos atores sociais, possibilitando captar “frentes de luta que não dizem respeito,

⁸ De acordo com Rios, Perez e Ricoldi (2018), o termo interseccional “traz consigo a ideia de superação de um feminismo eurocêntrico e de classe média e conjuga categorias como raça, gênero, classe, sexualidade, periferia, dentre outras. Traduzida na academia brasileira há pouco mais de uma década e associada à Crenshaw, autora que cunhou o termo” (p. 37).

prioritariamente, a problemática da classe social, como as questões de gênero, étnicas, ecológicas etc. Ou seja, grande parte dos eixos temáticos básicos dos movimentos sociais contemporâneos não diz respeito ao conflito de classe, mas a conflitos entre atores da sociedade” (GOHN, 1997, p. 249) Além disso, essas lutas sociais se estabelecem a partir da práxis, ou seja, as ações envolvem um pensar e um fazer, através de um conjunto de ideias e de procedimentos que fundamentam e motivam as lutas. Por fim, a autora apresenta também uma acepção específica sobre os movimentos sociais que são “concretos, datados no tempo, e localizados num espaço determinado” que apresentam uma força social - demanda, reivindicação ou ideia chave - para a mudança e transformação da sociedade.

1.1.1 - As Mudanças Internas e Externas dos Movimentos Sociais

As colocações na seção anterior retomam os pressupostos iniciados neste texto sobre as características-chaves para análise dos movimentos sociais: o conflito e a mudança. De acordo com Tilly (2008), o conflito apresenta-se como um fenômeno que estrutura a vida social. Em um universo de forças sociais em conflito, os movimentos sociais podem ser compreendidos como processos sociopolíticos e culturais da sociedade civil que politizam suas demandas na esfera pública da luta política (GOHN, 1997).

Os atores de um conflito se enfrentam, no interior de um campo comum, para o controle dos mesmos recursos. Para que exista um conflito é preciso poder definir os atores a partir de um sistema comum de referência e é necessário que exista uma aposta em jogo à qual ambos os adversários se referem implícita ou explicitamente. (...) Somente a presença de um conflito não basta para qualificar uma ação coletiva como movimento social. Se o conflito não ultrapassa os limites do sistema de referência, encontramos-nos diante da competição de interesses no interior de uma certa ordem normativa (MELUCCI, 2001, p. 34).

O conflito evidenciado ou gerado pelos movimentos sociais ultrapassa os limites do sistema de referência, rompendo, por exemplo, as fronteiras de um sistema organizacional ou político e estabelecendo um processo de mudança. De acordo com Sztompka (2005), os movimentos sociais são uma das formas específicas de materialização da agência humana, configurando-se como uma das mais poderosas forças de mudança em nossa sociedade.

A mudança social é uma característica intrínseca aos movimentos sociais, mas “nem toda a mudança na sociedade é sinônimo ou resultado da ação de um movimento social” (GOHN, 1997, p. 248). Para Sztompka (2005), os movimentos sociais se enquadram na mudança

social⁹ manifesta vinda “de baixo” junto com os “grupos de interesse, lobbies e partidos políticos altamente burocratizados que lutam pelo poder” (SZTOMPKA, 2005 p. 465). No entanto, é importante ressaltar quais são as características dos movimentos sociais que permitem distingui-los dos outros agentes de mudança social, seja na mesma categoria ou nas outras. Segundo o autor, os movimentos sociais caracterizam-se como “coletivos fracamente organizados que atuam juntos de maneira não-institucionalizada para produzir alguma mudança na sociedade”. Gohn (1997), também reforça a importância de diferenciar os movimentos sociais dos grupos de interesse¹⁰. Primeiramente, os movimentos sociais não têm apenas interesses comuns, como nos grupos de interesses, eles são constituídos enquanto um coletivo social com uma identidade em comum. O movimento ocorre através de uma ação histórica de grupos sociais, uma categoria dialética que se estabelece em diversos modos de ação coletiva e eventos de protestos. É importante considerar seu caráter não-institucional, mas é necessário ressaltar que os movimentos sociais se articulam com outras “forças institucionalizadas e a força social que poderão ter está diretamente relacionada com essas articulações” (GOHN, 1997, p. 247). Assim, a organização e a articulação dos movimentos sociais são “condições necessárias ou suplementares, e provavelmente, nunca suficientes, da mudança social” (SZTOMPKA, 2005, p. 467). Assim, eles são considerados como “mediações na cadeia causal da práxis social”, sendo ao mesmo tempo produto e coprodutores de transformações sociais.

No que diz respeito ao objetivo da mudança provocada pelo movimento, ela pode ser positiva - novas pautas sociais, direitos, leis ou instituições - ou negativa - obstáculos, bloqueios e revisões de mudanças. Além disso, o objetivo da mudança negativa pode surgir de um processo não relacionado aos movimentos sociais (a degradação ambiental e desastres naturais) ou resultantes das atividades dos movimentos que estão em disputa (legalização do aborto x antiaborto). Outro aspecto fundamental apresentado por Sztompka (2005) e que orientará as próximas discussões deste texto, é o fluxo interno e externo da mudança causada por um movimento, ou seja:

⁹ Sztompka (2005) apresenta quatro categorias de mudanças sociais, levando em consideração o cruzamento da localização ou o lugar de origem da agência (“de baixo” ou “de cima” da estratificação social) e a intencionalidade da ação que pode ser manifesta (esperada, desejada e realizada pelos agentes sociais) ou latente (surge de maneira não pretendida como efeitos colaterais e subprodutos de ações que tinha outros objetivos). Assim, as mudanças sociais podem ser: latente vinda “de baixo”, latente vinda “de cima”, manifesta vinda “de cima” e manifesta vinda “de baixo”.

¹⁰ A partir dessa heterogeneidade na interpretação dos movimentos sociais, a autora recusa “a reconhecer a existência, a priori, de uma definição ou conceituação geral, única e universal, pelo fato de que esta definição varia segundo os paradigmas teóricos-metodológicos” (GOHN, 1997, p. 245).

Uma parte considerável das mudanças produzidas pelos movimentos são mudanças nos próprios movimentos (seus participantes, ideologias, regras, instituições, formas de organização etc.), e mesmo as mudanças externas produzidas na sociedade (leis, regime político, cultura etc.) retroagem sobre seus membros e estruturas, modificando o ambiente das ações e as características dos atores (suas motivações, atitudes, ideologias etc.). Este estreito vínculo de reciprocidade entre mudanças externas e internas é uma peculiaridade dos movimentos sociais: eles mudam a sociedade modificando-se no processo e modificam-se (mobilizam, organizam) para mudar a sociedade de maneira mais eficaz. Mudanças nos movimentos e mudanças por meio dos movimentos seguem lado a lado, conformando processos interconectados e concorrentes (SZTOMPKA, 2005, p. 469).

Para efeito analítico, a dinâmica interna dos movimentos sociais será descrita através de quatro estágios principais¹¹: **origem, mobilização, desenvolvimento estrutural e término** ou **transformação**, conforme estabelecido por Sztompka (2005).

A **origem**¹² de um movimento social está associada a um contexto estrutural histórico, normativo, interativo/organizacional e de desigualdades preexistentes. Geralmente, existe algum acontecimento histórico e precipitador que possibilita a formação de uma consciência social e política ou o compartilhamento de uma ideologia para a formação do movimento social. As desigualdades sociais, econômicas e políticas são consideradas as principais motivações da ação coletiva para redistribuição estrutural de riquezas, poder e privilégios. As questões normativas - valores, normas, instituições e papéis da ordem normativa - podem fazer emergir movimentos que contrapõem ou rejeitam essa ordem estabelecida (SZTOMPKA, 2005). Já a estrutura interativa e organizacional e o cenário sociopolítico dizem respeito às infraestruturas, redes de comunicação e as estruturas de oportunidades políticas.

¹¹ De acordo com Gohn (1997), é importante considerar que existem várias fases/estágios dos movimentos sociais, mas que não são necessariamente sequenciais e também não são etapas ou evoluções. Assim, tanto não existe uma organicidade entre as fases, já que elas podem se sobrepor, como não existe uma linearidade de um esquema racional. Esses estágios internos ou fases podem ser analisados a partir de uma proposta metodológica elaborada por Gohn (1997) que apresenta alguns elementos e categorias básicas: demandas e os repertórios de ação coletiva (carências não atendidas - simbólicas ou materiais - ou projetos de uma utopia); a composição do movimento social; a origem social e a localização geográfica espacial; o princípio articulatório (interno e externo) que diz respeito a base demandatária e lideranças (interno) e as assessorias (externas/redes); a força social; a ideologia (crenças, valores e ideais); a cultura política; as práticas, ou seja, os discursos e as ações diretas - organizadas formais ou informais e não organizadas; o projeto sociopolítico e cultural para o/do movimento; a identidade do movimento; o cenário sociopolítico; os opositores; e as conquistas e derrotas.

¹² Segundo o Gohn (1997), “a trama que tece as relações entre o movimento e as organizações precede a própria existência do movimento. Este dado é importante porque muitos analistas têm uma concepção linear dos movimentos, afirmando que nasceriam em função das carências e interesses e depois marchariam para a institucionalização por meio de sua transformação em organização. Esta trajetória até poderá ocorrer, mas as organizações que dão origem aos movimentos - a que chamamos matrizes - são do tipo ONGs, partidos, sindicatos, Igreja etc. Elas configuram as linhas gerais do projeto que o movimento construiu em sua trajetória” (p. 254)

O conceito de “estrutura de oportunidades políticas” (EOP) dá o parâmetro político. Tarrow (1998, p. 20) argumenta que, quando há mudanças nas EOPs, isto é, nas dimensões formais e informais do ambiente político, se abrem ou se criam novos canais para expressão de reivindicações para grupos sociais de fora da polity. Isso pode ocorrer pelo aumento de permeabilidade das instituições políticas e administrativas às reivindicações da sociedade civil, provocadas por crises na coalizão política no poder; por mudanças na interação política entre o Estado e a sociedade, especialmente a redução da repressão a protestos; e pela presença de aliados potenciais (...). Em EOP favoráveis, grupos insatisfeitos organizam-se para expressar suas reivindicações na arena pública (ALONSO, 2009, p. 54).

O estágio da **mobilização** ocorre com a adesão de pessoas através de interesses comuns, lealdades e compromissos específicos (ativistas, líderes, simpatizantes, etc.). A presença de líderes carismáticos/as é relevante nesse estágio e contribui para ampliar a mobilização. A primeira onda de mobilização envolve os atores afetados que têm convicção (consciência e sensibilidade) e que são comprometidos intelectual, emocional, moral e politicamente com as pautas dos movimentos sociais. A segunda onda mobiliza os participantes das ações coletivas e atores que buscam a comunhão e significados para a vida, orientados por conveniência (SZTOMPKA, 2005).

Os movimentos aglutinam bases demandatárias, assessores e lideranças, e tem estreitas relações com uma série de outras entidades sociopolíticas como partidos e facções política - legais ou clandestinas -, Igrejas, sindicatos, ONGs - nacionais e internacionais - , setores da mídia e atores sociais formadores de opinião pública, universidades, parlamentares em âmbito municipal, estadual e federal, setores da administração governamental, pequenos e médios empresários et., articulados em redes sociais com interesses comuns (GOHN, 1997, p. 252).

De acordo com Sztompka (2005), existem níveis de participação nos movimentos sociais e um processo de composição por camadas: ativistas principais, seguidores, simpatizantes e grupos que “acompanham à distância desejando que a vitória do movimento também lhes proporcione benefícios” (p. 485). Além disso, as repressões e derrotas repercutem na permanência desses participantes, sendo que a camadas exteriores são as primeiras a saírem dos movimentos em situações difíceis. É importante ressaltar que a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) têm como um dos seus focos de interesse a fase de recrutamento e mobilização e consideram um fator decisivo para a efetividade da ação coletiva. Por fim, segundo Tarrow (2009), não há uma transformação significativa das reivindicações sem que haja uma energia emocional nas ações coletivas.

Em sequência desenvolve-se a **estrutura** do movimento social a partir dos seguintes processos: (a) ideias, convicções e crenças, vocabulário comum e visão de mundo; (b)

institucionalização e emergência de valores e normas regulam o funcionamento, os repertórios de combate e “o ethos” de solidariedade e luta; (c) emergência da estrutura organizacional para padronização e definição das formas organizativas; (d) emergência de novas estruturas de oportunidade para cristalização de alinhamentos, níveis de participação, compromisso e responsabilidade. Esses processos de estruturação interna podem iniciar desde baixo e desde cima, mas geralmente ocorrem em paralelos. Os processos da morfogênese interna nem sempre são harmoniosos. Contudo, em situações empíricas concretas, estes processos se sobrepõem e se retroalimentam e não ocorrem de maneira harmoniosa (SZTOMPKA, 2005).

Observa-se muitas vezes a hipertrofia de uns em detrimento de outros, dando origem a várias formas de patologia e produzindo movimentos internamente deformados. Uma ênfase excessiva na articulação da estrutura ideal produz diversas variantes de utopismo, dogmatismo e fundamentalismo. Demasiada preocupação com a institucionalização da estrutura normativa conduz a super regulação e, paradoxalmente, a anomia. Ênfase muito forte nos vínculos pessoais, nas lealdades particulares; nas interações estreitas e íntimas entre os membros do movimento facilmente degenera em facciosismo, nepotismo e critérios particularísticos de aceitação para posições mais elevadas. A diferenciação de oportunidades, vantagens adquiridas ou chances de vida entre os participantes conduz muitas vezes a oligarquização e a substituição de objetivo: a liderança coloca a preservação do próprio movimento acima e além da realização de seu programa inicial (SZTOMPKA, 2005, p. 488).

No estágio de estruturação do movimento é importante ressaltar a identidade coletiva que, de acordo com Melucci (2001), constitui-se a partir de uma definição interativa e compartilhada, já que ela é:

construída e negociada através de um processo repetido de ativação das relações que ligam os atores (...). O processo de construção, manutenção, adaptação de uma identidade coletiva tem sempre dois ângulos: de um lado, a complexidade interna de um ator, a pluralidade de orientações que o caracteriza; de outro, a sua relação com o ambiente (outros atores, oportunidades/vínculos) (...). A construção de uma identidade coletiva implica investimentos contínuos e ocorre como um processo: a identidade pode tanto mais cristalizar-se em formas organizativas, sistemas de regras, relações de leadership quanto mais nos aproximamos das formas mais institucionalizadas do agir social (MELUCCI, 2001, p. 69).

A construção da identidade coletiva permite definir um “nós” a partir da rede de relações, interações, comunicações e negociações entre os atores para influenciar na tomada de decisão. Segundo Melucci (2001), é fundamental compreender como estes interesses são formados, compartilhados e mantidos. Para isso, o autor adota como critérios metodológicos os sistema de referência e as relações de poder e alguns princípios de análise como o conflito antagônico ou a negociação, a solidariedade (reciprocidade e reconhecimento) e os adversários, ressaltando que todo movimento social apresenta uma pluralidade de significados analíticos. Nesse sentido, os movimentos sociais estruturam-se a partir da formulação e transformação

das demandas em reivindicações através de práticas coletivas - assembleias, reuniões, protestos - e de práticas de difusão - jornais, conferências, performances teatrais, entre outras. Além disso, executam projetos e negociam por meio dos interlocutores com sua oposição ou intermediários (GOHN, 1997)

As formas de ação dos movimentos sociais podem ser compreendidas a partir da noção de “repertório de ação”, conceito elaborado por Tilly (2006) para descrever as diferentes possibilidades de manifestação da ação coletiva que ocorrerá a partir de uma estrutura de conflito e de um processo de relação entre grupos de pessoas que atuam na busca de interesses compartilhados, estabelecendo uma rotina de processos de reivindicações e confronto político com o Estado. Esses repertórios pragmaticamente se manifestam a partir de diversas performances (passeatas, atos públicos, anúncios e denúncias realizados pela sociedade civil, dentre outros), ou seja, um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, escolhidas, compartilhadas e transformadas historicamente pelos atores sociais - mudam, desaparecem, surgem ou são inovadoras e articuladas (TILLY e TARROW, 2007). Além disso, existem limites relacionados ao contexto - estruturas de oportunidades políticas - que produzem oportunidades e restrições políticas para os repertórios de ação coordenada e às mobilizações de diferentes pautas mediante a interesses (TARROW, 2009).

Outros fatores que são relevantes para a ação coletiva são os “enquadramentos interpretativos” construídos a partir da combinação das reivindicações identitárias, conforme apontado por Tarrow (2009). A formação destes enquadramentos ou *frames* são contingenciais e dinâmicos e permitem mobilizar adeptos para conquistar apoio e para desmobilizar opositores. Existe também a construção de um quadro interpretativo de amplo escopo, denominado *master frames*, que relaciona diferentes demandas e lutas e mobiliza diversos atores sociais (SNOW e BENFORD, 1988 apud LOSEKANN 2013)¹³.

Por fim, o último estágio da dinâmica interna dos movimentos é a sua **transformação** em outro modelo de organização social como os partidos políticos ou o seu **término**, podendo ser otimista, de acordo com o sucesso e o objeto alçando, ou pessimista, em caso de repressão e fracasso do movimento social. Contudo, é importante considerar que em situações de fracasso

¹³ SNOW, David A. e BENFORD, Robert D. (1988), “Ideology, Frame Resonance, and Participant Mobilization”. *International Social Movement Research*, vol. 1, pp. 197-218.

pode ocorrer o ressurgimento do movimento ou em longo prazo a “vitória na derrota”. Por outro lado, as situações de sucesso podem resultar na “consecução dos objetivos, causando a sua rápida dissolução e a reação das forças contrárias” (SZTOMPKA, 2005, p. 489) e ou a consolidação e/ou institucionalização do movimento (GOHN, 1997). Assim, o estágio de término e as possibilidades de sucesso da atuação dos movimentos sociais, direciona a reflexão para as mudanças externas e os impactos provocados por sua ação coletiva.

As considerações realizadas anteriormente sobre as complexas mudanças internas e os estágios dos movimentos sociais são fundamentais para compreender as relações, os efeitos e impactos da sua dinâmica externa e seu papel na transformação sociopolítica e cultural. É fundamental reforçar que as mudanças internas e externas dos movimentos sociais não correm em uma sequência de fases ou em um processo linear, já que:

seria um equívoco pensar que o movimento primeiro se cristaliza para adquirir potencial morfogênico e somente mais tarde é capaz de empregá-lo na reforma estrutural (...) a transformação do movimento e a transformação das novas estruturas sociais estão íntima e mutuamente interligadas, como estímulo ou como freio (SZTOMPKA, 2005, p. 494).

A análise da eficácia do movimento para inserir mudanças estruturais ou simbólicas também necessita de uma relativização, já que:

O efeito do movimento sobre as estruturas externas pode ser avaliado como relativo aos objetivos proclamados ou por comparação com as chances históricas concretas, objetivamente dadas. (...) De modo análogo, os efeitos manifestos do movimento, aqueles dos quais os seus membros estão completamente conscientes devem ser distinguidos de possíveis funções latentes (efeitos colaterais não-pretendidos e não-reconhecidos). Finalmente, os efeitos de curto prazo devem ser distinguidos dos efeitos de longo prazo, os quais só irão se manifestar no futuro. O balanço das consequências do movimento social é, portanto, sempre complexo e ambivalente. O que é um sucesso segundo determinada relativização pode se mostrar um fracasso em termos de uma outra (SZTOMPKA, 2005, p. 490).

Nesse sentido, é necessário avaliar as conquistas e efeitos dos movimentos sociais a partir das condições que foram possíveis. Sztompka (2005) evidencia que o potencial de introduzir inovações estruturais manifesta-se sob um modo desintegrador e/ou criativo, já que o movimento necessita “destruir”, “enfraquecer” ou “desestabilizar” as estruturas existentes para em seguida construir e inovar. Porém, muitos movimentos apresentam apenas um dos modos, necessitando consolidar os dois potenciais “a fim de ser historicamente consequente” (p. 491). Esse potencial de transformação estrutural, desintegrador e criativo, pode assumir quatro formas de acordo com o nível e dimensão almejado na estrutura social, são elas: (1) o

potencial ideológico, o grau de difusão das pautas, demandas e utopias na estrutura ideal; (2) o potencial reformista, impacto na estrutura normativa a partir da introdução de novos valores, regras de condutas e modos de vida; (3) potencial de reorganização, estabelecendo outros padrões e canais de interação social como a criação de redes de comunicação e a formação de coalizão; (4) o potencial redistributivo que impacta a estrutura de oportunidade, já que “o acesso ao poder se apresenta como fundamental para preservação dos benefícios adquiridos e para o controle da distribuição futura dos recursos e bens” (p. 493). Segundo o autor, quando um movimento social atinge todas as formas potenciais de transformação da estrutura social torna-se um movimento revolucionário (SZTOMPKA, 2005).

Diante disso, os movimentos sociais podem ser categorizados a partir do seu alvo de mudança na ou da sociedade, mas também na qualidade, vetor, objetivos e abrangência da mudança e outros critérios - época, estratégia e combinação complexa (Quadro 01).

Quadro 01 - Tipos de Movimentos Sociais	
Critérios	Exemplos
Abrangência da Mudança	Reformistas, Radicais e Revolucionários
Qualidade da Mudança	Progressistas e Conservadores ou Retroativos
Objetivos da Mudança	Estrutural e Individual
“Vetor” da Mudança	Positivos (introduzir) e Negativos (impedir)
Estratégia ou Lógica	Instrumental (controle político) ou Expressivo (reconhecimento)
Época Histórica	“Velhos Movimentos Sociais” e “Novos Movimentos Sociais”
Combinação Complexa e Heterogênea	Contramovimentos, “Indústria de Movimentos Sociais” e “Setor de Movimentos Sociais”

Elaboração própria a partir de Sztompka (2005).

Assim, os movimentos reformistas, por exemplo, querem a mudança na sociedade, como alterações nas leis ou criação de legislação, e os radicais querem a mudança da sociedade, como os movimentos de emancipação nacional nos países coloniais. A diferença na qualidade da mudança está relacionada à distinção da corrente política entre esquerda e direita. Os movimentos de esquerda assumem posições progressistas, olhando para o futuro. Já os

movimentos conservadores, associados a direita, buscam resgatar valores e relações antigas ou mantê-las (SZTOMPKA, 2005).

Ao analisar as construções e as formas de expressão, reivindicações e atuações, Gohn (1999) estabeleceu cinco categorias de agrupamentos dos movimentos sociais, levando em consideração: (1) a origem social da instituição que apoia ou abriga seu demandatários; (2) a natureza social e humana - sexo, idade, raça e cor; (3) problemas da sociais, relacionados à questões que envolvem a solução ou criação de equipamentos coletivos de consumo e a preservação do meio ambiente; (4) questões da conjuntura política - socioeconômica, cultural, etc.; e (5) ideologias e utopias.

Essa dinâmica externa dos movimentos também dialoga com a Teoria da Justiça e a Teoria Crítica, já que as ações coletivas buscam estabelecer um processo de reconhecimento e/ou redistribuição para mudança social. De acordo com Honneth (2003), os conflitos de desrespeito social que envolve os movimentos sociais contemporâneos estabelecem uma relação intersubjetiva entre os sujeitos e a luta por reconhecimento estaria vinculada às dimensões do amor, do direito e da solidariedade, impulsionando mudanças sociais. Contudo, Fraser (2007) estabelece a noção de participação paritária na concepção de justiça, integrando a luta por redistribuição, representação e reconhecimento na práxis política dos movimentos sociais, além dos conceitos de transnacionalização e de estrutura de governança.

A dinâmica externa dos movimentos sociais permite compreender as articulações e as/os apoiadoras/es e defensoras/es da sociedade civil. A perspectiva de redes é fundamental para compreender a trama e teia formada pelos movimentos sociais, conectando as dimensões de sociabilidade, estratégia e força política. Segundo Diani e Binson (2010), os movimentos sociais ocorrem a partir de processos que abrangem redes informais e interorganizacionais com uma multiplicidade de atores - indivíduos, grupos, associações, organizações - que compartilham uma identidade coletiva e engajam-se em um conflito comum. Sherer-Warren (2013) elabora o conceito de **rede de movimento social** para apreender os rumos das ações de movimentos progressistas que transcendem as experiências datadas e localizadas. A rede de movimento social é definida por:

seu caráter multi-identitário, incluindo frequentemente sujeitos de subredes ou, pelo menos, o reconhecimento das demandas e/ou simbologias de organizações feministas, grupos étnicos e antirracistas, classistas, geracionais, pacifistas, ecologistas, da economia solidária etc e de redes pluriorganizacionais, incluindo as

organizações populares de base, como associações civis e movimentos locais; as entidades mediadoras, como os fóruns da sociedade civil, ONGs, centros de educação popular; e práticas mobilizatórias públicas mais amplas, como os protestos, passeatas, manifestações, e as novas formas de mobilização através das redes virtuais etc. É a articulação discursiva dessas subredes numa proposta emancipatória mais ampla e minimamente integrada em torno de ideários comuns para a mudança o que vem a constituir uma rede de movimento social propriamente dito, no mundo contemporâneo (SCHERER-WARREN, 2013, p. 210).

Por fim, ao politizar as questões sociais, culturais, ambientais e econômicas, os movimentos sociais ampliam os debates e as lutas políticas na esfera pública e, conseqüentemente, criam processos de institucionalização de suas demandas no Estado. Nesse sentido, a próxima seção tem o objetivo de aprofundar nos debates sobre a participação política e os efeitos dos movimentos sociais sobre as políticas públicas, ressaltando algumas abordagens e ferramentas de análises sobre a mudança externa provocada pelos movimentos sociais nas estruturas estatais.

1.1.2 - A Participação Política: movimentos sociais, autonomia e construção de alternativas para as políticas públicas

A participação política apresenta algumas variações de acordo com as perspectivas analíticas, as definições e as relações com o processo democrático, além da consideração de que os atores sociais participam e envolvem-se com a política de diferentes formas. Segundo Alessandro Pizzorno (1975), o conceito de participação política pode ser definido como:

una acción que se cumple en solidaridad con otros, en el ámbito del un Estado o de una clase, con vistas a conservar o modificar la estructura (y por lo tanto los valores) del sistema de intereses dominantes. Que se trata de una acción que se desarrolla dentro de las relaciones de poder - como se preocupan por subrayar las definiciones de la ciencia política contemporánea - queda implícito en el hecho de que las relaciones de un sistema de intereses son siempre relaciones de poder. (1975, p. 39)

A solidariedade é um valor importante para que os atores se interajam e busquem agir coletivamente para atingirem objetivos específicos, atuando no âmbito do Estado ou das lutas sociais para a manutenção, alteração ou transformação da sociedade. Para Pizzorno (ibidem), as condições da participação política são explicadas a partir do **modelo da consciência de classe** - quanto maior consciência, maior a participação política - e do **modelo da centralidade** - maior posição social ou vínculo a determinado grupo social favorece a expressão da participação política.

Com base nesses modelos, são estabelecidas tipificações da participação política relacionadas a prevalência da solidariedade política ou a solidariedade privada. No que tange a solidariedade política, tem-se o **profissionalismo político** (participação dentro do sistema estatal e no sentido de “viver da política”) e o **movimento social** (atuação fora das estruturas estatais). Já nos casos de participação política em que prevalece a solidariedade privada existem a **participação civil**¹⁴ (vínculos partidários, associações, grupos corporativos, dentre outros vinculados a estrutura do sistema estatal) e a **subcultura política**, pessoas que estão excluídas dos canais de acesso às instituições estatais, mas participam politicamente a partir do peso político de seus atributos e situações de inferioridade civil para atingir objetivos privados.

De acordo com Gohn (2019), existem diferentes correntes de interpretação sobre a participação política que estão atreladas a paradigmas teórico-metodológicos distintos. A autora sistematiza dez abordagens explicativas mais usadas nas ciências sociais, são elas: (1) a escolha racional, que considera a participação como um cálculo entre custos e benefícios; (2) a participação a partir da posição social dos indivíduos na sociedade e da proximidade dos centros de poder; (3) a mobilização política institucional, considerando os repertórios de ação e as articulações com as estruturas de oportunidade política; (4) a identidade coletiva, que destaca os aspectos culturais e às suas redes; (5) a teoria crítica e reconhecimento de direitos; (6) engajamento militante ou neomarxista; (7) a teoria decolonial a partir do o debate denominado Sul-Sul; (8) a abordagem relacional ou do cyberativismo nas redes e mídias sociais; (9) a abordagem de gênero, fundamentada nas teorias femininas ; e (10) autonomistas com base no socialismo libertário e no anarquismo.

Para além de pensar as tipologias e abordagens sobre a participação política, é necessário reconhecer as tensões entre democracia¹⁵ e movimentos sociais para compreender os

¹⁴ Verba, Schlozman e Brady (1995), apresentam o modelo do "voluntarismo cívico" que explica a motivação para participação dos indivíduos através da relação entre custos, recursos (o tempo, o dinheiro e as habilidades), interesse político e envolvimento psicológico, além da presença de redes de recrutamento.

¹⁵ O livro “Participação e Teoria Democrática” de Carole Pateman (1992) apresenta uma perspectiva crítica sobre a própria compreensão da democracia representativa liberal e que, segundo os teóricos elitistas, está vinculada a um método político com eleições livres e periódicas. De acordo com Gaspardo (2018), o modelo de democracia elitista e liberal é normativo, “pois toma os sistemas norte-americano e inglês como paradigmas para avaliação de todos os outros sistemas políticos, e como se não fosse possível existir alternativas melhores para diferentes localidades” (p. 68). Além disso, o “sufrágio universal” seria, para esse modelo de democracia, a única garantia de participação para controlar os líderes, aumentando a distância entre os representantes e os representados e ocorrendo uma abstração da inclusão que fundamenta em uma exclusão política, ou seja, a não efetivação da participação (SANTOS, 2002). Segundo Pateman (1992), apenas a existência de instituições representativas não

fenômenos de participação. No que diz respeito a produção de políticas públicas pelos governos em uma democracia, deve ser levado em consideração o contexto e o modelo do sistema político para compreender os efeitos da ação coletiva na elaboração, aprimoramento e controle das políticas públicas. Porém, muitos movimentos sociais não participam dos espaços institucionais de partilha de poder/decisão e elaboram uma diversidade de repertórios de ação direta (ativismos políticos) com o objetivo de “promover a democratização das relações sociais dentro da sociedade civil, através da redefinição de papéis, normas, identidades (individuais e coletivas), conteúdo e modos de interpretação de discursos” (PEREIRA, 2012, p. 16). Dessa forma, os movimentos sociais contribuem de maneiras distintas com o engajamento democrático, promovendo práticas internas de democracia e aumentando a participação política (DELLA PORTA e FELICETTI, 2017).

Essa diversidade de engajamentos dos atores sociais remete à discussão sobre a autonomia dos movimentos sociais. Segundo Oliveira e Dowbor (2020), uma das características de ação do movimento social é a autonomia em relação a outrem, ou seja, “ele se autodefine e se auto-organiza em relação a alguma instituição ou ator que poderia, em tese, impor-lhe um modo de funcionamento” (p. 6). Para além da autonomia dos movimentos sociais em relação ao Estado, é possível pensar a autonomia frente à dominação colonial, ao capital ou à dominação patriarcal. Oliveira e Dowbor (2020) sistematizaram a produção bibliográfica sobre essa temática nos últimos dez anos e suas distintas perspectivas a respeito das forças políticas e analíticas do processo de negação e construção, estabelecendo três tipos analíticos de ação autônoma de movimentos em relação ao Estado (Quadro 02)

seria suficiente para promover a participação da sociedade, sendo necessário expandir a democracia a outras esferas para promoção de atitudes e qualidades participativas. A educação para participação e eficácia política deve começar na vivência cotidiana, no local de trabalho e nas relações de produção para depois ser ampliada a outros contextos sociais mais amplo.

Quadro 02 - Tipos Analíticos de Ação Autônoma de Movimentos em Relação ao Estado		
Tipo	Processo Relacional de Negação e Construção	Exemplos
1	Negação do Estado e construção de modos de vida à sua margem.	O movimento neozapatista mexicano, representado pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional e os movimentos de mulheres indígenas no México.
2	Negação das formas de funcionamento do Estado e construção alternativa de organização e ação.	O Movimento Passe-Livre, os movimentos de mulheres indígenas do Peru, da Bolívia e do México, os movimentos altermundiais, como o Fórum Social Mundial, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o Movimento dos Trabalhadores sem Teto.
3	Negação da desigualdade histórica nas decisões do Estado para produção de políticas públicas e construção de propostas alternativas para aquelas políticas.	Movimento de Economia Solidária, Movimento dos Trabalhadores sem Teto.

Elaboração própria a partir de Oliveira e Dowbor (2020).

Nesse sentido, a autonomia é considerada como um duplo processo que apresenta uma negação do Estado enquanto aquele que produz ou cria definições e, por outro lado, uma construção de definições e produções dos movimentos sociais no lugar do Estado. O primeiro tipo realça a autonomia das práticas cotidianas e construção de modos de vida, recusando a relação com o Estado e negando-o em sua totalidade. O segundo evidencia a autonomia tática e a construção de formas organizacionais alternativas, confrontando politicamente e extra institucionalmente o Estado e negando seu funcionamento. E o terceiro tipo, ressalta a autonomia do movimento na construção de propostas e projetos alternativos que buscam transformar em políticas públicas, interagindo com o Estado dentro e fora de suas instituições e negando suas desigualdades históricas na elaboração de políticas públicas. Contudo, um mesmo movimento pode apresentar em seu histórico temporal de ações as três tipologias, ou seja, momentos de recusa em relação com o Estado, momentos de confronto político extra institucional e momentos de construção de políticas públicas dentro da estrutura do estado (cargos comissionados, participação em conselhos e conferências, etc.), principalmente em contextos de governos progressistas brasileiros (OLIVEIRA e DOWBOR, 2020).

Assim, a autonomia como característica dos movimentos sociais pode coexistir com os processos de institucionalização de suas demandas e de seus projetos alternativos. Diversas

teorias e abordagens internacionais buscam apresentar modelos analíticos para compreender a organização dos movimentos sociais e as suas ações para influenciar o processo de formulação e implementação das políticas públicas. No caso brasileiro, muitos estudos nacionais sobre participação mostram as mudanças que os movimentos sociais produzem nas políticas públicas ao estabelecerem relações entre atores da sociedade civil e Estado. A identificação da “mútua constituição” e as interações socioestatais são aspectos relevantes desses estudos e serão aprofundados na seção seguinte, já que os movimentos sociais afetam as políticas públicas e essas políticas também influenciam o processo de formação e atuação desses movimentos (LAVALLE et al., 2019).

1.2 - Os Estudos Contemporâneos dos Movimentos Sociais no Brasil: perspectiva relacional, regimes, subsistemas e repertórios de interação

A compreensão sobre a relação entre Estado e movimentos sociais vem sendo ampliada para além do confronto político a partir de diversas pesquisas empíricas contemporâneas realizadas no Brasil pós 1990 que evidenciam diversos efeitos a partir das relações de mutualidade entre esses atores (ABERS e BULOW, 2011; ABERS, SERAFIM e TATAGIBA, 2014; CARLOS, 2015; ABERS, SILVA e TATAGIBA, 2018; LAVALLE et al. , 2018). Segundo Carlos (2015), as teorias clássicas dos movimentos sociais abordaram a relação do movimento com o sistema político através de uma perspectiva dicotômica e autônoma entre as esferas da sociedade civil e do Estado. Essas teorias precisam ser complementadas por um enfoque que evidencie o caráter dinâmico e interativo entre atores coletivos e as instituições políticas, já que essas duas esferas são co-constituídas por uma diversidade de interconexões e imbricações em contextos democráticos.

Contudo, essa temática é contenciosa, já que, para alguns autores/as, essas esferas não são totalmente codependentes (ABERS, SILVA e TATAGIBA, 2018), enquanto para outros a relação dependerá da cultura cívica e do contexto político (AVRITZER, 2009). Para Carlos (2017), os padrões de interação socioestatal configuram-se a partir da cooperação subordinada e/ou interação conflitual, variando conforme a demanda defendida pelo movimento social. Além disso, é importante considerar também um padrão híbrido dessas interações denominado cooperação conflitual. Assim, para essa perspectiva, os movimentos sociais cooperam com o Estado de maneira subordinada (demandas negociáveis e permeáveis à

agenda governamental) e/ou conflitual (demandas não negociáveis e que constituem ameaças para os governos) para a produção de políticas públicas alternativas e formação da agenda pública.

O contexto político é uma dimensão importante para compreender as questões que condicionam a atuação política e os resultados dos movimentos sociais. Para introduzir este debate, é necessário retomar o conceito de Estruturas de Oportunidades Política (EOP) que enfatiza como os fatores relacionados ao contexto político-institucional e estrutural limitam os repertórios de reivindicações e lutas, estabelecendo oportunidades, restrições e ameaças para essas ações e para a conformação e sucesso dos movimentos sociais (TILLY 2008; TARROW, 2009).

A partir de um diálogo crítico com as principais produções nacionais e internacionais, Abers, Silva e Tatagiba (2018) apresentam os limites do conceito de EOP para o contexto brasileiro e propõem o conceito de **Estruturas Relacionais**, levando em consideração as relações de interdependência que os movimentos sociais estabelecem com diversos atores e instituições. Nessa perspectiva, o contexto político não é mais “objetivado e externo” aos movimentos sociais, como abordado pelo conceito de EOP, ou mesmo como utilizado por Avritzer (2009), mas é conformado por relações entre diversos atores que se constituem em redes e que possibilitam a estruturação de ações estratégicas. Para analisar as relações entre movimentos sociais e políticas públicas, Abers, Silva e Tatagiba (2018) estabelecem duas ferramentas analíticas - **os regimes políticos e os subsistemas de políticas públicas**. Por meio delas descrevem os processos de participação e explicam as mudanças ocorridas nos movimentos e nas políticas públicas. Os regimes políticos são “relações entre os atores politicamente relevantes que condicionam o acesso às discussões e decisões governamentais” (ibidem, p. 17), definindo oportunidades e/ou obstáculos para os movimentos sociais. Já os subsistemas de políticas públicas estão relacionados “às configurações de poder específicas a cada setor de política pública, que conferem aos movimentos sociais diferentes condições de acesso a esses setores e influência sobre eles” (ibidem, p. 17). Assim, de acordo com o seu posicionamento nas relações de poder nos regimes e subsistemas:

os atores políticos (entre os quais os movimentos sociais) adquirem acesso diferenciado aos recursos materiais e simbólicos que circulam nessas estruturas, influenciando e distinguindo sua capacidade de agência e conseqüentemente de influência sobre a política pública. Ao mesmo tempo, argumentamos que os atores situados nessas estruturas também podem usar os recursos de que dispõem para criativamente construir novas relações (ABERS, SILVA e TATAGIBA, 2018, p. 17).

Portanto, a abordagem dos regimes e, principalmente, dos subsistemas de políticas possibilitam analisar a heterogeneidade do Estado, ou seja, as distintas oportunidades e constrangimentos para a inserção e atuação dos movimentos sociais em diferentes setores de políticas. Nesse sentido, os estudos e as análises sobre a estrutura relacional dos setores de políticas permitem compreender a atuação dos movimentos sociais que anunciam modelos alternativos¹⁶ para além dos atos de protesto, mas também por meio da participação em disputas entre diferentes interações e das relações no interior do subsistema (ABERS, SILVA e TATAGIBA, 2018).

Em diálogo com as perspectivas do pragmatismo e da sociologia relacional, Abers, Silva e Tatagiba (2018) evidenciam a “agência criativa, situada e relacional” dos movimentos que constroem e disputam políticas, “interagindo ativamente com os agenciamentos de outros atores e instituições com os quais apresentam relações de interdependência” (p. 29). Para além do confronto, segundo Abers, Serafim e Tatagiba (2014), o conceito de repertório também pode ser utilizado para analisar dinâmicas de colaboração Estado-sociedade, já que os movimentos sociais brasileiros negociam frequentemente com o Estado e também atuam por dentro das instituições estatais, principalmente em subsistemas de políticas públicas. Nesse sentido, as autoras elaboram o conceito de **repertório de interação** entre Estado e sociedade civil, inspirando-se no conceito de repertório de contenção de Tilly (2008). A adaptação do conceito possibilita compreender a diversidade da participação política e de estratégias usadas, combinadas e transformadas pelos movimentos sociais na interação com o Estado brasileiro: os protestos e a ação direta; a participação institucionalizada; a política de proximidade - lobby; a ocupação de cargos na burocracia; entre outras.

Os **protestos e a ação direta** foram explorados de maneira mais ampla na primeira seção deste capítulo - as marchas e as ações para evidenciar os conflitos, reforçar identidades e estabelecer negociações. Assim, nesta seção serão aprofundados os debates sobre a participação institucionalizada, a política de proximidade e a ocupação de cargos na burocracia, apresentando as principais literaturas e análises contemporâneas sobre esses repertórios de interação e seus desafios e possibilidades.

¹⁶ Tatagiba, Abers e Silva (2018) definem “os modelos de políticas (sejam dominantes, sejam alternativos) como conjuntos em constante construção de problematizações, soluções, instrumentos, arranjos e outros componentes ideacionais que se transformam ao longo do tempo por meio dos processos experimentais e relacionais” (p. 107).

A **participação institucionalizada** ou as instituições participativas no Brasil a partir do processo de redemocratização e da Constituição de 1988, expandido as formas de participação e interação da sociedade civil com as questões políticas¹⁷. Desde então, o país tornou-se referência em participação social, com destaque para as iniciativas como o orçamento participativo e os conselhos de política públicas que permitiram conectar ações de base e atores políticos. Os conselhos, por exemplo, possibilitam criar uma rotina de participação, controle social e influência da sociedade civil no processo de decisão das políticas públicas. Apesar desses avanços, as instituições participativas apresentam alguns limites nas formas e nos níveis de participação, sendo necessário avançar nos estudos e avaliações em relação à efetividade e eficácia da participação institucionalizada (AVRITZER, 2009; ALMEIDA e CUNHA, 2011).

Já o repertório de interação denominado **política de proximidade**, também conhecido como lobby, evidencia que os movimentos sociais e ativistas atuam tanto no Executivo quanto no Legislativo, estabelecendo uma interlocução e negociação direta com as/os tomadores de decisão. Esse contato e acesso às autoridades públicas ocorrem a partir dos laços pessoais, do status da organização social, entre outros. No caso do Legislativo, a ação coletiva ocorre junto de partidos políticos para aprovação de leis em determinadas áreas e setores de políticas públicas. Assim, os movimentos sociais e os “atores específicos obtêm distinção através de sua posição em um campo relacional, que lhes confere um nível de prestígio tal que lhes possibilita prescindir das mediações institucionais e/ou estruturas rituais que facultam acessos” (ABERS, SERAFIM e TATAGIBA, 2014, p. 332).

É importante evidenciar também a interação entre ativistas de movimentos sociais situados dentro e fora do Estado, levando ao último repertório de interação: a **ocupação de cargos na burocracia**. Essa ocupação em posições nos governos aliados configura-se como uma estratégia para avançar nos objetivos dos movimentos sociais, retroalimentando e fortalecendo as rotinas de interação.

¹⁷ Gaspardo (2018) sintetiza os desafios da democracia participativa em dois aspectos que são: “a legitimidade e a efetividade, ou seja, não basta que os processos decisórios sejam inclusivos, deliberativos, pedagógicos e institucionalmente plurais, é necessário que tais instâncias tenham capacidade política de tornar suas decisões efetivas” (p. 75). O autor também agrupa os desafios em três categorias de limites estruturais que também são identificadas nas instituições representativas: (a) representatividade e *accountability*; (b) desigualdade real de poder político; (c) tecnificação da política.

Por exemplo, movimentos sociais têm mais oportunidades de envolver-se na política de proximidade quando seus colegas ocupam cargos no governo. Quando amigos, aliados e companheiros de militância tornam-se funcionários do Estado, conexões personalizadas entre atores estatais e não estatais são facilitadas. As negociações são muito mais prováveis de ocorrer em reuniões informais, não apenas nos ministérios, mas também durante o jantar, ou outros espaços externos às instituições estatais. Talvez na maior parte dos casos, burocratas militantes iniciaram suas carreiras de militância fora do Estado. No entanto, é importante notar que alguns movimentos sociais foram formados por pessoas que trabalhavam no Estado desde o início (ABERS, SERAFIM e TATAGIBA, 2014, p. 333).

Nesse sentido, ativistas e militantes entram no estado e estabelecem uma interação direta com os movimentos sociais, estabelecendo um processo de “ativismo institucional”. Contudo, é necessário considerar que essas entradas no aparato estatal - submissão de regras e normas - podem gerar defesas de posições mais moderadas ou até contrárias das/os ativistas em relação às pautas dos movimentos sociais (ABERS e VON BÜLOW, 2011), interpelando a relação de dependência ou não dos movimentos sociais com o Estado.

Uma vez explorado a questão da autonomia e os possíveis processos relacionais entre movimentos sociais e Estado, na seção seguinte será aprofundado os debates sobre a institucionalização de princípios, valores e demandas dos movimentos sociais e alguns conceitos-chave para compreender as possibilidades de mudanças promovidas por esses atores sociais no sistema político.

1.2.1 - Institucionalização de Demandas: encaixes institucionais, institucionalização simbólica e domínio de agência

A perspectiva relacional e a mútua constituição do Estado e da sociedade civil, evidenciadas na seção anterior, estabelecem a necessidade de compreender os processos de institucionalização de interesses, valores e demandas dos movimentos sociais no sistema político. Inicialmente, é importante reconhecer as capacidades de organização dos atores sociais e as capacidades estatais (instituições políticas e administração pública) que modelam as formas, as estratégias e os resultados da interação entre o Estado e os movimentos sociais em cenário de conflitos e/ou cooperações (CARLOS, 2015; LAVALLE et al., 2019).

Os efeitos e as influências dos atores sociais nos processos decisórios podem estar relacionados à existência de pontos de acessos ao Estado que possibilitam arquitetar encaixes para institucionalização de normas, valores e demandas. De acordo com Lavallo et al. (2019),

os **encaixes institucionais**¹⁸ são artefatos resultantes de processos de interação socioestatal e podem se configurar como instrumentos de políticas públicas, leis, programas, instâncias, órgãos, cargos, entre outros. É importante ressaltar também a institucionalização simbólica, ou seja, a institucionalização de categorias e ideais dos movimentos sociais em capacidades cognitivas estatais e políticas públicas inovadoras (SZWAKO e LAVALLE, 2019). Assim, os atores sociais adquirem capacidade de ampliar a agência por um determinado tempo e/ou ativam favoravelmente a seletividade e a cooperação das instituições políticas. Esses encaixes institucionais variam horizontal e verticalmente em relação às suas especificidades e à hierarquia de autoridade em que atuam:

Canais de transmissão de informação, instâncias de fiscalização, cogestão de serviços, criação de programas ou políticas públicas, e inclusive a ocupação de cargos, podem ser, em processos de interação socioestatais, tanto encaixes arquitetados pelos atores sociais quanto capacidades adquiridas de atuação pelo Estado, mas possuem características e implicações políticas consideravelmente diferentes. A variação horizontal e vertical dos encaixes demanda, assim, maior especificação analítica. Mais: a articulação de diversos encaixes pode trazer consigo configurações emergentes de interação socioestatal que operam conectando diversos encaixes, com alguma estabilidade, em altitudes ou níveis de hierarquia diferentes, ou seja, com maior ou menor alcance político. Levar em consideração a articulação vertical e horizontal dos encaixes é relevante precisamente porque permite diferenciar quando operam configurações de encaixes de maior alcance e potência (domínios de agência) e quando se trata simplesmente encaixes avulsos ou em alguma medida desarticulados entre si (LAVALLE et al., 2019, p. 49)

Por sua vez, as articulações dos encaixes institucionais verticais e horizontais configuram-se em **domínios de agência**, favorecendo a capacidade de agir dos movimentos sociais em determinado setor de política com a responsabilidade direta ou indireta do Estado. A perspectiva de domínios de agência também ressalta o enfoque dinâmico e relacional dos processos políticos, substituindo o enfoque contextual e exógeno dos processos de institucionalização. Portanto, os encaixes institucionais resultantes dos repertórios de interação Estado-sociedade geram domínios de agência “porque institucionalizam âmbitos de atuação que animam a capacidade de ação dos atores (...) reconhece e favorece a capacidade de agir e decidir de determinados atores” (LAVALLE et al., 2019, p. 52)

É necessário considerar também os mecanismos que influenciam, isolados ou em combinação, os processos de interação e alteram os modos e as possibilidades da institucionalização. Esses mecanismos podem ser: (1) institucionais, a porosidade do Estado, a composição partidária e eleitoral dos poderes legislativos e executivo, e as capacidades estatais; (2) relacionais, a rede

¹⁸ O conceito de encaixe institucional foi elaborado por Theda Skocpol (LAVALLE et al., 2019).

de relações informais e rede de apoiadores e coalizões dos movimentos sociais; e (3) sociais, a capacidades de ação dos atores sociais para arquitetar encaixes institucionais e construir domínios de agência. Por fim, as capacidades estatais estabelecem as normativas legais, recursos administrativos, humanos e financeiros para executar as políticas e são um dos mecanismos e variáveis fundamentais na construção de encaixes institucionais, já que moldam as estratégias de acesso e sucesso dos movimentos sociais e suas demandas e, ao mesmo tempo, são moldadas e incrementadas pela interação desses atores sociais com as instituições e atores estatais (LAVALLE et al., 2019, p. 55).

1.3 - Escolha Teórica e Metodológica da Pesquisa

Neste capítulo foram apresentadas as principais abordagens de interpretação dos movimentos sociais, enfatizando as diferentes perspectivas que discutem suas origens e as mudanças internas e externas; as definições e caracterizações; os padrões e repertórios de ação; e os impactos na política e no sistema político. Para além do confronto político, padrão de ação paradigmático dos movimentos sociais na abordagem norte-americana dos movimentos sociais, foram evidenciados os processos relacionais destes com agentes e estruturas institucionais no Brasil, bem como os tipos analíticos de ação autônoma de negação e construção com o Estado.

A qualidade dos resultados do processo de interação Estado-sociedade necessita ser analisada em cada estudo empírico e vai depender de suas especificidades e também de como são e ocorrem as dinâmicas de ação coletiva, de abertura do estado, das regras elaboradas e da implementação das políticas públicas. Algumas perspectivas teóricas reforçam os desafios, problemas e desigualdades dessa relação dos movimentos sociais com a institucionalidade, mesmo compreendendo as oportunidades para mobilização de recursos ou identificando a construção de políticas públicas alternativas nos espaços de participação e deliberação, a depender da trajetória da relação de consenso ou conflito. Outras teorias ressaltam as redes, os repertórios de interação e os encaixes institucionais, evidenciando a interdependência e as relações com subsistemas de políticas públicas.

A partir desse levantamento, encontra-se a seguir a abordagem teórica e metodológica escolhida para esta pesquisa, que tem como enfoque as redes de agricultura urbana

agroecológica e a temática da institucionalização de ideias da agroecologia no município de Belo Horizonte, buscando descrever e compreender as relações entre esses atores, quais os tipos de ação autônoma e os repertórios de interação mobilizados (Quadro 03).

Quadro 03 - Abordagem Teórica e Metodológica desta Pesquisa		
Conceitos	Operacionalização	
	Dimensões	Indicadores
Redes de Movimentos Sociais (Diani e Bison, 2010; Scherer-Warren, 2013)	Forma de organização e interação, recursos, tensões e conflitos.	Atores-chave (individuais/ativistas e coletivos) das redes de Agroecologia e suas funções, interesses e coalizões.
Repertórios de Interação (Abers, Serafim e Tatagiba, 2014)	Tipos: protestos e ação direta, participação institucionalizada, política de proximidade, ocupação de cargos na burocracia, espaços de debates, entre outros.	Ocupações urbanas, participação no Conselho Municipal de SAN (COMUSAN), articulações na Câmara Municipal de BH, cargos de diretoria e técnicas/os.
Encaixe Institucional (Lavalle et al., 2019)	Pontos de acesso ao sistema político: regras, prioridades, leis, protocolos, coalizões políticas, programas, órgãos, entre outros.	Regulamentos, termos e documentos institucionais da PBH, protocolos, leis municipais.

Fonte: elaboração própria.

A abordagem teórica e metodológica escolhida para esta pesquisa tem o propósito de interpretar os movimentos sociais a partir da noção de redes para evidenciar o caráter informal e interorganizacional entre uma multiplicidade de atores que compartilham uma identidade coletiva e engajam-se em conflitos (DIANI e BISON, 2010), que muitas vezes transcendem as experiências datadas/localizadas e conectam diversas lutas sociais (SCHERER-WARREN, 2013). A opção pela perspectiva relacional tem a finalidade de auxiliar na compreensão das possibilidades de influências e da mútua constituição dos movimentos sociais e do Estado a partir das ferramentas analíticas dos sistemas e subsistemas de políticas públicas e do conceito de repertórios de interação Estado-sociedade (ABERS, SERAFIM e TATAGIBA, 2014). Por fim, a análise da institucionalização das ideias, valores e demandas dos movimentos sociais

por meio dos encaixes institucionais, domínio de agência e capacidades estatais (LAVALLE et al. 2019), configuram-se como noções-chave para interpretação dos instrumentos das políticas públicas, bem como de suas finalidades e efeitos. O próximo capítulo tem o objetivo de apresentar o movimento agroecológico no âmbito nacional e sua dimensão política e, posteriormente, será aprofundado no terceiro capítulo o estudo de caso das redes de agroecologia e agricultura urbana de Belo Horizonte.

CAPÍTULO 02

O MOVIMENTO AGROECOLÓGICO E A DIMENSÃO POLÍTICA DA AGROECOLOGIA

“Para essas comunidades contra colonizadoras, a terra era (e continua sendo) de uso comum e o que nela se produzia era utilizado em benefício de todas as pessoas, de acordo com as necessidades de cada uma, só sendo permitida a acumulação em prol da coletividade para abastecer os períodos de escassez provocados por irregularidades climáticas, guerras ou os longos períodos de festividades”
(Nêgo Bispo dos Santos, 2015)

Povos indígenas de diversas etnias, quilombolas, agricultores/as familiares, camponeses/as, extrativistas, pescadores/as artesanais, faxinalenses, agricultores/as urbanos/as, geraizeiros/as, sertanejos/as, vazanteiros/as, quebradeiras de coco, caatingueiros/as, criadores/as em fundos e fechos de pasto, seringueiros/as, representantes de comunidades ribeirinhas, de povos tradicionais de matriz africana e povos de terreiro, técnicos/as, educadores/as, pesquisadores/as, extensionistas e estudantes, além de gestores/as públicos, representantes da cooperação internacional e aliados/as da agroecologia. Essas foram as diferentes identidades socioculturais que participaram e assinaram a Carta Política do IV Encontro Nacional de Agroecologia ocorrido em Belo Horizonte no ano de 2018 e que contou com aproximadamente 2 mil pessoas, trabalhadores/as do campo, das florestas, das águas e das cidades vindas de todas regiões do Brasil (ANA, 2018).

A agroecologia insere-se nos debates contemporâneos do ambientalismo na América Latina, evidenciando a emergência e a convergência entre as teorias decoloniais, do ecofeminismo, do pensamento complexo¹⁹, entre outros. O campo da agroecologia, que inicia-se como uma ciência cidadã, contra hegemônica e articulada com diversas práticas sociais, vem se transformando no movimento agroecológico a partir de um amplo escopo de lutas e com o objetivo de gerar mudanças estruturais nas questões socioambientais, econômicas e políticas relacionadas principalmente aos sistemas agroalimentares. Essas questões permitem ampliar

¹⁹ O pensamento complexo, na perspectiva de Edgar Morin (2007), possibilita superar a simplificação e fragmentação de áreas do conhecimento e de metodologias científicas que separam os objetos de pesquisa do seu contexto e meio ambiente. De acordo com Paiva (2019), “a ciência ocidental aplicada à agricultura parte dessa lógica quando apresenta as relações econômicas dissociadas das relações ecológicas e ambientais, a ética como uma dimensão distinta da economia, e todas essas relações se apresentam, frequentemente, à parte de seu contexto histórico” (p. 551). Assim, o pensamento complexo evidencia as relações de uma parte com o todo, a multidimensionalidade dos fenômenos e a trama complexa da realidade.

as perspectivas teóricas e conceituais sobre as identidades, enquadramentos e outras dimensões da ação coletiva, dialogando com a perspectiva de redes e seu caráter multiidentitário e pluriorganizacional. Também permite contribuir com as interpretações dos movimentos sociais contemporâneos a partir de abordagens que evidenciam a complexidade e a transversalidade de lutas sociais e que configuram novos paradigmas e categorias de análises.

Este capítulo tem o objetivo de apresentar um breve histórico da formação e consolidação do campo agroecológico e evidenciar suas múltiplas representatividades, as dimensões da democratização dos sistemas agroalimentares e a construção da soberania alimentar, territorial e sociocultural. Para tanto, será apresentada a história do movimento de agroecologia no Brasil, compreendendo sua origem, estruturação, pautas e destacando sua dimensão política. Posteriormente, o debate sobre a aproximação da agricultura urbana com a agroecologia no contexto metropolitano será aprofundado para compreender as possibilidades e desafios da institucionalização das ideias da agroecologia nesses territórios, além de apresentar o debate sobre as tipologias de ação pública de agricultura urbana.

2.1 - Prática, Ciência e Movimento: histórico, definições e múltiplas dimensões da agroecologia

A partir da década de 1970, surgem no Brasil e em outros países da América Latina os movimentos de agriculturas alternativas que apresentaram um conjunto de propostas para enfrentar e superar a agricultura industrial capitalista e os problemas gerados por esse modelo de produção. O processo de modernização da agricultura iniciou-se no final do século XIX e foi denominado como “Revolução Verde”. De acordo com Nêgo Bispo dos Santos (SANTOS, 2015):

No período chamado de pós-guerra tanto os ditos vencedores quanto os perdedores ficaram com um grande acúmulo de tecnologia e maquinários desenvolvidos prioritariamente para fins bélicos, o que chamarei aqui de lixo da Segunda Guerra Mundial. Entre os maquinários estão os tanques, caminhões, tratores, tanto voltados para abertura de estradas, quanto para a mecanização da produção agrícola. Também sobrou a tecnologia agroquímica da monocultura do trigo e outras monoculturas desenvolvidas para a produção em ciclos curtos e em larga escala. Então, vem a pergunta: o que fazer com todo esse lixo? Essa pergunta me faz compreender o que no Brasil foi chamado de "Revolução Verde". Pois bem, os detentores do lixo da Segunda Guerra Mundial precisavam vender esse lixo para os países em processo de desenvolvimento capitalista e, para isso, precisavam dismantelar toda e qualquer resistência, principalmente as resistências socioculturais e intelectuais. Daí a importância da criação, da ampliação e do fortalecimento das escolas agrotécnicas e

dos centros acadêmicos de ciências agrárias. Esses novos fatores vieram no mesmo pacote iniciado com as negociações de Getúlio Vargas, ou seja, primeiro ofereceram aos povos tradicionais a alfabetização como forma de desqualificar os saberes tradicionais das mestras e dos mestres de ofício. Tanto é que a escolarização que lhes foi ofertada veio totalmente descontextualizada dos modos de vida dessas populações, tendo por finalidade promover um amplo e acelerado processo de êxodo rural e, assim, atender à necessidade de absorção do lixo tecnológico da Segunda Guerra Mundial. Ao mesmo tempo em que o êxodo rural também atendia a grande demanda por mão de obra nos grandes centros urbanos, esvaziando os territórios tradicionais, enfraquecendo a resistência contra colonizadora e criando as condições publicitárias para a introdução da monocultura mecanizada no setor primário da economia (SANTOS, 2015, p. 53).

Esse modelo de agricultura de base industrial estabeleceu um sistema de produção convencional para maximização da produção e do lucro que se estruturou na mecanização agrícola e no incentivo ao uso de agrotóxicos, adubos e fertilizantes químicos. As seis características e práticas básicas desse sistema convencional são: (1) a monocultura em grandes latifúndios; (2) o cultivo intensivo do solo; (3) grandes projetos de irrigação; (4) o uso de fertilizantes e adubos sintéticos; (5) a utilização de agrotóxicos, ou seja, o controle químico de pragas e ervas adventícias; (6) e a manipulação de genomas de plantas, mais conhecidas como transgênicos (GLIESSMAN, 2005).

Diante desse contexto, os movimentos de agriculturas alternativas começaram a denunciar a insustentabilidade desse sistema de produção industrial devido a degradação dos recursos naturais essenciais para a prática agrícola (água, o solo e a biodiversidade) e pela dependência de equipamentos, maquinários e insumos industriais que utilizam fontes não renováveis de energia e combustíveis fósseis (GLIESSMAN, 2005). No caso do uso dos agrotóxicos, diversas pesquisas²⁰ mostram os danos e o impacto negativo na saúde humana, principalmente das/os agricultoras/es, das comunidades que habitam às áreas próximas do cultivo e das/os consumidoras/es, além da contaminação do solo e dos prejuízos para todo o meio ambiente. Além disso, o modelo de agricultura industrial tem apresentado um padrão excludente na produção, oferta e acesso alimentar, ampliando a concentração de terras por latifundiários para exportação de commodities e para gerar lucros, sem nenhuma preocupação com segurança alimentar e com a erradicação da fome. Esse modelo hegemônico e dominante configura-se como os principais causadores de conflitos socioambientais, “um processo

²⁰ Destaca-se a publicação do “Dossiê Abrasco – um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde”, divulgado desde 2012 e lançado como livro em 2015 pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO). Além disso, é importante informar que o Brasil assumiu o posto de maior consumidor mundial de agrotóxicos no ano de 2008 (CARNEIRO, 2015).

permanente de exclusão social, êxodo rural, diferenciação social e concentração da posse da terra” (CAPORAL e PETERSEN, 2012, p. 72).

A modernização agrícola contou com uma ampla sustentação do Estado brasileiro e se consolidou no contexto do golpe militar, tendo como um dos marcos a promulgação do Estatuto da Terra em 1964. A partir do discurso do progresso, mas mantendo a concentração da terra, o grande montante dos recursos públicos beneficiou principalmente os grandes proprietários e fazendeiros. O Estado brasileiro promoveu a modernização da agricultura capitalista com o estímulo e apoio do sistema financeiro, criando diversos processos e incentivos como o crédito agrícola, a pesquisa agropecuária e a assistência técnica. Até os anos 1970, não existia nenhuma política específica para o campesinato e as pequenas/os produtoras/es (WANDERLEY, 2009).

O movimento de agricultura alternativa inicia sua articulação na década de 1970 com os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa²¹ (EBAAAs) e com a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) para denunciar os padrões socialmente excludentes e ambientalmente predatórios da “Revolução Verde”. A partir de 1983, ressalta-se o papel das organizações não governamentais para promoção dessas práticas de agricultura alternativas que foi impulsionado com o Projeto Tecnologias Alternativas (PTA) da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). O projeto teve como objetivo promover e difundir práticas agroecológicas, fortalecer a agricultura familiar e promover o desenvolvimento rural sustentável, estimulando a formação de diversas ONGs pelo Brasil - os Centros de Tecnologia Alternativa (CTA) - e, por fim, se transformando na Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA).

Em 1989, no âmbito latino-americano, foi criado o Consórcio Latino-Americano de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável (CLADES). É importante ressaltar que a origem do termo “agroecologia” está relacionada com o livro “Agroecologia: bases científicas para uma agricultura alternativa”, do agrônomo chileno Miguel Altieri, publicado em 1989 no Brasil. Desde então, o termo passou a ser utilizado amplamente e vem possibilitando ampliar a articulação das agriculturas alternativas no território latino-americano.

²¹ A primeira edição do EBAA aconteceu em 1981, em Curitiba (PR). Na década de 1980, outros três EBAAAs foram realizados em Petrópolis/RJ (1984), Cuiabá/MT (1987) e Porto Alegre/RS (1989).

O caráter polissêmico do substantivo “agroecologia”, objeto de constantes debates e redefinições, reflete, em boa medida, sua inscrição teórica e prática em um espaço dinâmico de relações. O campo agroecológico busca articular, em sua configuração atual, um conjunto heterogêneo e diversificado de atores, lugares e modos de fazer, vinculando os processos de construção do conhecimento agroecológico aos distintos ambientes em que os mesmos se desenvolvem (SCHMITT, 2016, p. 25).

A partir dos anos de 1990, as pressões dos movimentos sociais com o apoio dos conhecimentos técnicos e científicos e dos debates internacionais possibilitaram a construção de políticas públicas específicas para a agricultura familiar²². Destaca-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), uma grande conquista dos/as trabalhadores/as rurais, mas que ainda se configurou a partir da perspectiva da modernização e da mercantilização.

Essa tendência tem sido geral nas políticas agrárias e agrícolas e acaba se traduzindo numa crescente subordinação da agricultura familiar aos setores agroindustriais presentes à montante, pela alta dependência de insumos e equipamentos industriais, e à jusante, através dos contratos de integração a mercados especializados e a um crescente aumento da concentração do poder de compra e estabelecimento dos preços pagos aos agricultores por parte de um pequeno número de grandes conglomerados. Essas duas formas de dependência têm conduzido à fragilização econômica das famílias agricultoras, fato esse que se reflete, entre outros sintomas, nos crescentes índices de endividamento e inadimplência, na redução das rendas familiares e, finalmente, no limite, o abandono da atividade agrícola. Nesse contexto, os maiores beneficiários das cifras recordes de financiamento público orientadas à agricultura familiar têm sido os setores industriais e de serviços vinculados ao agronegócio. Mesmo os recursos de crédito rural do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, acabam sendo transferidos automaticamente para este mesmo setor industrial (CAPORAL e PETERSEN, 2012, p. 68).

Diante disso, parte da agricultura familiar incorporou a lógica da modernização e mercantilização da agricultura, complexificando as categorizações dos modos de produção para além da dicotomia entre agricultura patronal/capitalista e familiar/camponês. Segundo Ploeg (2009), a “Revolução Verde” gerou mudanças significativas nos sistemas agrícolas, resultando em três arranjos político-econômicos: a agricultura capitalista (dependente do capital financeiro), a agricultura familiar empresarial (dependente de mercados de insumos para sua reprodução econômica e social) e a agricultura familiar camponesa (baseada na ecologia e pela luta por autonomia). Assim, historicamente no Brasil:

²² Para Wanderley (2009), o adjetivo familiar na agricultura possibilitou “reforçar as particularidades do funcionamento e da reprodução dessa forma social de produção, que decorrem da centralidade da família e da construção de seu patrimônio” (p. 41). A Lei Federal 11.326/2006, específica da agricultura familiar, estabelece alguns critérios para a definição do termo como: os costumes territorializados, a pluriatividade, multifuncionalidade e diversidade; o trabalho exercido predominantemente pela família; a produção agropecuária ou extrativista em áreas de até 4 (quatro) módulos fiscais; a maior parte da renda é originada das atividades econômicas vinculadas ao estabelecimento e/ou empreendimento.

os grupos do agronegócio (agricultura empresarial capitalista) mantêm a iniciativa sobre as orientações do Estado e reafirmam sua hegemonia nos planos político, econômico e ideológico. Esse desbalanço do poder político francamente favorável aos interesses das corporações transnacionais, do capital financeiro e da grande propriedade fundiária se sustenta em um pacto de economia política que vigora no mundo rural brasileiro há mais de dez anos e que associa interesses privados de maximização do lucro no curto prazo e interesses macro-econômicos que buscam ampliar os ingressos de divisas pela via da exportação de commodities agrícolas (CAPORAL e PETERSEN, 2012, p. 64).

Já no final dos anos 1990, surgem a Rede Ecovida de Agroecologia no Sul do Brasil e a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) que contribuíram para o fortalecimento das ações regionais. A partir de 2000, iniciam-se os Encontros Nacionais de Agroecologia²³ (ENA) e a criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) em 2002, organização que articula e fortalece redes, movimentos sociais, ONGs, associações e outros grupos que atuam com agroecologia para incidência no plano político. Por fim, os Congressos Brasileiros de Agroecologia (CBA)²⁴ começam a ser realizados em 2003 e a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) é criada em 2004, contribuindo para o fortalecimento da construção do conhecimento e da produção científica da agroecologia (BIANCHINI e MEDAETS, 2013). A ABA conta com a participação de pesquisadoras/es, professoras/es, técnicas/os e estudantes de diversas áreas de conhecimento e realiza publicação de edições regulares da revista científica *Cadernos de Agroecologia* e da *Revista Brasileira de Agroecologia*.

Diante desse processo histórico de mobilização e estruturação, o conceito de agroecologia é comumente definido a partir do tripé **prática-ciência-movimento** (WEZEL et al., 2009). Ou seja, um conjunto de **práticas**, métodos, princípios e processos orientados para o manejo e a construção de sistemas agroalimentares sustentáveis com a justiça social; uma **ciência** cidadã que articula os saberes tradicionais e populares com diferentes áreas do conhecimento de forma transdisciplinar, sistêmica e crítica; e por fim, a agroecologia também se configura como um **movimento** sociopolítico que demanda e promove mudanças nos valores, atitudes e formas de organização dos atores sociais para transformação ambiental, social e econômica, tendo como pressupostos a conservação e o manejo dos bens naturais na perspectiva de um bem viver, conectando a produção, a comercialização e o consumo. Segundo Floriani e Floriani (2010), a agroecologia pode ser compreendida como um “saber ambiental do campo

²³ A primeira edição aconteceu no Rio de Janeiro (RJ) em julho de 2002 e a última na cidade de Belo Horizonte em 2018.

²⁴ A primeira edição do CBA aconteceu em novembro de 2003 na cidade de Porto Alegre (RS) e a última ocorreu em Aracaju (SE) em 2019.

da complexidade” a partir de sua relação com as reflexões sobre a configuração dos saberes ambientais e com a compreensão das interdependências entre os sistemas sociais e naturais. Atualmente, a agroecologia constitui-se também como “política governamental, modalidade de educação formal, nova profissão e, para alguns, como modo de vida, ideologia e utopia” (NORDER et al., 2016).

No aspecto prático, a agroecologia tem como princípio a utilização de tecnologias que respeitem o meio ambiente, equilibrando a relação entre todos os seres, humanos e não humanos, que participam do processo de produção de alimentos. Todas essas tecnologias para a sustentabilidade contribuem para a mudança das práticas e das relações sociais estruturadas na agricultura industrial e convencional - processo denominado como transição agroecológica (COSTABEBER, 2006). Assim, a agroecologia configura-se como meio de transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos bens naturais, promovendo sistemas agroalimentares com princípios e tecnologias de base ecológica.

É importante considerar que existem no campo agroecológico diferentes correntes de produção que se baseiam nas tecnologias de base ecológica como a agricultura orgânica, biodinâmica, natural, regenerativa, biológica, permacultura e outras. Contudo, a agricultura orgânica tem ganhado maior visibilidade através do seu reconhecimento junto ao mercado e muitas vezes como sinônimo de todas as outras correntes de agriculturas ecológicas, inclusive na legislação brasileira. De acordo com Assis e Romeiro (2002), a agroecologia e a agricultura orgânica tiveram uma origem entrelaçada, mas não devem ser vistas como sinônimos já que partem de perspectivas diferentes. A agricultura orgânica no Brasil, principalmente aquela praticada por estratos de agricultoras/es mais capitalizados, muitas vezes parte da necessidade de atingir nichos do mercado, apresentando:

um risco do estabelecimento de sistemas de produção com base em tecnologias de produtos, que não se afastam fundamentalmente na forma dos sistemas convencionais de produção. Isto ocorre, na medida que para estes agricultores, enquanto agentes econômicos, o desejo implícito, de aumento de eficiência a partir da simplificação dos sistemas de produção é exacerbado em detrimento de uma maior complexificação desejada em sistemas agroecológicos. Ocorre neste caso uma busca de continuadas colheitas com base na importação de insumos externos como adubos orgânicos e defensivos naturais, que, em certa medida, caracterizam este tipo de produção como uma agricultura de substituição de insumos, pois pouco altera a lógica de produção da agricultura convencional. O objetivo, neste caso, concentra-se na obtenção do "produto limpo", como forma de obter uma melhor remuneração em um mercado ávido por este tipo de produção (ASSIS e ROMEIRO, 2002, p.75).

Diferentemente de algumas produções orgânicas apropriadas pelo capitalismo, a agroecologia parte do princípio de sustentabilidade com justiça social e da articulação de tecnologias agrícolas com a reorganização dos processos sociais e ecológicos. Ademais, a produção conhecimento associado a agroecologia “não está focada em negócios para atender a nichos de mercado e consumidores com maior poder de compra, mas sim como uma ciência que pode contribuir para a generalização de estilos de agriculturas mais sustentáveis” (CAPORAL e PETERSEN, 2012, p. 66).

Nesse sentido, a agroecologia relaciona-se diretamente com o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), reconhecido por diversos marcos jurídicos internacionais como pré-requisitos para efetivação e realização de outros direitos humanos. No Brasil, o DHAA foi incluído na Constituição Federal em 2010, relacionando-se diretamente com a agenda da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)²⁵ que se constitui a partir da realização do direito de todas as pessoas ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente. Além disso, tem como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural²⁶ e que sejam ambientalmente e socioeconomicamente sustentáveis, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais (BRASIL, 2006).

Para Campos e Campos (2007), a construção da soberania alimentar:

passa necessariamente pela realização de uma verdadeira reforma agrária e pela implementação de uma política agrícola voltada para atender as necessidades alimentares da população respeitando a enorme diversidade cultural e os vários ecossistemas do país. Evidentemente que isso não é algo simples, pois contraria o “sagrado direito de propriedade” do sistema capitalista, bem como interesses políticos e econômicos de grupos nacionais e internacionais que hoje tem hegemonia no Estado brasileiro (CAMPOS e CAMPOS, 2007, p.11).

Atualmente, evidenciam no campo da agroecologia a emergência de novas lutas e mudanças internas dentro do próprio movimento agroecológico. Ressalta-se o papel das juventudes²⁷ na

²⁵ No Brasil, utiliza-se a expressão “soberania e segurança alimentar e nutricional” (SSAN) e a articulação política entre esses conceitos se expressa na conformação do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - FBSSAN (<https://fbssan.org.br/>) Segundo Vieira (2008), “o conceito de soberania alimentar é um guarda-chuva que inclui a ideia de segurança alimentar, uma vez que discute também quantidades básicas de alimentos per capita, mas a transcende, pois debate as condições de produção, e as escolhas coletivas com relação à alimentação dos povos” (p. 7).

²⁶ Segundo Diegues (2000), “a diversidade cultural, considerada condição para a manutenção da diversidade biológica, somente persistirá se as comunidades tradicionais continuarem a ter acesso aos recursos naturais de seu território e não forem expulsas, seja pela especulação imobiliária, seja pela implementação de áreas protegidas que impliquem sua expulsão” (p. 43).

²⁷ É necessário ressaltar o caráter plural das juventudes a partir das diferenças socioculturais e étnicas, evidenciando as diversidades e as várias formas de ser jovens nos territórios (campo, florestas, águas e cidade) e levando em consideração as questões de gênero, étnico-raciais, classe social e sexualidade.

construção de ações alternativas através de projetos de agroecologia que contribuem para a permanência de jovens em seus territórios e para a afirmação das diversidades e de novas demandas e pautas. No IV ENA, ocorrido em 2018, sobressaiu a necessidade de uma perspectiva interseccional na luta pela agroecologia para articular as questões de gênero, raça e sexualidade a partir das seguintes afirmações: “se tem racismo não tem agroecologia” e “se há LGBTfobia não há agroecologia”. Já no XI CBA, o debate anticolonial reforçou a necessidade de valorização do bem viver e da ancestralidade, culminando na criação do Grupo de Trabalho Povos e Comunidades Tradicionais, Etnicidades e Ancestralidade na Associação Brasileira de Agroecologia²⁸. Além disso, também ocorreu a 1ª roda de conversa sobre a temática LGBTQIAP+ no campo da agroecologia²⁹. Esses exemplos apontam para a construção de um quadro interpretativo de amplo escopo que transversaliza a perspectiva interseccional e mobiliza a necessidade de um pensamento complexo. De acordo com Motta (2020):

As pesquisas no universo da Agroecologia pecam quando não desvelam aspectos de gênero e raça, pois, em muitos de nós e de nossos conhecimentos, somos os corpos matáveis, somos sobreviventes diários da necropolítica! A Agroecologia deve colaborar com a destruição dos estereótipos que criminalizam as pessoas e as fixam nos espaços de marginalidade, precisa ser um espaço de enunciação com sujeitos e “sujeitas” falantes, precisa elucidar os processos de invisibilidade que dão a falsa sensação de ausência das (os) marginalizadas (os) (p. 47).

Nesse cenário, as mulheres têm um papel fundamental na construção cotidiana da agroecologia sob uma perspectiva crítica e transformadora e sua afirmação através do lema “sem feminismo não há agroecologia”, além do debate sobre a luta antirracista (MOTTA, 2020). A partir de 2011, o feminismo, movimento que busca construir igualdade de direitos e de condições entre homens e mulheres, passou a integrar oficialmente a pauta de reivindicações da agroecologia. A “Marcha das Margaridas”, manifestação/protesto das mulheres trabalhadoras rurais do Brasil realizada desde 2000, teve um papel fundamental na criação da Política Nacional de Agroecologia.

É importante reforçar, no entanto, que as conexões estabelecidas pelos movimentos de mulheres entre feminismo e agroecologia resultam de um longo processo de amadurecimento de uma agenda capaz de abarcar múltiplas dimensões da vida das mulheres, dialogando com uma grande diversidade de situações problemáticas envolvendo o reconhecimento das mulheres como trabalhadoras, as desigualdades de gênero, as inúmeras restrições enfrentadas no acesso a meios de vida (terra, água e biodiversidade), a violência doméstica, entre outras (SCHMITT, 2020, p. 323).

²⁸ Cf. <https://aba-agroecologia.org.br/povos-e-comunidades-tradicionais-etnicidades-e-ancestralidade/>

²⁹ Cf. <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/6434/4586>

Portanto, o campo da agroecologia dialoga com várias questões e aporta uma perspectiva holística para a atuação política e científica, dialogando e convergindo com múltiplas dimensões - ambiental, social, econômica, cultural, ética e política. Como projeto utópico, a agroecologia apresenta uma perspectiva de transformação radical da sociedade tendo como centralidade a produção, comercialização e consumo de alimentos saudáveis³⁰. Portanto, o campo da agroecologia vem se transformando e incorporando outras dimensões fundamentais para ampliar o debate da justiça socioambiental como: o feminismo e o antirracismo para a equidade e justiça de gênero e étnico-racial; a valorização da cultura alimentar e da ancestralidade; a promoção do direito à cidade, do bem viver³¹, da economia popular e solidária; entre outras pautas e lutas (Figura 01).



Figura 01 - Dimensões que interagem com a Agroecologia. Fonte: Articulação Nacional de Agroecologia.

³⁰ Segundo Portilho (2020), a agroecologia se insere nas temáticas levantadas pela segunda geração de ativismo alimentar no Brasil que parte da politização da comida e do comer com a pauta ambiental e climática.

³¹ O conceito de bem viver, termo oriundo da filosofia de povos andinos que aproxima a dimensão do cuidado das práticas coletivas de agroecologia a partir da crítica ao modelo desenvolvimentista e capitalista, propondo alternativas concretas para integração da humanidade com a natureza, recompondo natureza/cultura e atribuindo direitos ao meio ambiente (ACOSTA, 2012).

A próxima seção se aprofundará no debate sobre a dimensão política da agroecologia, principalmente na articulação em rede e nos papéis das instituições e dos atores sociais envolvidos nos processos de construção de políticas públicas para promoção de sistemas alimentares justos, sustentáveis e territorializados.

2.2 A Dimensão Política da Agroecologia: ecologia política e justiça ambiental

“Há uma necessidade urgente de políticas que coloquem no centro o cuidado com a vida, capazes de recuperar conhecimentos não apenas científicos e que permitam criar sistemas alimentares sustentáveis. Por tudo isso, a agroecologia é a melhor alternativa frente à agroindústria atual, pois é capaz de entrelaçar saberes provenientes das chamadas ciências naturais e ciências sociais, rompendo assim a dicotomia cultura-natureza”
(Valderrama, 2020)

Diante das múltiplas dimensões do campo da agroecologia apresentadas na seção anterior, o foco desta pesquisa será a sua dimensão política, que diz respeito às organizações, movimentos e redes de sujeitos em defesa da agroecologia e em oposição ao modelo imposto pelo agronegócio (DORNELAS, 2016). O conceito de **agroecologia política**³² está em construção e este trabalho também busca colaborar analiticamente com o desenvolvimento desta agenda. Nesse sentido, a dimensão política da agroecologia será analisada neste trabalho a partir das discussões sobre a democratização do sistema agroalimentar, da atuação em redes e da institucionalização de políticas públicas de agroecologia para a promoção e o fortalecimento da produção e comercialização de alimentos saudáveis e para a construção da soberania alimentar, territorial e cultural. No entanto, é em um cenário de disputas e conflitos que se insere a dimensão política da agroecologia.

Inicialmente, ao debater o conceito de agroecologia política é necessário resgatar as reflexões do campo da **ecologia política**³³, já que possibilitam compreender as relações de poder que permeiam a sociedade e o ambiente. As pesquisas orientadas pela perspectiva da ecologia política permitem identificar os conflitos sobre o acesso aos bens naturais, evidenciando quais são os atores sociais que têm o poder de nomear, decidir e destinar seus usos (ZHOURI et al.,

³² O conceito de Agroecologia Política vem sendo debatido no âmbito do Grupo de Trabalho de Agroecologia Política do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO).

³³ O campo da Ecologia Política tem origem nos anos 1980, principalmente a partir dos trabalhos de Jean Pierre Dupuy (1981) que elaborou uma crítica radical ao modo de produção industrial das sociedades capitalistas como resposta à crise ecológica. O autor entende que esse modelo de produção é altamente destrutivo e predatório em detrimento da vida e das relações harmônicas entre a humanidade e a natureza. Nesse sentido, o investimento em outras formas de associação e produção é fundamental para reverter a heteronomia/alienação da sociedade industrial e incentivar a autonomia a partir do cooperativismo, da autogestão e da solidariedade.

2005). Outro conceito importante para ampliar o debate sobre a dimensão política da agroecologia é a **justiça ambiental**, relacionada aos processos que “asseguram acesso justo e equitativo, direto e indireto, aos recursos ambientais do país” e “a democratização do acesso aos recursos ambientais e a sustentabilidade do seu uso” (LEROY, 2011). As noções de conflito e justiça ambiental são fundamentais para compreender o enfrentamento político das desigualdades socioambientais. A justiça ambiental seria o contraponto da injustiça ambiental que é caracterizada como:

o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis (LEROY, 2011, p.1).

A **injustiça e o racismo ambiental** repercutem em diversos conflitos socioambientais tanto nos territórios rurais como nos urbanos, além de estabelecerem um acesso desigual aos bens naturais e comuns, principalmente à população negra, indígena e empobrecida pelo sistema capitalista. Os **conflitos ambientais** podem ser compreendidos a partir de três categorias: (1) os distributivos, referente às desigualdades sociais no acesso aos bens naturais; (2) os espaciais, devido aos impactos ambientais que ultrapassam os limites entre territórios; e (3) os territoriais, relacionado a apropriação capitalista da base territorial de comunidades (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010). A separação em categorias de conflitos possibilita analisar cada situação e contexto com mais detalhe, porém é importante mencionar que na prática esses conflitos podem ocorrer simultaneamente.

Muitas vezes, os conflitos ambientais estão inseridos em grandes projetos e programas de desenvolvimento e é a população em situação de vulnerabilidade social que mais sofre com os problemas ambientais, configurando situações de injustiça e reforçando a luta política dos movimentos ambientalistas por justiça ambiental (ACSELRAD et al., 2004). No livro “O dicionário do desenvolvimento”, são apresentadas diversas análises que mostram a falácia do discurso desenvolvimentista e apesar das evidentes ruínas de sua implementação e da constatação de que “não funcionou”, o conceito de desenvolvimento “ainda domina a paisagem como um marco divisório” (SACHS, 2000, p. 11). O agronegócio brasileiro utiliza-se do discurso desenvolvimentista para se legitimar como uma atividade essencial para o “desenvolvimento” do país, amparado pela lógica neoliberal e pelas regras do mercado financeiro que fomentam a produção de commodities. Contudo, essa produção agrícola industrial e patronal coloca em risco o abastecimento alimentar e a soberania alimentar das

populações e a preservação da biodiversidade (SANTOS et al., 2009). Além disso, o discurso desenvolvimentista parte da condição de “subdesenvolvimento” que, de acordo com Esteva (2000), foi uma estratégia discursiva política e econômica para promoção de uma ideologia imperialista que coloca na condição de inferioridade países do Sul global que historicamente foram explorados, mas que precisam atingir um “modelo” de país desenvolvido.

Atualmente, utiliza-se recorrentemente o conceito de “desenvolvimento sustentável” de maneira acrítica. Este conceito também está comprometido por sérias fissuras, principalmente pela apropriação do “capitalismo verde”, estabelecendo a sustentabilidade como paradigma e a modernização ecológica via mercado como solução para os problemas socioambientais. Assim, o conceito de desenvolvimento sustentável serve “tanto para agredir como para sanar o meio ambiente” e hoje em dia é o que norteia a noção de sustentabilidade por diversas instituições e projetos ambientais (SACHS, 2000). O paradigma da modernização ecológica parte de um consenso liberal que entende o conflito como disputa entre grupos de interesses e que é passível de resolução técnica e de mercado para conciliação, utilizando do discurso de gestão participativa para a conciliação de interesses socioeconômicos antagônicos e prevenção dos impactos (ZHOURI et al., 2005; ZHOURI, 2008).

Diante dessas reflexões, a próxima seção irá aprofundar o debate sobre a institucionalização da agroecologia em políticas públicas e as possibilidades de construção de ações públicas e alternativas de desenvolvimento sustentável que levem em consideração os debates da ecologia e política e da justiça ambiental.

2.2.1 - O Enfoque da Ação Pública: o papel das redes de atores sociais e do Estado na construção institucional da agroecologia

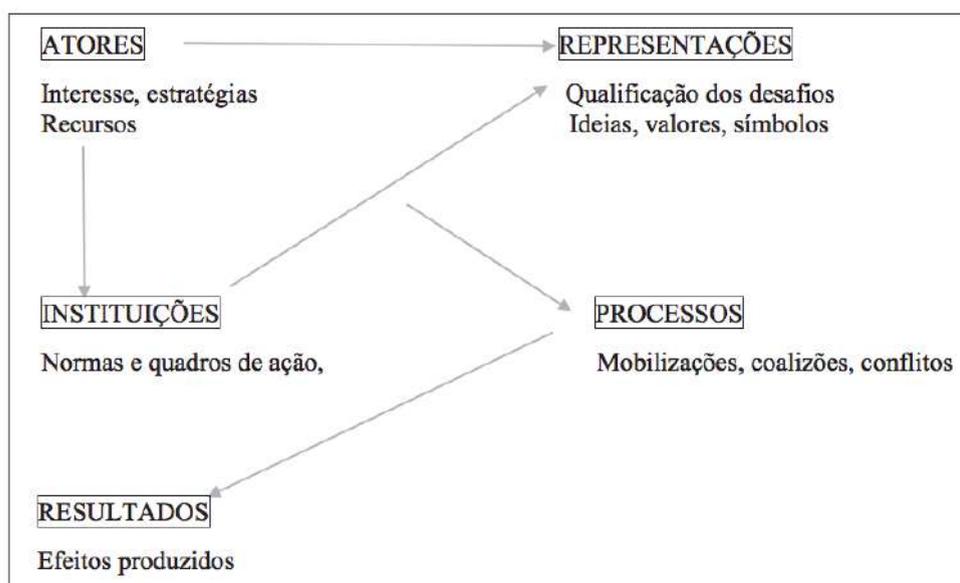
A discussão sobre a institucionalização da agroecologia pode ser interpretada a partir do enfoque da **ação pública**, perspectiva recorrentemente utilizada no campo da agroecologia. Esse enfoque possibilita complementar a abordagem teórica e metodológica escolhida no primeiro capítulo (repertórios de interação Estado-sociedade, encaixes institucionais e domínio de agência), já que identifica tanto as normativas e estruturas institucionais do Estado que promovem ou restringem as ações agroecológicas, como os serviços básicos que estruturam esse setor de política e que podem ser oferecidos por diferentes organizações, sejam elas públicas, privadas e não-governamentais (OLIVEIRA, 2017).

A perspectiva da ação pública possibilita ampliar a compreensão e a análise clássica das políticas públicas para além das etapas/sequenciais de identificação do problema, formação de agenda, formulação da política pública, implementação e avaliação. De acordo com Lascoumes e Le Galès (2012), “a ação pública é um espaço sociopolítico construído tanto por técnicas e instrumentos quanto por finalidades, conteúdos e projetos de atores” (p. 21).

A sociologia da ação pública examina os processos relevantes que permitem a colocação da questão agroecológica na agenda pública. Ela se interessa pelas propostas e controvérsias entre as concepções da agroecologia que se estabilizam como referências para a ação, e analisa através de qual tipo de dispositivos institucionais elas se estabilizam. Quais são os obstáculos para essa institucionalização? E quais são os efeitos dessa dinâmica de institucionalização sobre os instrumentos e as práticas de agroecologia (práticas de transição/transformação ou pelo contrário, “convencionalização”?) (SABOURIN et al., 2019, p. 20).

O livro “Sociologia da Ação Pública” de 2012, elaborado por Lascoumes e Le Galès, estabelece que a ação pública ocorre a partir da articulação entre ideias e representações simbólicas, envolvendo múltiplos agentes estatais e não estatais e instituições, combinando elementos intersubjetivos e objetivos da ação (Figura 02).

Figura 02 - Os Dispositivos da Ação Pública



Fonte: Lascoumes e Le Galès (2012) apud Sabourin (2019)

O conceito de ação pública articula cinco dispositivos para compreender uma política pública: (1) **os atores**, individuais ou coletivos que escolhem as estratégias de ação para atingir seus interesses materiais e/ou simbólicos; (2) **as representações**, espaços cognitivos que dão sentido às ações; (3) **as instituições**, normas, regras e procedimentos que orientam as ações; (4) **os processos**, interação entre os três dispositivos anteriores; e por fim, (5) **os resultados** (OLIVEIRA, 2018). Nesse sentido, a ação pública “se caracteriza por reacomodação, um intrincado aleatório de redes, uma multiplicação de atores, de finalidades múltiplas, de heterogeneidade, de transversalidade de problemas, de mudanças de escalas dos territórios de referência” (LASCOURMES e LE GALÈS, 2012, p. 28). Nesta perspectiva da sociologia política francesa, os instrumentos das políticas públicas não são ferramentas axiologicamente neutras, mas dispositivos técnicos e sociais que organizam relações entre o poder público e os atores sociais.

Esses instrumentos são evidentemente instituições, porque eles determinam em parte a maneira como os atores se comportam, criam incertezas, sobre os efeitos das relações de força, conduzem a privilegiar certos atores e interesses e a afastar outros, constroem os atores e lhes oferecem recursos, e veiculam uma representação dos problemas. Os atores sociais e políticos têm, portanto, capacidades de ação muito diferentes em função dos instrumentos selecionados. Uma vez colocado, esses últimos abrem novas perspectivas de utilização e de interpretação, imprevistas e difíceis de controlar, aos empreendedores, políticos, alimentando assim uma dinâmica de institucionalização (...). Eles determinam, em parte, quais recursos podem ser utilizados e por quem. Como toda instituição, eles permitem estabilizar formas de ação coletiva, tornam mais previsível e sem dúvida mais visível o comportamento dos atores (LASCOURMES e LE GALÈS, 2012, p. 23).

O movimento agroecológico no Brasil e sua articulação em diversas redes têm incidido politicamente na promulgação de várias leis e políticas públicas no âmbito federal e estadual. Existem estudos que analisam tanto a política nacional, como as políticas estaduais de agroecologia e produção orgânica (SAMBUICHI, 2017 e SABOURIN et al., 2019 - respectivamente). Essas políticas contaram com ampla participação social e protagonismo dos movimentos sociais na elaboração de suas diretrizes e ações. O processo de institucionalização da agroecologia pode estar relacionado ou não a uma lei ou uma política estruturada. Assim, não resulta somente da normatização ou estruturação da política, mas ganha densidade a partir desses processos e resultados de incorporação das ideias da agroecologia. Abaixo, no Quadro 04, estão especificados os atores, representações, instituições, processos e resultados para a análise das ações públicas de agroecologia no nível subnacional (SABOURIN et al., 2019).

Quadro 04 - Análise das Políticas de Promoção da Agroecologia Aplicadas no Nível Subnacional	
Atores	<ul style="list-style-type: none"> - Atores-chaves (individuais e coletivos) da construção das políticas de agroecologia; - Funções dos atores e forma de relação entre o Estado e a Sociedade Civil; - Recursos e interesses dos atores.
Representações	<ul style="list-style-type: none"> - Ideias e concepções de agroecologia prevalentes nas políticas de agroecologia; - Tensões entre atores (no sentido da confrontação das ideias); - Principais problemas públicos (sociais) que se destacam nos debates e/ou na agenda política.
Instituições	<ul style="list-style-type: none"> - Trajetória institucional (inclusive “dependência de caminho”) e situação atual das políticas de agroecologia (em construção, aprovada, implementada); - Contexto político estadual e contexto político pós-eleições; - Nível de institucionalização.
Processos	<ul style="list-style-type: none"> - Coalizões políticas a favor e a contra as políticas de agroecologia; - Espaços de debate e arenas; - Pontos de tensões e conflitos entre atores e coalizões.
Resultados	<ul style="list-style-type: none"> - Modelo de governança das políticas de agroecologia; - Instrumentos das políticas de agroecologia; - Instrumentos que dialogam com a PNAPO e com outras políticas (estaduais ou federais).

Fonte: Sabourin et al. (2019)

Assim, seguindo a mesma linha de raciocínio, este trabalho busca examinar os processos que permitem introduzir a questão agroecológica na agenda pública no nível subnacional, especificamente no município de Belo Horizonte, buscando analisar as propostas e controvérsias entre as concepções da agroecologia que se estabilizaram como referências para a ação pública e os dispositivos institucionais que permitem consolidar os programas e projetos orientados pelos princípios agroecológicos.

Neste sentido, a abordagem da ação pública complementa o debate realizado no capítulo 01 sobre a institucionalização das demandas dos movimentos sociais a partir dos encaixes institucionais, possibilitando compreender o processo de institucionalização e os efeitos dos instrumentos da política pública na ampliação do domínio de agência ou na estabilização das formas de ação coletiva. Ou seja, o processo de institucionalização, e principalmente de legitimação e execução da ação ou política pública, deve levar em consideração tanto a construção de normativas (encaixes institucionais) como as matrizes cognitivas (OLIVEIRA, 2017).

Portanto, essa dissertação tem o objetivo de contribuir tanto com a literatura dos movimentos sociais - identificar novos padrões de interações e aprimorar conceitos - como na agenda de estudos sobre as ações e políticas públicas, programas e projetos de agroecologia, principalmente no contexto urbano e metropolitano.

2.2.2 - Uma Breve Revisão dos Avanços e Desafios da Institucionalização da Agroecologia no Âmbito Nacional

A articulação do movimento agroecológico em diversas redes e a utilização de diferentes repertórios de ação permitiram elaborar e promulgar algumas leis³⁴ e construir políticas públicas federais e estaduais para promoção da agroecologia. Ressalta-se as novas linhas especiais construídas no âmbito do PRONAF para promoção de padrões de produção sustentáveis, como por exemplo: o PRONAF Agroecologia, o PRONAF-Eco e o PRONAF Floresta (BIANCHINI e MEDAETS, 2013; MONTEIRO et al., 2015; MOURA, 2015).

Em 2012, foi decretada a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) para estimular a integração produtiva e a transição agroecológica por meio de diretrizes e instrumentos de uso e conservação da biodiversidade com equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social. A elaboração da PNAPO contou com a participação e o protagonismo dos movimentos sociais e outros atores da sociedade civil. A parceria interministerial entre o antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério da Educação (MEC) e Ministério da Ciência, Tecnologia Inovação e Comunicações (MCTI) fomentou a criação de diversos Núcleos de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA) nas universidades brasileiras. Além disso, foi criado o Programa ECOFORTE para fortalecer as redes territoriais de agroecologia, extrativismo e produção orgânica.

Apesar de todos os avanços, é importante ressaltar o contexto de disputas entre atores que apresentam concepções distintas de desenvolvimento rural, já que essas políticas públicas foram implementadas na época que ainda coexistiam o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

³⁴ Segundo Venâncio (2015), o Brasil “possui um arcabouço jurídico em ebulição que acompanhou e acompanha a convergência das reivindicações dos movimentos sociais em nível regional, estadual e nacional” (p. 5).

É certamente essa dupla face do Estado que explica a superposição e, em muitos casos, as contradições nos modelos institucionais adotados e nas orientações das diversas políticas públicas. A existência de dois ministérios voltados para a agricultura e o meio rural é o exemplo mais evidente de como o Estado no Brasil lida com interesses, sob muitos aspectos profundamente divergentes, aninhando-os em espaços institucionais distintos, que terminam por ampliar o leque das pressões políticas, sem dúvida, desiguais. Já o profundo impacto do apoio à agricultura familiar não inibe o mesmo Estado a adotar medidas que reforçam o domínio da grande propriedade e que abrem espaços de mercado a bens, cuja produção no campo se traduz em degradação ambiental, desmatamento e redução das áreas destinadas à produção de alimentos, portanto, em confronto direto com princípios igualmente defendidos por outras instituições estatais. Isso tudo sem esquecer as contradições que alimentam as relações entre as políticas agrícolas e a chamada grande economia (WANDERLEY, 2009, p. 38).

Desde 2016, com o golpe parlamentar ou agro golpe e com o avanço da agenda conservadora e neoliberal, o Brasil enfrenta uma grande crise política e institucional que está desestruturando o Estado democrático de direito (LIMA, PEREIRA e BARBANTI, 2018). O Ministério do Desenvolvimento Agrário foi extinto e ocorreram diversos cortes orçamentários em políticas direcionadas para as/os agricultoras/es familiares, povos e comunidades tradicionais e para a promoção da reforma agrária e agroecologia. Em 2019, o governo do presidente Jair Bolsonaro, editou em seu primeiro dia de mandato a MP 870, que altera as atribuições e a estrutura dos ministérios e dos órgãos ligados à Presidência da República, revogando alguns itens da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, que criou o SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Essa revogação provoca a extinção do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA³⁵, que até então atuava como órgão de assessoramento à Presidência da República, propondo e exercendo controle social na formulação, execução e monitoramento das políticas de segurança alimentar e nutricional. O CONSEA era composto por dois terços de representantes da sociedade civil e um terço de representantes governamentais e suas atribuições estavam relacionadas tanto com a formulação como no monitoramento e na avaliação de políticas públicas direcionadas para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). O conselho apresentava uma perspectiva intersetorial, trabalhando com questões relacionadas desde a produção, o acesso, o consumo de alimentos, até políticas de saúde, meio ambiente e a educação. De acordo com Moura (2017), a partir de 2003 com a reativação do CONSEA,

³⁵ O CONSEA foi criado em 1994 no governo de Itamar Franco, porém foi suspenso em 1995 durante o primeiro governo Fernando Henrique Cardoso e transformado no Conselho da Comunidade Solidária. Somente em 2003, no mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, que o conselho foi reativado, atuando como um órgão de assessoramento imediato à Presidência da República e integrando o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). A principal referência é a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN e demais recomendações e diretrizes presentes nos relatórios e planos da política de SAN (BRASIL, 2006).

diversos movimentos e atores sociais foram articulados pelo conselho, principalmente aqueles que apresentavam pautas relacionadas aos/com os princípios da agroecologia, que tem relação com a produção sustentável de alimentos e preservação da biodiversidade, trazendo a temática para a agenda e colaborando na formulação de diversas políticas. O CONSEA teve um papel essencial para conquistas de diversas políticas públicas como, por exemplos:

a retirada de milhões de brasileiras/os do mapa da fome, a garantia de renda mínima por meio de programas sociais, o fortalecimento da agricultura familiar com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em suas diversas modalidades, inclusive o PAA na modalidade Compra Institucional, assim como aconteceu com a nova Lei do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em que determina-se que pelo menos 30% dos alimentos adquiridos sejam oriundos da agricultura familiar; Programa Um Milhão de Cisternas e Programa Uma terra duas águas no Semiárido; Programa de Redução do Uso dos Agrotóxicos; Valorização de um sistema alimentar justo, saudável e sustentável, tanto do ponto de vista social como ambiental, onde sejam valorizados e protegidos a biodiversidade, a comida de verdade sem veneno e os padrões alimentares tradicionais com o respeito e o resgate das identidades, memórias e culturas alimentares; o guia alimentar da população brasileira, entre outros avanços, tiveram o Consea Nacional como ator fundamental. (CONSEA MG, 2019).

Apesar de todos os desafios contemporâneos, a agroecologia tem ganhado bastante visibilidade no cenário internacional e nacional. A partir de 2020, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) juntamente com a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e outros parceiros têm realizado diversas ações como: a divulgação da plataforma Agroecologia em Rede, para mapear as experiências de agroecologia no Brasil e América Latina³⁶; o mapa interativo "Municípios Agroecológicos"³⁷ que apresenta soluções locais que apoiam à agroecologia e à agricultura familiar no Brasil; a campanha "Agroecologia nas Eleições"³⁸ promover o debate público durante o processo eleitoral de 2020 e subsidiar a ação dos poderes executivo e legislativo dos municípios a partir de uma carta de compromisso; entre outras ações que fomentam o debate e as reflexões sobre a ampliação do campo da agroecologia.

A partir dessas diversas articulações e dos diferentes engajamentos que atravessam a militância agroecológica, percebemos que, ao pensar não só a transformação de todo o processo de produção agrícola, mas também uma profunda reconfiguração das relações capitalistas, racistas, antropocêntricas e patriarcais que estruturam as ciências, as tecnologias e o socius de maneira geral, o movimento agroecológico nos dá pistas sobre formas de articulação combativas à tentativa massificadora do projeto neoliberal ao mesmo tempo em que traz mudanças nas formas de participação política (COSTA, 2017, p. 10)

³⁶ Cf. <https://agroecologiaemrede.org.br/>

³⁷ Cf. <https://agroecologia.org.br/mapa-das-politicas-publicas-em-agroecologia/>

³⁸ Cf. <https://agroecologia.org.br/campanha-agroecologia-nas-eleicoes/>

Contudo, predominam historicamente a elaboração de propostas e ações agroecológicas para o desenvolvimento rural, dificultando a ampliação da agenda por outros setores da sociedade localizados em contextos urbanos. Além disso, existem poucos estudos que analisam a institucionalização da agroecologia e da produção orgânica no âmbito municipal e regional. A próxima seção tem o objetivo de apresentar o debate sobre a agroecologia nos territórios urbanos, visibilizando as experiências de agroecologia nessas regiões e o potencial de transformação das relações socioambientais no espaço metropolitano.

2.3 - A Agroecologia Urbana e a Política nas Cidades: a contribuição desta pesquisa

As atividades agrícolas frequentemente são associadas aos espaços rurais, já que o imaginário coletivo das sociedades contemporâneas se configurou a partir da dicotomia rural-urbano e campo-cidade. No entanto, existem diversas experiências agrícolas no contexto urbano e metropolitano que são comumente invisibilizadas, mas que resistem ao capital industrial e imobiliário e/ou encontram, eventualmente, formas de se articular com essas dinâmicas. Muitas vezes a agricultura urbana não se constitui como uma pauta prioritária de ações e políticas públicas na maioria das grandes metrópoles. De acordo com Costa e Almeida (2012):

A carência de conhecimentos sobre a relação entre a agricultura e a cidade observada na literatura que trata das abordagens contemporâneas sobre as transformações sócio-espaciais no contexto brasileiro indica um desconhecimento e um desperdício da riqueza acumulada nos saberes, práticas e agentes da agricultura urbana e contribui para que estas experiências sejam consideradas muito frágeis, localizadas ou irrelevantes. As práticas agrícolas urbanas são experiências disponíveis aqui e agora e a amplificação simbólica das tendências e possibilidades que apontam pode contribuir para ampliar o campo das alternativas possíveis para a politização da vida cotidiana, para o enfrentamento da crise urbana e para a formulação de políticas públicas que articulem questões urbanas e ambientais em regiões metropolitanas. (p. 5)

Essas experiências de agricultura no contexto urbano se apresentam de várias formas materiais nos terreiros, nos quintais, nas hortas comunitárias, nas vilas e favelas, na criação de animais, além da sua manifestação imaterial “nos saberes, nas receitas caseiras, no conhecimento das plantas, nas histórias, na música e na arte” (COSTA et al., 2013, p.117). As motivações presentes nas práticas de agricultura urbana (doravante AU) são também bastante diversas, “podendo fazer parte das estratégias de reprodução de famílias de baixa renda; estar orientadas para o mercado; ser realizadas como uma forma de lazer e de terapia, bem como motivadas por preocupações ambientais” (ALMEIDA, 2016, p.378). De acordo com Almada

(2010), os saberes ecológicos presentes nos quintais, hortas e ervanários urbanos contribuem para a saúde popular a partir do conhecimento dos princípios ativos em plantas medicinais preservados por parteiras e benzedadeiras que vivem nas cidades.

Segundo Almeida (2016), na literatura internacional sobre a temática da AU pode-se identificar três discursos e tendências: uma prática para sustentabilidade urbana e segurança alimentar e nutricional; uma prática associada a lógica de produção capitalista; e uma prática contraditória, apresentando simultaneamente aspectos radicais/progressistas e neoliberais³⁹. Por isso, pode-se afirmar que a definição da agricultura urbana encontra-se em construção e em disputa a partir de um cenário de mobilização e organização social, mas também de processos e dinâmicas de institucionalização ou até mesmo de iniciativas de empreendimentos privados (ALMEIDA, 2016). O conceito de agricultura urbana pode apresentar diversas perspectivas de acordo com a dimensão - social, econômica, territorial, ambiental, política e outras - e as características evidenciadas nas diversas experiências de agricultura urbana, além das suas especificidades no Sul e Norte global. Contudo, de acordo com Oliveira (2017), os impactos da AU são múltiplos e apresentam inter-relações e o potencial de consolidar políticas públicas inter e transeitoriais (Quadro 05).

Quadro 05 - Síntese dos Múltiplos Impactos da Agricultura Urbana	
Social	Saúde preventiva, física, mental e psicológica; Ocupação dos espaços e direito à cidade; Empoderamento das mulheres; Fortalecimento comunitário; Segurança alimentar; Educação e Lazer.
Ambiental	Combate a secas e inundações; Reutilização dos resíduos; Melhora do microclima; Preservação das águas; Maior biodiversidade; Mais espaços verdes; Conservação do solo; Redução da poluição.
Econômico	Fortalecimento da economia circular. Fortalecimento da economia local; Autonomia alimentar; Geração de renda; Resiliência.

Fonte: elaboração própria a partir de Oliveira (2017).

³⁹ Essa tendência é indicada por Almeida principalmente a partir de textos de Nathan McClintock - “Radical, reformist, and garden-variety neoliberal: coming to terms with urban agriculture's contradictions” (2016) - e Chiara Tornaghi - “Critical geography of urban agriculture” (2016).

Com base nos múltiplos impactos da AU, é importante ressaltar o papel do movimento agroecológico no contexto urbano para incorporar perspectivas mais críticas sobre a AU. Nesse sentido, segundo Almeida e Biazoti (2017):

O crescente reconhecimento do movimento da agricultura urbana tem proporcionado o reconhecimento das histórias e das práticas de agricultura *para* a cidade, *na* cidade e *da* cidade e amplia as possibilidades de relação da população urbana com a natureza e com a agricultura (...). A aproximação do campo da agricultura urbana com o campo agroecológico certamente pode contribuir para relacionar e explicitar os princípios e dimensões do enfoque agroecológico aos sistemas produtivos, aos sujeitos sociais e aos territórios urbanos, no sentido de uma “agroecologia urbana” (...) é preciso avançar na desconstrução da dicotomia entre campo-cidade e identificar que há uma luta comum, que é a luta pela terra e o valor de uso dos espaços, enquanto locus de produção e reprodução da vida (ALMEIDA E BIAZOTI, 2017, p. 4).

Nesse sentido, ressalta-se que o enfoque deste trabalho é na relação entre agricultura urbana com a perspectiva crítica da agroecologia. De acordo com Almeida, esses movimentos de agroecologia no contexto urbano:

tem buscado dar visibilidade e salientar a relevância social, ambiental e econômica das agriculturas há anos praticadas nas cidades pelas pessoas e organizações sociais, com seus próprios recursos. De outro lado, tem cobrado do Estado a formulação e implementação de marcos legais e políticas intersetoriais, com controle social e orçamento próprio (ALMEIDA, 2016, p.112)

Recentemente, a RUAF Foundation - Resource Centres on Urban Agriculture & Food Security, sediada na Holanda, publicou uma edição exclusiva da revista *Urban Agriculture* com a temática da Agroecologia Urbana, contribuindo de maneira significativa para articular e documentar a emergência de experiências locais, movimentos sociais e iniciativas públicas de agroecologia urbana em diferentes países ao redor do mundo. O trabalho reforçou a diversidade de sentidos atribuídos ao termo agroecologia e os diversos tipos de agriculturas praticadas nas cidades, procurando estabelecer as diferenças entre agricultura urbana e agroecologia urbana, assim como as visões divergentes ou conflitantes. Contudo, o editorial da revista chega à conclusão de que “a agroecologia urbana é um conceito ainda em formação, e seus significados ecológicos, sociais, econômicos e geográficos estão longe de compartilhar um entendimento e uma narrativa em comum” (RUAF, 2017, p. 4). Assim, mesmo que a edição da revista tenha sido um marco no debate internacional sobre a agroecologia urbana, continua sendo necessária uma compreensão e interpretação mais profunda do significado e sentido do “urbano”.

O debate sobre a agroecologia urbana também está bastante relacionado com a política do cotidiano, que ocorre muitas vezes fora do âmbito do Estado e do mercado ou dos regimes públicos e privados de propriedade, evidenciando a construção do *comum* - prática coletiva de gestão, de cultivo e de trocas não mercantilizadas, ou seja, através das práticas do fazer-comum (DARDOT e LAVAL, 2015). Segundo Tonucci Filho (2017), “o comum designa os bens, espaços e recursos (materiais e/ou imateriais) que são produzidos e apropriados coletivamente por uma dada comunidade por meio de práticas e relações de compartilhamento e reciprocidade” (p.27).

Se a política formal é muitas vezes vista como “externa”, exercida por “profissionais”, limitada ao período eleitoral, essa política do cotidiano que emerge a partir da relação das hortas está dentro e fora, é exercida por uma diversidade de habitantes da cidade e no dia-a-dia. O engajamento através das hortas se torna propulsor de uma multiplicidade de outros engajamentos, na espiral de participação política (...). Uma multimilitância que faz circular por realidades e espaços diversos da cidade, faz apreendê-la mutissituadamente. E essa circulação, por sua vez, é importante para a própria noção de política, já que fortalece contatos, estende redes, amplia um circuito-em-cultivo de ajudas, amparos, materiais, soluções, influências... (MACHINI, 2018, p. 196)

Portanto, a prática da AU tem ganhado destaque devido à sua relevância multidimensional e à sua possibilidade de garantir a soberania e segurança alimentar e nutricional nas cidades, além de diversos engajamentos e participação política. Essas experiências produtivas na perspectiva da agroecologia também se relacionam com a dimensão ambiental e sociopolítica, contribuindo com a preservação e recuperação do meio ambiente e com a organização social e a formação de redes. Contudo, existe uma lacuna nos estudos e pesquisas sobre o debate e a compreensão do processo de institucionalização da agricultura urbana agroecológica. A próxima seção tem o objetivo de avançar no debate a respeito das possibilidades de ações públicas que promovam a AU, bem como sobre a abrangência dos programas e projetos nas cidades.

2.3.1 - Processo de Institucionalização da Agricultura Urbana: alguns avanços e desafios

A agricultura urbana ganhou evidência na agenda internacional a partir da década de 1990 com as iniciativas de agências de cooperação e organizações internacionais para o desenvolvimento sustentável e sobre a gestão ambiental das cidades. Destaca-se o trabalho da Resource Centres on Urban Agriculture and Food Security (RUAF), sediada na Holanda, da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para promoção de estudos, ações e políticas de agricultura urbana. Essas redes internacionais também propiciaram o surgimento de redes regionais, como por exemplo a AGUILA – Red Latinoamericana de Investigaciones en Agricultura Urbana formada em 1995 (ALMEIDA, 2016; OLIVEIRA, 2017).

Na América Latina a prática da AU ganha visibilidade durante as décadas de 1970 e 1980 como incentivo ao combate à fome e à pobreza por programas sociais em países como Peru, Argentina, Brasil, México e Panamá. Ressaltam-se as políticas para enfrentamento da crise econômica nas cidades de Cuba durante a década de 1990 com a criação de sistemas de AU - referências mundiais no que diz respeito à agricultura urbana agroecológica (FAO, 2014 apud OLIVEIRA, 2017).

A AU, no cenário brasileiro, tem uma trajetória que envolve desde a dinâmica de elaboração de políticas públicas aos processos de mobilização e organização social, apresentando conexões com a agenda internacional e com contextos regionais nacionais (ALMEIDA, 2016). A institucionalização da agricultura urbana no Brasil, no âmbito federal, ocorreu com a criação do Programa Fome Zero e foi potencializado com as políticas de segurança alimentar e nutricional. Contudo, essa institucionalização contou com a mobilização e pressão de organizações que já atuavam com a temática da agricultura urbana em contextos locais e regionais.

Recentemente, em 2014, durante o III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), foi criado o Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU) que organizou, em 2015, o I Encontro Nacional de Agricultura Urbana no Rio de Janeiro com o tema “Agroecologia e Direito à Cidade: Cultivando Saúde e Comida de Verdade”. O encontro permitiu uma articulação de experiências de agricultura urbana, organizações, redes e movimentos sociais que

evidenciaram as ameaças e conflitos presentes nos espaços urbanos e reivindicaram o cumprimento da função social da propriedade e do direito humano à alimentação adequada, dentre outras questões (CNAU, 2015). Em 2017 aconteceram o VI Congresso Latino-americano de Agroecologia, o X Congresso Brasileiro de Agroecologia e o V Seminário de Agroecologia do Distrito Federal e Entorno. Outro marco importante para o fortalecimento do campo da AU foi o IV ENA - Encontro Nacional de Agroecologia que ocorreu em 2018, na cidade de Belo Horizonte, com o lema “Agroecologia e Democracia Unindo Campo e Cidade”. O principal objetivo do encontro foi conectar as experiências agroecológicas do campo com a cidade e na cidade, debatendo as principais pautas da agroecologia com articulação das lutas de organizações de diferentes campos, além de buscar o diálogo com a sociedade, pautando a agroecologia como uma possibilidade de transformação da sociedade em busca do bem-viver no campo e na cidade.

Apesar de todas as ações e mobilizações para a promoção da agricultura urbana, até hoje não foram consolidadas regulações e legislações federais específicas para a política de agricultura urbana. A principal referência é a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006) e demais recomendações e diretrizes presentes nos relatórios e planos da política de SAN. Além disso, o Projeto de Lei 906/2015, que institui a Política Nacional de Agricultura Urbana, ainda se encontra tramitando no Congresso Nacional. De acordo com Almeida (2016), a visibilidade que a agricultura urbana ganhou nesses últimos anos não resultaram na elaboração e implementação de políticas públicas e:

têm prevalecido nesses processos entraves burocráticos do Estado, as discontinuidades ligadas às mudanças nos cargos políticos, a dependência de interesses e decisões de gestores públicos e a falta de vontade política para definir orçamentos permanentes e equipes estruturadas e capacitadas para atuar nesse novo campo de ação institucional. A institucionalização traz também o risco de homogeneização e cooptação pelos governos locais, por meio da priorização de um enfoque de políticas de apoio e da imposição de condições e mecanismos formais para o acesso aos recursos públicos que não respeitam as especificidades territoriais e os objetivos das iniciativas protagonizadas pelas organizações e redes sociais (ALMEIDA, 2016, p. 104).

De um modo geral, o debate sobre a institucionalização da agricultura urbana no Brasil evidenciou a sua dimensão social, principalmente no enfrentamento da fome e da pobreza. As dimensões econômicas, ambientais e territoriais da agricultura urbana têm ficado em segundo plano nas ações do poder público, mas tem ganhado centralidade nas pautas das várias

organizações⁴⁰ que têm protagonizado o debate sobre a agricultura urbana em contextos locais e regionais, articulando com as perspectivas e lutas da soberania alimentar, da promoção da agroecologia e da agricultura familiar camponesa. Esses outros discursos e práticas “expressam abordagens mais críticas, que buscam focar a agricultura urbana como mais uma via de denúncia e transformação das desigualdades sociais, como a concentração e privatização de terras nas cidades e a hegemonia de corporações nacionais e internacionais no sistema agroalimentar atual, entre outras questões” (ALMEIDA, 2016, p. 105).

Considerando as distintas interações entre a sociedade civil e os governos no campo da AU, Oliveira (2018) realizou uma revisão da literatura sobre as ações de AU em 21 cidades diferentes, possibilitando delinear tipologias de ação pública no campo da AU diante de contextos e realidades diferentes. Segundo Oliveira (2017), essa tipologia de ações públicas de AU está embasada na Sociologia da Ação Pública e na combinação da perspectiva de análise cognitiva da ação pública e da teoria do ator-rede.

Na perspectiva da ação pública não cabe entrar nessas diferenciações processuais, pois há diferentes pessoas, movimentos sociais e organizações envolvidas na construção de problemas, soluções e ações, de forma que o processo de compreensão e definição de problemas e soluções ocorrem ao mesmo tempo. Problemas são observados enquanto as ações são realizadas e as redes são formadas para ativar diferentes mecanismos de solução, sendo a ativação das instituições estatais um dos instrumentos para construir soluções para problemas públicos (OLIVEIRA, 2018, p.10).

As propostas da análise cognitiva das ações públicas evidenciam as representações e relações entre atores, ideias e instituições em ação, combinando “os aspectos práticos, simbólicos e relacionais de um fenômeno social que é a ação pública” (OLIVEIRA, 2017, p. 15). No Quadro 06, estão sistematizadas as principais ações públicas e aspectos da institucionalização da AU realizados pela autora, possibilitando compreender os diferentes mecanismos que podem ser acionados para os avanços no campo da AU.

⁴⁰ É importante ressaltar a atuação da Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE), em Minas Gerais, a AS-PTA, no Rio de Janeiro, o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo - CEPAGRO, em Santa Catarina, o Instituto 05 Elementos e o Instituto Polis, em São Paulo.

Quadro 06 - Ações Públicas e Aspectos da Institucionalização da Agricultura Urbana		
Ações Públicas	Acesso à Terra e Uso do Solo	Programa de acesso à terra para AU
	Segurança Alimentar e Saúde	Créditos e financiamentos para AU
		Educação e assistência técnica de AU
		Assistência para acesso a mercados
		Gestão de riscos
	Serviços Ambientais	Promoção de técnicas de agricultura ecológica
Serviços de integração entre compostagem e AU		
Aspecto da Institucionalização	Estado legal da AU	
	Orçamento público para AU	
	Inclusão da AU no Plano de Segurança Alimentar	
	Inclusão da AU no Plano de Urbanismo	
	Existência de um Comitê Intersetorial de AU	
	Existência de espaços de participação para a AU	

Fonte: elaboração própria a partir de Oliveira (2017).

A partir dessa sistematização, Oliveira (2017) identificou quatro tipos de ação pública no âmbito da AU, denominados como “Marginal”, “Emergente”, “Societal” e “Estatal”⁴¹.

O tipo “Marginal” é aquele onde há pouco apoio institucional para a Agricultura Urbana, podendo ser considerada uma atividade ilegal. O tipo “Emergente” é aquele onde os apoios institucionais são incipientes, mas há uma recente progressão, especialmente por conta de maiores pressões e ações da sociedade civil. O tipo “Societal” é aquele onde as estruturas de serviços para a AU são organizadas principalmente por organizações da sociedade civil, com pouco apoio estatal. O tipo “Estatal” é aquele onde as ações estatais são bem estruturadas e podem assumir posições centrais ou paralelas em relação às ações da sociedade civil (OLIVEIRA, 2017, p.5).

Esta tipologia possibilita avaliar os contextos e atores envolvidos para compreender os diferentes tipos de ação pública de AU, bem como analisar os avanços e desafios na sua

⁴¹ As tipologias e as respectivas cidades identificadas foram: “Marginal” - Lusaka, Dar es Salaam, Accra, Dakar, Belém; “Emergente” - São Paulo, Lima, Cidade do México, Nairobi, Copenhague, Chicago; “Societal” - Nova Iorque, Montreal, Quito, Filadélfia; “Estatal” - Havana, Rosário, Toronto, Vancouver, Seattle, Sete Lagoas (OLIVEIRA, 2017).

institucionalização, especificamente as ações públicas com enfoque agroecológico e em contextos metropolitanos.

A sociologia da ação pública e, em específico, a análise cognitiva das ações públicas oferecerá, portanto, dispositivos analíticos para compreender tanto a análise sobre as construções subjetivas da realidade como a análise pragmática sobre a mesma. Diante da análise cognitiva, as ações públicas não são formuladas para resolverem problemas, pois é muito difícil definir precisamente os problemas e seus impactos (OLIVEIRA, 2017, p. 16).

Portanto, o próximo capítulo tem o objetivo de analisar as relações e ações dos múltiplos atores envolvidos com a institucionalização da AU e da agroecologia em Belo Horizonte, já que em outros estudos predomina um enfoque somente nas ações para o desenvolvimento do campo, carecendo de análises sobre as especificidades dessas políticas em contextos urbanos e metropolitanos. Nesse sentido, partindo da tipologia elaborada por Oliveira (2017), vale perguntar se e em qual desses tipos a experiência de AU de Belo Horizonte se aproxima e porquê. Para tal é necessário avaliar quais os dilemas e as possibilidades que o processo de reconhecimento da agroecologia no município e seu processo de institucionalização apresentam, dialogando com a literatura apresentada no Capítulo 01 e a abordagem teórica e metodológica escolhida. Para além da pergunta que orienta esta pesquisa⁴², cabe ressaltar: quais dimensões estarão envolvidas neste processo de institucionalização? Os padrões de interação entre movimentos e representantes do governo municipal resultam em que? Eles mudam com a mudança dos governos? Como e por quê? A partir dessas questões é importante compreender as possibilidades e desafios da construção de políticas públicas para produção de alimentos saudáveis em Belo Horizonte, levando em consideração as características desse território.

⁴² Quais são os encaixes institucionais resultantes dos repertórios de interação entre as redes de agroecologia e a Prefeitura de Belo Horizonte?

CAPÍTULO 3

REDES DE AGRICULTURA URBANA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA EM BELO HORIZONTE

“Práticas utópicas são aquelas em que a ação não é determinada pela inércia, mas escolhida conscientemente como o mais desejável: coletivos, comunidades, redes, movimentos sociais que demonstram outras possibilidades de dar forma à vida; que se organizam sem hierarquia, que trocam sem dinheiro, que se movimentam sem poluir, que constroem sem agredir, enfim, que instituem no presente imediato a partícula de sonho que desejam transformar em fato”
(Noa Cykman, 2018)

Na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), especificamente na capital Belo Horizonte, existe uma intensa mobilização de redes da sociedade civil em processos sociopolíticos e ações coletivas para promover, ampliar e fortalecer os modelos alternativos de produção de alimentos na perspectiva da agroecologia, evidenciando as dimensões sociais, ambientais e econômicas dessas experiências no território⁴³.

Existem diversas práticas agrícolas nos 34 municípios que compõem a RMBH em lugares e territórios diversos como propriedades da agricultura familiar, comunidades quilombolas, assentamentos da reforma agrária, entre outros. Na cidade de Belo Horizonte, existem muitas experiências de agricultura urbana nos quintais produtivos e hortas comunitárias, nas vilas e favelas, nas ocupações urbanas, nos terreiros e até em alguns programas e projetos de governos locais. Entretanto, essas experiências de agricultura urbana são invisibilizadas pela lógica industrial e imobiliária e muitas vezes não se configuram como pautas prioritárias de ações e políticas públicas no âmbito regional. Diante desses desafios, as redes agricultura urbana agroecológica em Belo Horizonte apresentam um papel fundamental para ampliar a comunicação e a articulação entre os atores sociais e reivindicar seus interesses coletivos, discutindo propostas para incorporação da produção de alimentos em bases agroecológicas no planejamento urbano e nas políticas públicas como uma possibilidade de desenvolvimento local com justiça socioambiental.

⁴³ Com o intuito de ampliar as possibilidades de construção do conhecimento, principalmente para as pessoas que tiverem curiosidade de compreender mais sobre o contexto das práticas agroecológicas em Belo Horizonte através dos recursos audiovisuais, recomendo assistir o documentário “Nenhum a Menos: Histórias de agroecologia em BH”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jYSqEJFfgMg>> Acesso em: 20/09/2019.

Essas redes são formadas por diversos atores, que serão identificados e nomeados neste capítulo, como ativistas, agricultores/as, coletivos, movimentos sociais, ONGs, grupos de pesquisa e extensão, representantes do poder público, entre outros. As múltiplas funcionalidades das diversas experiências de agriculturas urbanas apontam outras relações socioespaciais e ambientais possíveis no território metropolitano e reforçam também a necessidade de garantir a Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), previsto na Constituição Federal de 1988, bem como o Direito à Cidade.

Paralelamente e em conexão com as ações das redes, a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) apresenta uma trajetória reconhecida nacional e internacionalmente, sendo referência para estudos sobre a implantação de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional. Ao longo dos últimos 25 anos, diversos programas e ações da PBH receberam premiações e ganharam destaque devido a sua efetividade e impacto social, como o Direto da Roça, ABasteCer, Hortas Escolares e o Circuito de Educação Alimentar e Nutricional no Banco de Alimentos.

A expectativa desta pesquisa é que este cenário configura uma intensa interação entre a sociedade civil e o Estado e também um processo em curso de institucionalização a partir de encaixes institucionais, transformando demandas das redes de movimentos sociais em ações públicas por meio da criação de inovações democráticas, equipamentos públicos, leis, entre outros instrumentos de políticas públicas. A proposta deste capítulo é avaliar estes processos em Belo Horizonte, tipificando-os com base na literatura revisada e mobilizada nos capítulos 01 e 02 e evidenciando a relação dos movimentos socioambientais em contextos urbanos e suas influências nas políticas públicas. Assim, o objetivo deste capítulo é analisar as relações entre as redes de agricultura urbana e os processos de institucionalização das ideias da agroecologia em ações públicas pela Prefeitura de Belo Horizonte, especificamente na Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional⁴⁴. Compreender essas interações estabelecidas entre diversos atores - agricultores/as, movimentos sociais, organizações da

⁴⁴ As análises foram orientadas para: identificar os atores governamentais; compreender a institucionalização da agroecologia, as disputas, conflitos e cooperação no contexto dos projetos da Prefeitura de Belo Horizonte, relacionando-os com as demandas das redes; captar o apoio e fomento de órgãos e agências internacionais; compreender o potencial transformador da agroecologia enquanto política pública na construção de novos processos metodológicos de participação e de inovações democráticas; reconhecer como a atuação da PBH dialoga com outras iniciativas de institucionalização no âmbito regional e qual é o seu potencial de estimular as políticas dos demais municípios da RMBH e difundir a agroecologia.

sociedade civil, universidade e o poder público - além de outros agentes protagonistas na promoção e fortalecimento das ideias da agroecologia, possibilita identificar as dinâmicas e os processos para a construção dos sistemas alimentares saudáveis e analisar se e em que medida os mesmos são participativos e inovadores.

Diante da necessidade de compreender as ações coletivas das redes de agricultura urbana e como os atores estatais atuam no interior do município de Belo Horizonte no âmbito da Política de Segurança Alimentar e Nutricional, a pergunta que orienta o estudo descritivo e exploratório é: quais são os encaixes institucionais resultantes dos repertórios de interação entre as redes de agroecologia e a Prefeitura de Belo Horizonte?

A referência temporal escolhida será a trajetória institucional da política de SAN de 1993 a 2020, avaliando a incorporação ou não dos princípios da agroecologia nesse período. Portanto, a pesquisa está orientada para uma compreensão incremental do processo de institucionalização a partir dos encaixes institucionais na política Segurança Alimentar e Nutricional em BH. Serão analisados também os tipos de interação entre as redes de agroecologia e os agentes públicos da PBH que levaram a construção destes encaixes. Nesse sentido, é necessário (1) identificar e classificar os diferentes repertórios de interação mobilizados pelas redes de agroecologia e (2) avaliar seus efeitos, principalmente se e como promovem encaixes institucionais no município de Belo Horizonte durante 1993 a 2020, no que diz respeito às políticas de segurança alimentar e nutricional (SAN). Neste estudo de caso, será contextualizada as ações coletivas das redes de agricultura urbana e a trajetória política pública municipal de SAN em BH, descrevendo seu percurso e analisando os processos que levaram a formação de uma estrutura relacional entre as redes de agroecologia e, conseqüentemente, os encaixes institucionais das ideias da agroecologia.

Serão descritos, nas próximas seções, os atores sociais e suas ações coletivas para implementação de demandas relacionadas a AU e agroecologia no âmbito da PBH, apresentando os resultados do estudo de caso e mobilizando os depoimentos das pessoas entrevistadas⁴⁵. Serão analisados os resultados em termos de encaixes institucionais (leis,

⁴⁵ Foram realizadas 9 entrevistas com 3 atores estatais e 6 atores sociais. Com o intuito de preservar o anonimato das/os entrevistadas/os, os trechos das narrativas transcritos foram identificados pelo tipo de ator, social ou estatal, abreviado e seguido da numeração da ordem pela qual a entrevista foi realizada como, por exemplo, AS1 (Ator Social 1) ou AS3 (Ator Estatal 3).

equipamentos públicos, legislações, entre outras) durante o período entre os anos de 1993 a 2020 no município de Belo Horizonte. Além disso, serão identificadas as formas de organização e a atuação (dinâmicas e estratégias de influência e controle social) das redes de agroecologia, além dos impactos das práticas ou rotinas dos repertórios de ação utilizados na construção da política nesta área.

A institucionalização da agroecologia através dos projetos da Prefeitura de Belo Horizonte também será analisada, relacionando-os com as demandas das redes; identificando os novos processos metodológicos de participação e de inovações democráticas; compreendendo a relação entre a PBH e as outras iniciativas de institucionalização no âmbito regional e qual é o seu potencial de difundir a agroecologia e estimular as políticas dos demais municípios da RMBH.

3.1 - (1993 a 2000) Das Práticas Populares aos Primeiros Encaixes Institucionais de Agroecologia

A agricultura urbana faz parte de Belo Horizonte desde o início do município. As primeiras famílias, oriundas de migrações ligadas ao êxodo rural e ao crescimento da cidade⁴⁶, trouxeram práticas e saberes tradicionais sobre a produção de alimentos, uso de plantas medicinais e criação de animais em quintais, pequenos espaços e lotes vagos (OLIVEIRA et al., 2018).

Praticamente desde o início da formação da cidade existiam redes de solidariedade, principalmente na periferia, e troca de saberes, de conhecimentos, de informação, de produtos, de mudas e sementes. Belo Horizonte é uma cidade que é meio referência para quem vem principalmente do Vale do Jequitinhonha, da Bahia, do Vale do Mucuri. Então, na periferia nós vemos essas redes há muitos anos, antes dessa institucionalização. Eu acho que isso trouxe um elemento, trouxe um contexto importante para que as redes e as políticas comessem a serem formadas. Já vinha um caldo cultural de redes de solidariedade, principalmente na periferia, das pessoas que vinham do interior para trabalhar ou vinham em busca de novas oportunidades. Então, a minha percepção é que isso já começou há muitos anos (...). Ainda não se falava o nome da agricultura urbana, que ainda demorou um tempo, porque inclusive nós temos que assumir que isso é um nome de certa forma acadêmico, tanto a agroecologia como a agricultura urbana. São nomes que nós fomos construindo junto com a academia e com os movimentos sociais (ASI, 2020).

⁴⁶ A partir da década de 1970, a população urbana superou, de maneira rápida e desorganizada, a população rural no Brasil, principalmente na região sudeste. Assim, nas grandes cidades, “muitos dos emigrantes rurais depararam com um planejamento urbano excludente, sendo obrigados a fixarem-se nas periferias e demais áreas desamparadas de serviços urbanos” (OLIVEIRA et al., 2018, p. 203).

Essas iniciativas e práticas populares muitas vezes permanecem anônimas nas cidades, principalmente por estarem localizadas nas suas periferias. De acordo com Coutinho (2010), as práticas de agricultura urbana em Belo Horizonte questionam a forma de organização do meio urbano e revelam que as periferias não são locais apenas constituídos de precariedades.

No cotidiano da urbanização, as pessoas estabelecem relações de ajuda mútua — mesmo que constringidos por um acúmulo de dificuldades como baixa renda, pouco acesso às informações e pouca mobilidade na cidade. Mesmo quando não há uma bandeira política explicitada, a agricultura urbana é um modo de ação social voltado para o atendimento de interesses individuais e/ou coletivos, marcado por momentos de confraternização que tornam, certamente, mais alegres ou menos difíceis as dificuldades impostas pela cidade aos pobres (COUTINHO, 2010, p.188).

Apesar de inicialmente a agricultura urbana não apresentar uma bandeira política explícita, a prática começou a ser incorporada à agenda pública de Belo Horizonte em meados dos anos 90, principalmente a partir das ações da sociedade civil organizada e do protagonismo do poder público que serão descritos a seguir.

3.1.1 - A Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas

Em 1986, o Projeto Tecnologias Alternativas (PTA) da ONG Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) tinha o objetivo de buscar respostas para os desafios encontrados por camponesas/es no processo de modernização da agricultura no Brasil através do apoio às organizações de agricultoras/es familiares e da criação de centros de referências regionais para identificar e elaborar propostas de tecnologias alternativas. O projeto foi uma das iniciativas protagonistas na difusão da agricultura alternativa no Brasil e que terá um efeito importante na formação do movimento agroecológico nos anos 2000.

Assim, no âmbito do projeto PTA, também em 1986, foi criada no município de Belo Horizonte a ONG Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE)⁴⁷, uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que tem a missão de fortalecer a agroecologia, a agricultura familiar e agricultura urbana para construção de uma sociedade sustentável e para melhoria da qualidade de vida das comunidades do campo e da cidade, especificamente na Região Leste de Minas Gerais e na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

⁴⁷ Cf. <https://redemg.org.br/>

Em meados dos anos de 1990, a REDE começou um trabalho com agricultura urbana e periurbana através de uma parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte para implementação dos Centros de Vivência Agroecológica (CEVAEs) no âmbito da Secretaria Municipal de Abastecimento (SMAB) e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA). Assim, desde 1995, a ONG apoia as experiências de agricultura urbana e grupos de agroecologia, além da organização de encontros, formação de jovens e adultos e atuação em redes e fóruns nacionais e internacionais para a articulação política e a influência nas políticas públicas (COSTA e ALMEIDA, 2012). Em 1996, a REDE participou da delegação brasileira da sociedade civil na Cúpula Mundial da Alimentação, promovida pela FAO, em ROMA. Já em 1998, participa na criação do GT Gênero e Agroecologia da Região Sudeste e em 1999 da criação da Articulação Pacari - Plantas Medicinais do Cerrado, bem como da criação/coordenação do Fórum Mineiro de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (FMSANS).

Naquele momento, essa organização (REDE,) que já tinha uma trajetória de atuar como movimento do campo, estava justamente iniciando em 1995/1996 uma parceria com a prefeitura de Belo Horizonte para implantar o Centro de Vivência Agroecológica. Então era uma inovação, nós estamos falando de quanto tempo atrás, de estar inaugurando, de estar formulando ainda e formando esse campo agroecológico. E já agregou nesse desafio de uma atuação em comunidade periferia de uma capital. Também naquela época, não se falava em agricultura urbana. Os eixos de trabalho eram quintais, plantas medicinais, hortas comunitárias, alimentação saudável, organização comunitária (...) (A REDE) Já tinha uma atuação muito ampla e estava fazendo esse processo de trazer para o contexto urbano os princípios da sua atuação com comunidades rurais, tanto metodológicos como tecnológicos. Naquela época era muito forte a questão do Diagnóstico Rural Participativo, que foi adaptado para os contextos urbanos. Tinha essa fundamentação e essa combinação que foi muito incrível, que não dividia técnica, metodologia e política do fazer (...). Era aplicação ou experimentação do que estava se chamando de agroecologia, mas no ambiente urbano (...). A REDE participou de um intercâmbio na Alemanha e de um evento que tinha o eixo Agricultura Urbana (...). A partir daí, a REDE assumiu o termo agricultura urbana, mas tinha uma fundamentação de um fazer, não foi uma importação só da forma, do nome, foi uma combinação que permitiu uma integração. A REDE começou a circular em fóruns internacionais que tinham organizações ligadas à ONU e ONGs latino-americanas que também pautavam esse tema. A REDE se conectou a essas redes e gradativamente também a outras organizações do campo agroecológico do Brasil que também começaram a ser desafiados a atuar nos territórios onde estavam suas sedes, a se conectar com essa realidade da agricultura nos territórios urbanos. Mas a REDE de Intercâmbio, sem dúvidas, foi a ONG que inaugurou essa conexão entre estes dois campos nascentes da Agricultura Urbana e da Agroecologia (AE3, 2020).

Portanto, é importante ressaltar a convergência entre a criação da ONG REDE em 1986 através do Projeto PTA, protagonista na difusão da agricultura alternativa e na agroecologia

no âmbito nacional, e a iniciativa da Prefeitura de Belo Horizonte em 1993, possibilitando estruturar o primeiro marco institucional da agroecologia no município de Belo Horizonte por meio do Centros de Vivência Agroecológica (CEVAEs) em 1995 que será descrito na próxima seção.

3.1.2 - Os Centros de Vivências Agroecológicas (CEVAES): primeiro marco da institucionalização da agroecologia em Belo Horizonte

No início dos anos 1990 ocorriam no Brasil diversas ações e mobilizações para enfrentamento da fome⁴⁸, repercutindo na criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) e em políticas públicas importantes para o combate à fome e à miséria. Na mesma época, especificamente em 1993, iniciava a gestão do prefeito Patrus Ananias (Partido dos Trabalhadores - PT) em Belo Horizonte e começava a se estruturar no município alguns programas governamentais de abastecimento e segurança alimentar por meio da criação da Secretaria Municipal de Abastecimento (SMAB)⁴⁹.

Nessa época, 1993/1994, não havia ANA, não existia Articulação Nacional de Agroecologia, nem a Mineira, isso veio muito depois. Existia um fórum de organizações, não tinha nenhum Fórum de Segurança Alimentar ainda. Era um fórum que, se eu não me engano, fazia uma discussão sobre Desenvolvimento Rural Sustentável (...) A REDE fazia parte, a FETAEMG fazia parte, a CPT - Comissão Pastoral da Terra fazia parte (...) No governo do Patrus Ananias em 1995, iniciou-se a discussão da criação da Secretaria Municipal de Abastecimento. Um pouco antes, em 1994, houve um grande diálogo, uma convergência muito grande da sociedade civil para dialogar e incidir na política pública. E o governo Patrus abriu esse diálogo para criação da SMAB - Secretaria Municipal de Abastecimento com a professora Maria Regina Nabuco da economia da UFMG. Isso foi muito inovador na época e muitas das políticas já buscavam esse diálogo entre os movimentos e a incidência da produção da agricultura familiar nessa questão do abastecimento. Foi aí que criaram todos os programas que existem até hoje (AS2, 2020).

A partir desse momento, as demandas de abastecimento e, conseqüentemente, a discussão sobre a segurança alimentar e nutricional passam a ganhar prioridade e centralidade no município através de “uma série de programas que combinaram ações de caráter emergencial

⁴⁸ Ressalta-se a campanha “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida” articulada pelo sociólogo Herbert de Souza.

⁴⁹ Até então, as políticas públicas voltadas para o abastecimento estavam vinculadas à Coordenadoria de Abastecimento, extinta para criação da SMAB em 1993 através da lei no 6352 de 15/07/1993. É importante ressaltar que o PT “trazia em sua agenda política um acúmulo de conhecimentos sobre a questão alimentar desenvolvidas em discussão nacional e, além disso, o tema era um dos principais componentes de suas propostas para o governo municipal, ou seja, de elaborar uma nova política local de segurança alimentar” (MAFRA, 2004, p. 31).

para o combate à fome, de garantia da disponibilidade de alimentos de qualidade, de garantia de acesso ao alimento saudável e de caráter educativo e informacional” (CARVALHO et al., 2020, p. 17). Segundo Mafra (2004):

Para o processo de estruturação na Secretaria, o então prefeito Patrus Ananias nomeou para a SMAB uma equipe multidisciplinar para implementação das políticas de segurança alimentar. Foram chamados para compor o quadro de pessoal da SMAB profissionais com um perfil que não era somente técnico, mas que possuíam grande inserção política no município e com reconhecimento acadêmico. Este fator foi fundamental na estruturação inicial da Secretaria como também em seus passos futuros (p. 31).

Nesse período, foi criado o Conselho Municipal de Abastecimento (COMASA)⁵⁰ que favoreceu a participação popular na construção de diretrizes e a qualificação dos programas e projetos da SMAB. Destacam-se a criação dos seguintes programas e projetos: Restaurante Popular e Cestão Popular (comercialização subsidiada), Alimentação Escolar, Assistência Nutricional à Criança e à Adolescência, o ABasteCer (sacolões que oferecem variedades de alimentos e garantem regulação no preço dos produtos), Campanha de Safra, Comboio do Trabalhador (alimentos vendidos pela metade do preço), Armazém da Roça, Feira Modelo, Feiras Livres, Direto da Roça (feira de comercialização de alimentos da Agricultura Familiar a preços acessíveis), Mercados Municipais, Bolsa Verde, Central Municipal, entre outros programas de assistência alimentar e orientação ao consumidor⁵¹.

As inovações municipais da gestão Patrus Ananias são reconhecidas como as mais ousadas e bem-sucedidas no que diz respeito ao esforço municipal de combate à fome no Brasil e até hoje servem de exemplo e inspiração no âmbito internacional. Além disso, a secretaria fomentou a agricultura urbana e promoveu a cessão de espaços públicos para a produção comunitária de alimentos na cidade, criou os projetos Pró-Pomar⁵² (instalação de pomares em creches e escolas e distribuição de mudas frutíferas e composto orgânico), Hortas Escolares e Comunitárias⁵³ e os Centros de Vivências Agroecológicas (CEVAE). Esta seção trará um enfoque para o CEVAE, visto que é o equipamento público que inaugura tanto a institucionalização simbólica da agroecologia como a sua prática nas periferias da cidade.

⁵⁰ Lei Municipal nº. 6.379 de 10/1994.

⁵¹ Essas informações foram identificadas nos Relatórios Anuais da Prefeitura de Belo Horizonte de 1994 a 2005. Cf. <https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/arquivo-publico/acervo/relatorio-de-prefeito>.

⁵² Decreto nº 9.539, de 17 de março de 1998, que dispõe sobre a criação do Programa Pró-pomar e dá outras providências.

⁵³ Decreto nº 9.540, de 17 de março de 1998, que dispõe sobre a criação do Programa Hortas Escolares e Comunitárias e dá outras providências.

Portanto, o primeiro marco de institucionalização da agroecologia iniciou-se em 1995 com a criação de cinco Centros de Vivência Agroecológica (CEVAEs) nas regionais da cidade pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), por meio da SMAB e SMMA⁵⁴, em convênio com a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE). Estes centros são os primeiros exemplos de encaixe institucional da agroecologia na política da AU no município de BH em um contexto favorável de relação entre atores societários e representantes públicos.

A REDE teve um papel fundamental, porque a REDE foi convidada a fazer, eu não digo a gestão administrativa, mas a questão técnica, a mobilização, a realização dos diagnósticos participativos. Porque a REDE, desde que ela foi fundada em 1986 ou 1987, se eu não me engano, ela tinha esse know-how da participação, dos diagnósticos - anteriormente eram os diagnósticos rurais participativos. A REDE surgiu com o propósito em Minas Gerais de articular os outros centros de agroecologia. Então, a REDE já tinha esse esse know-how do diálogo e do envolvimento das pessoas e movimentos sociais (AS1, 2020).

A proposta para criação do CEVAE surgiu coincidentemente pelas duas secretarias a partir das seguintes motivações: a SMMA estava inspirada por uma apresentação ocorrida na conferência da Rio 92 sobre a importância da agricultura urbana para a questão alimentar, ambiental e para o envolvimento social da comunidade; já a SMAB estava interessada em possibilitar a produção de alimentos pelas famílias associado à educação alimentar e ambiental. Contudo, a SMMA teve a iniciativa de inserir a proposta no seu planejamento e encaminhou para as demais secretarias. Logo em seguida, a SMAB informou que tinha um projeto parecido e iniciou-se a construção dos CEVAE de maneira interinstitucional e intersetorial (BARBOSA, 2002)⁵⁵.

O CEVAE tinha, além do encontro dessas duas temáticas, um aspecto que era muito o que hoje se fala de ação territorial (...) Nessa época da década de 90, o que se falava era desenvolvimento local sustentável. Tinha essa dimensão de trabalhar esse binômio Segurança Alimentar e Meio Ambiente numa perspectiva territorializada, por isso a ideia de centro. Centro de Vivência Agroecológica quer dizer centro no sentido que ele vai estar numa comunidade, ele vai ser aglutinador e radiador da ideia da agroecologia da segurança alimentar. Então foi esse encontro com a metodologia de trabalhar isso de forma participativa com as comunidades (...) O CEVAE também tinha a intenção de fazer a gestão da política pública e do equipamento público de forma participativa. Havia essa concepção de que o processo deveria ser todo participativo e o poder público não tinha como fazer isso, por isso o envolvimento da REDE, que levou a concepção agroecológica, mas levou sobretudo a concepção de inclusão da sociedade no processo de gestão e de formulação da política pública. Foi nesse encontro que começou o CEVAE (AS2, 2020).

⁵⁴ Na época, a secretária da SMAB era a economista Maria Regina Nabuco e o secretário da SMMA era João Bosco Senra.

⁵⁵ A origem, atuação e desdobramentos do CEVAEs estão descritas minuciosamente na dissertação de Barbosa (2002).

No entanto, a construção do CEVAE só iniciou em 1994, após o projeto ser contemplado com recursos do LIFE (Local Initiative Facility for Urban Environment) vinculado ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)⁵⁶, uma parceria internacional. Como as diretrizes do LIFE/PNUD estabelecia que a gestão deveria ter a participação de uma organização não governamental, foi convidada a ONG REDE para ser parceira do projeto, devido a sua experiência de trabalho em agroecologia e com a organização comunitária, reconhecida pela equipe da SMMA. Segundo as próprias palavras do secretário: “A vantagem era que eu e outros colegas de trabalho já conhecíamos o trabalho da REDE. Eles encaixavam dentro dos princípios. Isso dava confiança” (BARBOSA, 2002, p.52).

O primeiro CEVAE começou a ser construído em 1995 na região do Taquaril, periferia da regional leste do município de Belo Horizonte, e foi inaugurado em 1996. O local foi priorizado porque já existiam iniciativas relacionadas à agricultura urbana e ao mesmo tempo apresentava uma situação de alta vulnerabilidade social. Posteriormente, a partir do Orçamento Participativo Setorial realizado em 1995, são aprovados a construção de nove CEVAEs. Destes, apenas três são construídos em função das limitações orçamentárias que foram posteriormente identificadas. Todos os três foram instaurados em bairros periféricos, especificamente Capitão Eduardo, Morro das Pedras e Serra Verde. A construção dos CEVAEs apresentava uma planta-padrão (100m²), contendo uma “sala para administração, cozinha, salão para oficinas/cursos, banheiro feminino e masculino, e pátio (...) O restante da área, que permaneceu não construída, está destinada à experimentação, produção e demonstração de cultivos e composto orgânico” (BARBOSA, 2002, p. 57). Na época, os Centros de Vivência Agroecológica eram definidos pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente como:

Equipamentos públicos comunitários de política de meio ambiente e segurança alimentar do Município de Belo Horizonte, com atuação específica em programas de intervenção sócio-ambiental, através de ações nas áreas de educação ambiental, segurança alimentar e saúde, agroecologia, capacitação e geração alternativa de rendas (BARBOSA, 2002, p. 59).

O CEVAE, além de ter estabelecido a parceria com a sociedade civil organizada, promoveu a Educação Ambiental Popular nas periferias da cidade a partir da agroecologia, sendo uma

⁵⁶ O LIFE foi criado pelo PNUD em 1992 após a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (BARBOSA, 2002).

política e equipamento público vanguardista nas iniciativas do poder público municipal em agricultura urbana, apesar dos diversos desafios e conflitos (BARBOSA, 2002). Ressalta-se o fortalecimento da participação comunitária, a difusão da agricultura urbana e as ações locais que estimulam a gestão ambiental.

O programa realizou oficinas de valorização e melhoria de quintais urbanos; educação ambiental; educação alimentar; plantas medicinais; produção de hortas e pomares comunitários através de técnicas agroecológicas; recuperação de áreas degradadas e sistematização do conhecimento produzido sobre saúde (...) alimentação e agroecologia, voltados para as pessoas de baixa renda com o intuito de fortalecer as comunidades e permitir o seu auto abastecimento e geração de renda (COUTINHO, 2010, p. 63)

Contudo, a SMAB sai do programa em 1998 devido a alguns conflitos internos entre as secretarias⁵⁷ e o convênio passa a ser gerido somente entre a SMMA e a REDE. Em 2000, foram definidas diversas metas e ações estratégicas para o Programa CEVAE, através da Deliberação Normativa nº 31/ 2000⁵⁸, visando o aumento da participação popular na gestão das políticas públicas por meio da utilização de métodos participativos e da criação de um Comitê Gestor e uma Comissão Local, além da elaboração de um Plano Estratégico Participativo com controle social do orçamento e gastos.

Eu acho que a relação foi se desgastando por causa de questões que até hoje eu acho que são meio desafiadoras para a gestão pública participativa. Os CEVAES foram instituídos enquanto equipamento e cada CEVAE tinha uma comissão local que era formada por representantes da prefeitura e da ONG, que era conveniada e que fazia o processo de mobilização social, de educação e de implantação das tecnologias (...) essas comissões locais tinham a função de fazer o diagnóstico da realidade e propor o plano de ação. Então, todas as comissões fizeram isso. No início tinha bastante liberdade e foi criado também o comitê. Tinha essa ideia dos quatro CEVAEs com a sua comissão local e tinha essa questão tripartite e que indicava representantes para um comitê dos quatro CEVAEs. O desenho era que esse modelo iria estruturar toda a política pública com a participação. Aí já vem uma primeira questão que é um tabu, um dilema que é o seguinte, isso na gestão do Célio de Castro e com muita gente dos movimentos sociais que estava na prefeitura e que tinha compreensão, mas que a questão não vingou, que era quando a comunidade queria discutir o orçamento. Aí esbarrou! 'Não beleza, vocês podem propor fazer tantas oficinas disso, vai fazer isso e aquilo, mas o orçamento quem decide somos nós', era a fala da Prefeitura, da gestão. Então assim, os CEVAEs esbarraram nisso e não avançou. Era um dilema. Isso começou a criar tensões, enfim (...) inclusive foi necessário, eu acho que em 1999, se eu não me engano, no Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMAM

⁵⁷ De acordo com Barbosa (2002), existiam três versões sobre os conflitos que geraram a saída da SMAB. O primeiro, era que as duas secretarias reivindicavam "a 'paternidade' do programa, o que teria gerado um certo mal-estar na relação entre as duas secretarias; outra explicação, mais ou menos relacionada com a anterior, diz respeito ao forte enfoque ambiental que o programa assume, fato que teria despertado o 'descontentamento' da Secretaria de Abastecimento; existe ainda uma versão que aponta para as dificuldades de relacionamento entre a Secretaria de Abastecimento e a REDE" (p. 62).

⁵⁸ Cf.

https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/imagens/authenticated%2C%20editor_a_meio_ambiente/deliberacoes/comam/DN31-00_.pdf

criar uma deliberação normativa. A REDE era integrante do COMAM nessa época e, para dar legalidade a esse processo, para política pública continuar nesse formato, definiu-se uma deliberação para dar um caráter formal. Foi proposto ao COMAM criar uma deliberação normativa - ela tem força de lei - que institui o que era o CEVAE enquanto um programa de política pública da SMAB e do Meio Ambiente, instituía as comissões locais, o comitê gestor, toda a estrutura (...) O instrumento que estruturava, antes da deliberação normativa, o CEVAE enquanto existência legal era o convênio que a SMAB e o Meio Ambiente tinham com a REDE. Então precisou de um marco legal. Essa deliberação normativa foi o marco legal, mas já estava muito tensionada a relação, porque a REDE fazia essa mediação, mas a prefeitura queria ter controle de todos os processos (AS2, 2020)

Em 2001, a relação entre a prefeitura e a REDE se alterou e as atividades dos CEVAEs paralisaram porque a PBH não repassava mais os recursos para a realização das atividades e para o pagamento dos salários das/os técnicas/os da ONG. Assim, a parceria entre a REDE e a PBH durou de outubro de 1995 até abril de 2001⁵⁹ quando a SMMA assumiu integralmente a gestão dos CEVAEs (BARBOSA, 2002).

Quando a comunidade e as comissões começaram a querer questionar e falar assim 'queremos saber quanto que é o valor, qual é o orçamento que tem no CEVAE, nós queremos incidir nisso, nós queremos tomar decisão para onde que vai o dinheiro e como que vai o dinheiro'. Isso gerou tensão e também nesse processo de criarmos a deliberação normativa (...) Isso gerou uma tensão muito grande. Até que em 2001 nos retiramos. A REDE avaliou internamente que estava desgastante demais, que isso estava ameaçando a própria instituição porque todo ano nós ficávamos com uma equipe muito grande presa nesse convênio da prefeitura que era muito difícil de renovar, enfim (...) Mas eu acho que a principal questão central é essa que a política pública participativa quando ela é consultiva, quer dizer, o poder público consulta o que é que a comunidade quer e aí avalia dentro. Quer dizer, a centralidade na decisão do poder público ela até que funciona, quando a centralidade passa por uma questão de que a comunidade, os instrumentos desses comitês dessas comissões começam a decidir sobre o orçamento, a coisa fica mais tensa. Nós estudávamos e nos inspiramos muito na saúde porque as comissões municipais e locais de saúde de cada centro Centro de Saúde. Não sei se é assim hoje, mas tem as comissões locais de saúde e elas por lei definiam o orçamento (AS2, 2020)

Atualmente, os CEVAEs estão vinculados à gestão da Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica (FPMZB), criada em 2005, no âmbito da Secretaria Municipal de Políticas Urbanas. O projeto perdeu o caráter progressista e crítico depois das diversas mudanças de governos, principalmente em relação à participação popular e a promoção dos princípios sociopolíticos da agroecologia.

O CEVAE perdeu o caráter de política pública participativa, as comissões locais se arrefeceram, o comitê gestor foi diluído. As comissões até que continuaram, mas aí perdeu esse caráter de uma discussão comunitária, uma discussão de política

⁵⁹ A gestão municipal entre os anos de 1997 a 2001 foi conduzida pelo prefeito Célio de Castro (Partido Socialista Brasileiro - PSB) que renunciou no final de 2001 por motivos de saúde. Fernando Pimentel (Partido dos Trabalhadores - PT) assumiu o cargo e permaneceu até 2008. Nesse período a Secretária Municipal de Abastecimento passa a se chamar Secretaria Municipal de Política de Abastecimento.

pública, ficou aquela comissão local que se reunia, tinha um funcionário da prefeitura, um administrativo que ficava em cada CEVAE e uma coordenação que ficava na Secretaria de Meio Ambiente. A Secretaria de Abastecimento se retirou e ficou só o meio ambiente. O CEVAE virou uma área verde. É claro que tem lá oficinas de cultura, de plantas medicinais e tal, mas, assim, ele virou um equipamento público do meio ambiente, uma área verde que tem uma construção, uma cozinha, enfim. Perdeu esse caráter de desenvolvimento local de territorialidade, virou um equipamento público. Não estou desmerecendo isso não, entendeu. É importante ter áreas verdes, é importante ter um processo de educação ambiental enraizado na comunidade. Isso é legal, entendeu. Mas a ideia inicial do CEVAE de ser um centro de referência, onde a comunidade ia desenvolver tecnologias e expandir a agricultura urbana para os quintais, para as escolas, enfim, isso tudo se perdeu (AS2, 2020).

No entanto, o CEVAE configurou-se como o primeiro encaixe institucional das ideias da agroecologia e como uma inovação nacional no que diz respeito a ação pública de agricultura urbana aliada às políticas ambientais e de abastecimento no âmbito municipal, tendo como base a parceria entre o poder público e a sociedade civil organizada.

3.2 - (2001 a 2011) Articulações Regionais e Internacionais e Legislações

A partir do legado da SMAB, a política de segurança alimentar e nutricional de Belo Horizonte “consolidou-se como caso de sucesso nacional e internacional, vindo a constituir uma das práticas de inspiração do programa Fome Zero (2003), cujos desdobramentos culminaram na instituição, via LOSAN, do Sistema Nacional de Segurança Alimentar (SISAN)” (CARVALHO et al., 2020, p. 18).

É importante ressaltar que no âmbito nacional iniciava-se o governo Lula, momento marcado por uma ampliação da participação a partir da permeabilidade do Estado e de rotinas e padrões de interação de atores estatais com os movimentos sociais para construção de políticas públicas (ABERS et al., 2014). O CONSEA foi reativado e a agricultura urbana foi contemplada como uma das propostas prioritárias aprovadas nas plenárias das II, III e IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2004, 2007 e 2011, respectivamente), reforçando a necessidade de criar uma Política Nacional de Agricultura Urbana articulada a Política Nacional de SAN e ao Ministério do Desenvolvimento Social - MDS. Em 2012, foi constituído o Grupo de Trabalho de SAN e Desenvolvimento Urbano (ALMEIDA, 2016).

Em Belo Horizonte, o Conselho Municipal de Segurança Alimentar foi instituído em 2003⁶⁰, garantindo os diálogos entre a SMAB, a secretaria de saúde, de educação e principalmente com a sociedade civil. Além disso, nesse período as organizações da sociedade civil de Belo Horizonte começaram a estabelecer conexões com fóruns e redes regionais, estaduais, nacionais e internacionais⁶¹, como o caso da Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU), Articulação Mineira de Agroecologia (AMA), Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN).

3.2.1 - A Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana - AMAU

No início dos anos 2000, ocorreu um intenso processo de organização das iniciativas da sociedade civil e foram realizadas diversas ações coletivas, principalmente a partir da atuação de Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas - REDE⁶², como Encontro de Quintais, Encontros da Agricultura Urbana, Intercâmbios entre Agricultoras/es e mutirões para plantio de hortas comunitárias, entre outros.

Em 2001, o Fórum Mineiro de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável em parceria com o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Minas Gerais realizou um levantamento de iniciativas de agricultura urbana na RMBH e criou um grupo de trabalho para aprofundar a discussão sobre esta temática. Em 2004, nesse contexto de mobilização da sociedade civil em torno da agricultura urbana, foi promovida a “Caravana Dignidade e Vida: Segurança Alimentar e Agricultura Urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte”, caracterizando 23 iniciativas de agricultura urbana na RMBH. O resultado dessa caravana foi a formação da Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana - AMAU⁶³ no mesmo ano para promoção permanente de encontros, intercâmbios e fortalecimento de grupos e organizações da sociedade civil da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). É importante mencionar que a AMAU é uma iniciativa da sociedade civil que organiza suas

⁶⁰ Ver <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=908031>

⁶¹ No ano de 2005, por exemplo, dois representantes de Belo Horizonte foram selecionados para participar do “I Curso Regional de Pesquisa-Ação e Gestão da Agricultura Urbana nas Cidades da América Latina e Caribe” do Programa de Gestão Urbana para América Latina e Caribe (PGU-ALC) ocorrido em Quito/Equador (ALMEIDA, 2016).

⁶² Em 2002, a REDE participou do I ENA no RJ e da constituição da ANA. Em 2003, participa na constituição e coordenação da AMA e implementa o “Projeto de Formação de Educadores/as Comunitários em SAN e AU com Enfoque de Gênero”, em BH. Já em 2006, contribuiu na organização do II ENA em Recife.

⁶³ Cf. <http://amau.org.br/>

ações de maneira autônoma em relação ao Estado, estabelecendo parcerias e cooperação com organizações sociais e grupos como, por exemplos, a ONG REDE, que participou ativamente da mobilização e da criação, e grupos universitários de pesquisa e extensão.

A Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU) é formada a partir do envolvimento e colaboração horizontal entre diversos representantes da sociedade civil, grupos, coletivos, organizações sociais, empreendimentos, agricultoras/es e de movimentos sociais que atuam ou estão interessados na construção da agroecologia e agricultura urbana. Além disso, esses sujeitos e organizações apresentam demandas e lutas que convergem e dialogam com as pautas da agroecologia como a reforma agrária, feminismo, saúde coletiva, alimentação saudável, permacultura, economia solidária, justiça ambiental, comunicação e cultura popular, reforma urbana e direito à cidade, SAN, entre outras. Também é importante evidenciar a participação de organizações de assessoria, pesquisadores e estudantes de diversas áreas (COSTA e ALMEIDA, 2012).

A AMAU teve e tem um papel central na articulação regional e no debate político sobre a agroecologia e a relação campo-cidade, constituindo-se como uma organização protagonista e de referência na RMBH, permitindo articular atores envolvidos com a agroecologia para construção de um projeto popular mediado pela discussão e participação na elaboração de políticas públicas e de planejamento urbano. Seu principal objetivo é organizar e fortalecer as/os agricultoras/es urbanas/os, atuando em rede para promover encontros de formação e de compartilhamento de saberes e práticas como, por exemplo, os mutirões agroecológicos e as trocas de sementes e mudas.

3.2.2 - O Programa Global Cidades Cultivando para o Futuro, o Projeto Da Semente à Mesa e o Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana da RMBH

Em 2005, o município de Belo Horizonte foi selecionado pela organização Promoção do Desenvolvimento Sustentável (IPES/Peru) e pela Rede Internacional de Centros de Recursos em Agricultura Urbana e Segurança Alimentar (Fundação RUAH/Holanda) para desenvolver

o Programa Global Cidades Cultivando para o Futuro (CCF)⁶⁴ direcionado para a institucionalização das práticas da agricultura urbana.

Os objetivos do programa são: reduzir a pobreza urbana, promover segurança alimentar, melhorar a qualidade ambiental das cidades, empoderar os “agricultores urbanos” e promover governabilidade participativa. Para tanto, buscou-se: apoiar iniciativas locais da agricultura urbana para que fossem inseridas em políticas e programas de governos existentes, principalmente garantindo terra para tanto nas leis municipais de uso do solo; capacitar atores locais sobre agricultura urbana, para que possam planejar e implementar novas políticas públicas e ações em que a agricultura seja a ação estratégica capaz de cumprir os objetivos do programa; facilitar processos com perspectivas participativas e de gênero (COUTINHO e COSTA, 2011, p. 89).

O CCF foi coordenado pela ONG REDE e pela Prefeitura, através da Secretaria Municipal de Política Urbanas, e executado entre junho de 2006 e junho de 2008. Além disso, o programa contava com um grupo de trabalho e foi realizado um diagnóstico participativo para levantar informações sobre a agricultura urbana e avaliar as possibilidades de inserção nas políticas públicas de Belo Horizonte⁶⁵.

O CCF foi muito importante, porque eu acho que saiu um pouco daquela visão mais local dos CEVAEs. Ele tinha esse componente territorial muito forte, era as comunidades ali do Alto Vera Cruz, etc. Já o CCF já abriu o olhar para a cidade (...) tinha uma metodologia muito potente muito completa (...) foi tão importante porque ampliou o olhar sobre o planejamento urbano. Antes era desenvolvimento local de comunidades, agora com CCF foi o planejamento urbano, pensar a cidade e como a agricultura urbana se insere no planejamento da cidade. Então foi feito esse diagnóstico que tinha um componente de legislação, tinha um componente geográfico de análise de mapas mesmo, de vazios urbanos de área para produzir, tinha um componente de mobilização social, de identificação dos atores e das atrizes. Ele era muito mais completo e esse diagnóstico gerou um planejamento e constituiu o que eles chamavam de Espaço de Agricultura Urbana. Esse espaço era uma comissão bipartite - sociedade civil e governo. O meio ambiente estava, o abastecimento estava, mas eu acho que a Política Urbana também estava e tinha outras secretarias (...) Ele foi importante porque trouxe a discussão da agricultura e agroecologia urbana para um patamar mais superior e mais abrangente. Deixou de ter aquela visão mais voltada para o desenvolvimento comunitário e de ações localizadas e de educação ambiental para ter uma perspectiva maior que é de pensar agroecologia e agricultura urbana no planejamento da cidade (AS2, 2020).

O programa resultou na realização do projeto “Da Semente à Mesa”, experiência piloto de ocupação de lote vazio com agricultura urbana de Belo Horizonte nomeada Jardim Produtivo, no “Plano de Ação de Agricultura Urbana de Belo Horizonte 2008-2018: BH Cultivando

⁶⁴ De acordo com Coutinho e Costa (2011), “o Programa CCF foi implementado em várias metrópoles da América Latina, África, Ásia e Oriente Médio, com duração de quatro anos, através de estímulos econômicos da Fundação RUA. Na América Latina, três cidades, identificadas como cidades piloto, foram selecionadas para receber o programa: Villa Maria Del Triunfo, no Peru, Bogotá, na Colômbia, e Belo Horizonte, no Brasil” (p. 89).

⁶⁵ A descrição detalhada de todas as etapas do programa CCF está disponível na dissertação de Coutinho (2010).

Agricultura Urbana” e na criação do fórum Espaço de Agricultura Urbana de Belo Horizonte durante o seminário "Agricultura Urbana como Instrumento de Gestão da Cidade" (REDE, 2008; COUTINHO, 2011; ALMEIDA, 2016).

O projeto Dá Semente a Mesa tinha um recorte comercial, econômico. Então, era uma experiência para construir um plano de negócio para mostrar a viabilidade de uma experiência exemplar, uma experiência piloto de viabilidade econômica dos processos de agricultura urbana nessas quatro cidades (...) foi implantado o Jardim Produtivo e foi feito os planos de negócio do Jardim Produtivo e da Vila Pinho, que era uma horta comunitária que já existia, mais antiga (AS2, 2020).

Nesse período, marcado pela gestão do prefeito Fernando Pimentel (2001-2008), cooperação e a articulação internacional induzida pela sociedade civil, com o protagonismo da REDE, foi fundamental na ampliação do debate público sobre agricultura urbana e sua inserção nas políticas públicas da RMBH para valorização da segurança alimentar e nutricional. A cidade Belo Horizonte configurou-se como referência nas experiências de agricultura urbana, influenciando outros municípios a promoverem ações de agricultura urbana e segurança alimentar e nutricional.

Já em 2006, a ONG REDE coordena, em parceria com a ONG peruana IPES, a pesquisa “Identificação e Caracterização de Iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana em Regiões Metropolitanas Brasileiras”⁶⁶, financiada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e a FAO. Os resultados da pesquisa foram apresentados no Seminário Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana em 2007, gerando o “Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua Promoção: Identificação e Caracterização de Iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras” (SANTANDREU e LOVO, 2007). Por fim, de 2008 a 2011 ocorreram as atividades do Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte (CAUP RMBH) a partir do edital e convênio do MDS com o Instituto de Terras de Minas Gerais (ITER-MG).

⁶⁶ O objetivo da pesquisa era identificar iniciativas de agricultura urbana e periurbana e formular diretrizes para sua promoção. Além da RMBH, a pesquisa foi realizada nas regiões metropolitanas de Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Goiânia, Belém, Fortaleza, Recife e Salvador (ALMEIDA, 2016).

Pessoas que foram construtoras dessa proposta da Secretaria de Abastecimento foram para o governo Lula, para o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social). E de um jeito ou de outro, via demandas apresentadas pela sociedade civil nas conferências de segurança alimentar, via atuação dessas pessoas na estrutura do ministério, criou-se uma coordenação de agricultura urbana. A REDE tinha conexões internacionais, mas também tinha fortes conexões nacionais. Durante um período, foram muito importantes as trocas entre Rio de Janeiro e Floripa, com duas outras organizações do movimento agroecológico que investiram na atuação com Agricultura Urbana que foi a AS-PTA (Rio de Janeiro) e o CEPAGRO em Florianópolis (...). Cada atuação com uma cara, mas nós fazíamos intercâmbio e se encontrava. Os espaços de encontro eram principalmente aqueles nos quais se debatiam as políticas de segurança alimentar, no contexto do Fome Zero e eventos organizados por estas mesmas organizações. Neste momento entendo que tem um deslocamento dos debates para esfera federal, também no Fórum Brasileiro Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional mas ainda nas esferas locais. Assim, muitos debates e muitas conexões em torno da Agricultura Urbana e dessa conexão entre AU, agroecologia e segurança alimentar, foram favorecidas por conta das políticas federais. Depois teve o CAUP, principalmente nos anos de 2008/2009, com o lançamento de editais federais para implantação de Centros de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana (AE3, 2020).

Os centros tinham o objetivo de apoiar e fomentar a agricultura urbana nas regiões metropolitanas a partir de assistência técnica, formação e monitoramento. Na época, foram implementados 12 CAUPs em 12 regiões metropolitanas brasileiras. (ALMEIDA, 2016)

Portanto, este contexto político foi marcado pelo protagonismo da sociedade civil com cooperação da gestão municipal, simpática à agenda, mas principalmente através das parcerias e editais internacionais e pela indução e apoio na esfera federal, Governo Lula, através das ações do MDS de combate à fome e fomento a AU.

3.2.3 - Legislações de Agricultura Urbana: estadual e municipal

Em 2006, foi criada a Política de Apoio à Agricultura Urbana do Estado de Minas Gerais (Lei nº 15.973, de 12/01/2006) com a contribuição das organizações da sociedade civil como a ONG REDE. Em 2007, foi realizado o I Seminário Estadual de Agricultura Urbana que possibilitou ampliar os debates e diálogos para a regulamentação da Lei Estadual de Agricultura Urbana (Decreto 44720, de 12/02/2008), criando o Grupo de Trabalho da Agricultura Urbana (GTAU). Contudo, nenhuma ação e programa previsto no decreto foi efetivamente implantado.

Por outro lado, a temática da agricultura urbana foi inserida no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI/RMBH) em 2010, aparecendo como possibilidade de pesquisa e ação e no Programa Metropolitano de Agricultura Urbana vinculado à Política Metropolitana de Segurança Alimentar e Nutricional (COUTINHO, 2010).

Já em Belo Horizonte, durante a III Conferência Municipal de Política Urbana (2009), a agricultura urbana foi incorporada na Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo (Lei nº 7.166/1996. Art. 64). Em setembro de 2011, foi instituída a Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana por meio da Lei nº 10.255, porém não foi decretada nenhuma regulamentação para executar as ações previstas.

3.2.4 - Algumas Experiências Comunitárias e Universitárias

Ressaltam-se nesse período os diversos quintais produtivos e hortas comunitárias que dialogavam e trocavam experiências no âmbito da AMAU, como o grupo Frutos da União, no bairro Ribeiro de Abreu; a Horta Comunitária da Vila Pinho e o Jardim Produtivo, no Barreiro; a Horta Comunitária da Vila Santana do Cafezal, no Aglomerado da Serra; a Horta Comunitária Terra Nossa, localizada na Vila Acaba Mundo; a experiência do Grupo Semear; o Ervanário São Francisco de Assis, na divisa de Belo Horizonte com o município de Sabará; e as hortas nas ocupações urbanas (COUTINHO, 2010).

A horta comunitária da Vila Santana do Cafezal, por exemplo, foi iniciada em 2005 através de um curso organizado pelas Brigadas Populares, organização política socialista. Na época, o agricultor urbano Dorvalino Quaresma, integrante da AMAU, cuidava da horta e era um guardião de sementes crioulas, mantendo diversas variedades de sementes agroecológicas produzidas na horta. Localizada na Associação de Moradores da Vila Santana do Cafezal, no Aglomerado da Serra, região Centro-Sul de Belo Horizonte, a horta comunitária produzia hortaliças, legumes, plantas medicinais e frutas para consumo da comunidade e tinha parceria com o Grupo Aroeira UFMG.

Em 2006, foi fundado no âmbito da UFMG o Grupo Aroeira - Ambiente, Sociedade e Cultura, uma das primeiras iniciativas de projeto de extensão relacionado com agricultura

urbana e agroecologia que ressaltava a importância da pesquisa-ação e do compromisso social. O grupo era formado por estudantes e pós-graduandas/os de diversos cursos da UFMG e realizaram ações em parceria com a Horta Comunitária da Associação de Moradores da Vila Santana do Cafezal, além de oficinas e cursos sobre agroecologia para a população na sede da associação.

Já em 2008, a ONG REDE intensificou as ações nos bairros da Região do Baixo Onça, em Belo Horizonte, local onde predominaram muitas experiências de quintais produtivos e hortas comunitárias. No ano 2010, inicia-se a Rede de Produção e Consumo Terra Viva e as atividades do Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana da RMBH (CAUP), conectando diversas organizações de base e experiências de agricultura urbana. De acordo com Costa e Almeida (2012), entre 2010 e 2012, diversos atores participaram dos encontros e atividades realizadas pela AMAU:

Grupos comunitários (16): Semear e Colher, Grupo Comunitário Agricultura Urbana e Segurança Alimentar - CAUSA, Millefolium, Nossa Horta, Terra Nossa, Uma esperança que brota, Horta Comunitária Vila Santana do Cafezal, ITAI, Grupo de Agricultura Urbana do Capitão Eduardo, Jardim produtivo, Semear/Ervanário, Farmácias Paulo VI, Quilombo Urbano, Quintais Baixo Onça, Beira Linha; Fruto da União. Associações comunitárias (03): COMUPRA – Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu, ASPHAV - Ass. Com. Vale do Jatobá, ASOSC – Ass. Com. Cardoso; Pastorais e movimentos sociais (07): Brigadas populares, Marcha Mundial das Mulheres, MST – Movimento Sem Terra, MLB – Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, Vicariato, CARITAS, Ocupação Dandara; ONGs (06): REDE, Bionúcleo, Kairós, EcoVida São Miguel, CEPI - Centro de Estudos, Pesquisa e Investigação de Ribeirão das Neves, CEDEFES – Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva; Redes e coletivos (05): Rede Terra Viva, Grupo Aroeira, Grupo Alimento Vivo, RECID – Rede de Educação Cidadã, AMA – Articulação Mineira de Agroecologia. (COSTA e ALMEIDA, 2012, p. 10)

O Quilombo Urbano, por exemplo, foi uma das primeiras iniciativas de ocupação coletiva do espaço público abandonado com a permacultura, método utilizado para planejar e manter sistemas agrícolas ou comunidades de maneira econômica e ambientalmente justa e sustentável. Localizada sobre o túnel da lagoinha no bairro Colégio Batista, área denominada como insegura pelas/os moradoras/es, a experiência do Quilombo Urbano organizou mutirões de limpeza do depósito de lixo e plantio de alimentos, flores e árvores. Apesar de alguns conflitos com a Superintendência de Limpeza Urbana, por fazerem capina no local e muitas vezes não respeitarem as áreas de plantio, o grupo se associou às redes de agroecologia e também conseguiram aprovar recuperação do local no Orçamento Participativo 2009/2010 (MILAGRES, 2011).

3.3 - (2012 a 2020) Difusão das Ideias da Agroecologia e Novos Coletivos e Encaixes Institucionais

Nesse período, de 2012 a 2020, ocorreu um processo intenso de difusão das ideias da agroecologia em Belo Horizonte. Diversas iniciativas, ações coletivas, encontros e mobilizações evidenciaram as diversas conexões e interações das redes de agroecologia na cidade. No âmbito da Prefeitura, esse período é marcado por duas gestões que apresentaram respostas distintas para as demandas e ações referentes à agricultura urbana e à segurança alimentar. Segundo Carvalho et al. (200), dos primeiros governos dos anos 2000 até 2017, a política de segurança alimentar e nutricional de Belo Horizonte:

Ainda que tenha passado por momentos de restrição orçamentária, perda de qualidade e até diminuição de serviços oferecidos em alguns programas, como por exemplo a interrupção do atendimento do refeitório popular da Câmara Municipal, a precarização dos mercados municipais com o fechamento do Mercado Distrital de Santa Tereza, bem como sucessivas alterações no status institucional da política, manteve sua atuação sistêmica e abrangente. Isto é, diferentemente de outros municípios em que a política foi descontinuada ou fragmentada, Belo Horizonte destacou-se na área pela permanência do desenho institucional, da perspectiva baseada em direitos, da intersetorialidade das ações, preservando, ainda, um núcleo duro de servidores e profissionais de carreira, incluindo nutricionistas, assistentes sociais, das ciências da terra e administradores (CARVALHO et al., 2020, p. 19).

Durante 2009 a 2016, o prefeito de Belo Horizonte era Márcio Lacerda (Partido Socialista Brasileira - PSB) e, embora tenha tido diferentes resultados em cada subsistemas de políticas públicas e a Lei de Agricultura Urbana tenha sido aprovada, a gestão foi marcada por uma postura autoritária e sem diálogo com os movimentos sociais (PAOLINELLI e CANETTI, 2019). Além disso, segundo relatos obtidos durante a entrevista com um dos atores estatais da antiga Secretaria Municipal Adjunta de Segurança de Segurança Alimentar e Nutricional - SMASAN, houve um ano em que a secretaria não teve recursos para executar as suas ações (AE2, 2020).

Apesar do contexto desfavorável para as redes de agroecologia no período entre 2009 a 2016 no âmbito municipal, serão descritas nas próximas seções alguns encaixes institucionais que foram criados na esfera federal e estadual, as Políticas de Agroecologia no âmbito Nacional⁶⁷

⁶⁷ No ano de 2014 foi criado o Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU) no III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA). O CNAU organizou o I Encontro Nacional de Agricultura Urbana em 2015 que teve como tema “Agroecologia e Direito à Cidade: Cultivando Saúde e Comida de Verdade”. Além disso, foi organizada

e Estadual⁶⁸, que possibilitaram ampliar o domínio de agência dos atores sociais ligados à agroecologia em Belo Horizonte. Além disso, serão apresentados alguns coletivos que emergiram nesse período e suas inovações em termos de ações coletivas. Posteriormente, serão analisados os diversos encaixes institucionais que colocaram a pauta da agroecologia em evidência no município de Belo Horizonte a partir da primeira gestão do prefeito Alexandre Kalil (Partido Social Democrático - PSD) de 2017 a 2020.

3.3.1 - Os Núcleos de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEAs)

No ano de 2012 foi decretada a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), conforme descrito no capítulo 02. A elaboração da PNAPO contou com a participação e o protagonismo dos movimentos sociais e da sociedade civil que estavam conectados com a esfera estadual e local, estabelecendo diretrizes e instrumentos de uso e conservação da biodiversidade através do estímulo a integração produtiva e a transição agroecológica. A parceria interministerial entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério da Educação (MEC) e Ministério da Ciência, Tecnologia Inovação e Comunicações (MCTI) fomentou, através de editais, a criação de diversos Núcleos de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica (NEAs) nas universidades brasileiras⁶⁹.

No ano de 2014, o grupo AUÊ! - Estudos em Agricultura Urbana⁷⁰ se consolidou como Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA) a partir do projeto “Metrópole em Transição: Implantação do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA/UFMG) na Região Metropolitana de Belo Horizonte”. Outros NEAs também

uma programação específica de agricultura urbana pelo CNAU no VI Congresso Latino-americano de Agroecologia em 2017 e no XI Congresso Brasileiro de Agroecologia.

⁶⁸ A Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica - PEAPO foi promulgada no dia 14 de janeiro de 2014 (Lei nº 21.146). Ressalta-se também o Decreto Estadual 47.223/2017 que criou o Grupo Executivo Permanente da Estratégia Intersetorial de Redução do Uso de Agrotóxicos e Apoio à Agroecologia e à Produção Orgânica no Estado. Em 2016, foi criada a agenda de agroecologia na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais - EMATER e ocorreu a 2ª Conferência Nacional de ATER, que abordou o tema “Ater, Agroecologia e Alimentos Saudáveis”, realizada em Brasília. É importante ressaltar que, em 2013, a REDE participou na organização do I Encontro Mineiro de Agroecologia (EMA) em Belo Horizonte.

⁶⁹ De acordo com a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), no Brasil existem 2082 projetos e cerca de 154 núcleos de agroecologia, além de cinco redes de núcleos regionalizadas.

⁷⁰ O AUÊ!, vinculado ao Instituto de Geociências - IGC, surge em 2013 a partir de iniciativas de pesquisas em curso na UFMG relacionadas à agricultura urbana com o objetivo sistematizar informações sobre as práticas agrícolas e agroecológicas no território metropolitano. Mais informações estão disponíveis em: <https://aueufmg.wordpress.com>.

foram criados como Guayi da Universidade Federal de São João del-Rei no campus de Sete Lagoas, o Núcleo de Estudo em Agroecologia na Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG e, no edital de 2016, o NEA Mutiró Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-MG). Além dos núcleos de agroecologia, existem diversos grupos de pesquisa e extensão que atuam com agroecologia na RMBH como, por exemplo, o Balaio da Universidade Federal de Viçosa localizado no campus do município de Florestal, Kaipora - Laboratório de Estudos Bioculturais da Universidade do Estado de Minas Gerais e o Projeto Agroecologia e SoFIA d Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho e Tecnologias do CEFET-MG, o Grupo Aroeira e AgroÊ da UFMG. Esses grupos universitários estabelecem uma cooperação relevante no processo de mobilização, sistematização e divulgação das experiências de agroecologia, bem como na produção coletiva do conhecimento em diálogo com os atores sociais⁷¹.

O grupo AUÊ/UFMG, por exemplo, se articula em parceria com outras universidades, ONGs, organizações e movimentos sociais e órgãos públicos, realizando trabalhos de extensão, pesquisa e ensino para contribuir com o fortalecimento das experiências agroecológicas na RMBH e a formulação e monitoramento de políticas públicas e do planejamento urbano. Em 2016, o grupo teve um papel fundamental na incorporação da agricultura no planejamento metropolitano, especificamente no Macrozoneamento Metropolitano, a partir do mapeamento e caracterização das práticas de agricultura na RMBH, evidenciando o potencial da agroecologia urbana para favorecer novas configurações territoriais⁷². O grupo também organiza a Feira da UFMG que comercializa produtos agroecológicos na perspectiva da economia popular e solidária, além de cursos, encontros e oficinas para construção do conhecimento agroecológico e difusão da pauta na universidade e em outros espaços na RMBH.

Bem no comecinho da minha graduação teve um curso do AUÊ! de Agroecologia Urbana. Foi um curso muito rico, muito diverso. Nós tivemos aula sobre educação popular e visitamos ocupações. Esse curso do AUÊ! também foi um marco no meu entendimento de agroecologia e, a partir dele, nós entramos numa rede. Uma coisa puxa a outra, um mutirão puxa o outro e nós não paramos mais de estar presente. Nós começamos a ir nos encontros de Agroecologia em Viçosa e Rio Pomba, realizamos o Banquetaço, entre outras atividades (AS4, 2020).

⁷¹ No ano de 2017, foi realizado o seminário “Dialogar para Transformar – Diretrizes para apoio à pesquisa em Agroecologia, Agricultura Familiar e Urbana e Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais” em Belo Horizonte.

⁷² A análise aprofundada da incorporação da agricultura e da agroecologia no planejamento metropolitano encontra-se em Almeida (2016) e em Alencar, Ornelas e Costa (2020).

Além disso, a partir do Programa de Extensão “Cultivando Outra Cidade”, o AUÊ! realiza projetos para fortalecimento da AMAU e de outras redes que foram recentemente criadas na RMBH⁷³, como a Rede Urbana de Agroecologia Urbana - RUA Metropolitana e o Sistema de Garantia Participativa da RMBH, vinculado à Associação Horizontes Agroecológicos.

3.3.2 - A Rede Urbana de Agroecologia - RUA Metropolitana

A Rede Urbana de Agroecologia (RUA Metropolitana) surge em 2016 a partir de encontros entre a universidade, as organizações da sociedade civil e o poder público para promoção de uma agenda de agroecologia na RMBH articulada com propostas de SAN, reestruturação e planejamento territorial. A criação da RUA Metropolitana iniciou-se logo após o “Curso para Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Agroecologia na RMBH”⁷⁴ realizado entre outubro e novembro de 2015 pelo grupo AUÊ!/UFMG em parceria com a ONG REDE e a EMATER- MG no âmbito do projeto “Metrópole em Transição: Implantação do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA/UFMG) na Região Metropolitana de Belo Horizonte” (ORNELAS, 2017a).

A RUA Metropolitana funciona através de um grupo de e-mails e de eventuais encontros presenciais, estabelecidos de acordo com as condições e necessidades definidas pelos atores. Uma das iniciativas que contribuíram para a construção e mobilização da RUA Metropolitana foi o projeto de extensão “Cultivando Outra Cidade”, financiado pela Pró-Reitoria de Extensão da UFMG (PROEX) e realizado pelo AUÊ! - UFMG durante os anos de 2016 a 2018. O projeto possibilitou a dedicação de bolsistas de extensão para auxiliar na manutenção da rede, através da facilitação, organização e sistematização interna dos encontros, relatorias, documentos e fotos.

Fazem parte do grupo de e-mails da RUA mais de 200 pessoas que representam diversos grupos, organizações e instituições⁷⁵. Dentre as ações e atividades realizadas estão: a aproximação de diversos atores e organizações que dialogam com as questões da agricultura urbana e da agroecologia na RMBH; a troca de conhecimentos e experiências e a organização

⁷³ Em 2018, foi criada a Articulação Embaúba - Raizeiras, Benzedeiros e Parteiras

⁷⁴ A sistematização do processo de construção e dos resultados estão disponíveis em Ornelas et al. (2017b).

⁷⁵ Lista dos grupos, organizações e instituições que fazem parte da RUA Metropolitana: <https://aueufmg.wordpress.com/rua-rede-urbana-de-agroecologia-metropolitana/>

coletiva de ações e eventos; mobilização social e parcerias na construção de projetos para acessar editais e chamadas de financiamento; discussão de leis e projetos de leis sobre agricultura; entre outras. Os eventos correalizados pela RUA Metropolitana possibilitam ampliar o processo de reconhecimento institucional das atividades agrícolas na RMBH e pela primeira vez a questão agrícola foi tema de uma Conferência Metropolitana em 2017⁷⁶. A RUA teve um papel central nos debates para criação de um plano de ação integrada e intersetorial de agroecologia na RMBH a partir da construção do Sistema Participativo de Garantia⁷⁷, denominado SPG Metropolitano (ORNELAS, 2017a).

3.3.3 - Novos Coletivos e Ocupações

“A ocupação urbana é um agir político cujo objeto é um direito humano e, ao mesmo tempo, um direito à cidade”
(Agier, 2015)

Durante esse período, emergiram também diversas práticas coletivas de agricultura urbana agroecológica da cidade de Belo Horizonte, principalmente as experiências que apontam para outras possibilidades de ocupação e uso do solo e para outras relações socioambientais possíveis no espaço urbano. Esses grupos desenvolvem importantes trabalhos de promoção e difusão das práticas e dos valores da agroecologia, principalmente nas periferias, nas margens e nos vazios urbanos. Destacam-se as ações do coletivo Agroecologia na Periferia, Roots Ativa, Hortelões da Lagoinha e a Rede Lixo Zero que serão descritos a seguir.

O coletivo Agroecologia na Periferia tem como objetivo promover a agroecologia por meio de oficinas de capacitações, mutirões e intercâmbios em ocupações urbanas da RMBH, principalmente na ocupação Izidora⁷⁸, uma área que incorpora três ocupações - Vitória, Rosa Leão e Esperança - localizadas na região norte da RMBH, entre os municípios de Belo Horizonte e Santa Luzia. A ocupação surgiu durante o ano de 2013 e é considerada o maior conflito fundiário da América Latina. A partir da construção de uma metodologia participativa com os princípios da educação popular, o projeto visa incentivar o cultivo de alimentos

⁷⁶ A sistematização das ações da RUA Metropolitana de 2016 a 2018 estão disponíveis em: <https://aueufmg.files.wordpress.com/2020/04/sementes-da-rua1-compressed.pdf>

⁷⁷ O SPG é um dos mecanismos de garantia e de certificação orgânica que integram o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISORG/MAPA), previsto no Decreto nº 6.323 que regulamenta a Lei nº 10.831 sobre a agricultura orgânica.

⁷⁸ Para quem tiver interesse em compreender o processo de construção da agroecologia nas ocupações da Izidora, uma versão detalhada foi escrita por Galera e Fonseca (2019) e está disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=881> acesso em: 20/09/2019.

agroecológicos nas moradias das ocupações através da realização de oficinas práticas, mapeamento das iniciativas e a formação de promotores/as de agroecologia nas comunidades (TOFANELLI, 2018). As ações ganharam grande visibilidade, repercutindo em uma cooperação com a prefeitura através do Programa Territórios Sustentáveis, que será descrito com mais detalhes nas próximas seções.

Já o coletivo Roots Ativa, localizado na Vila Nossa Senhora de Fátima vinculada ao Aglomerado da Serra, a maior favela de Belo Horizonte, é formado por um grupo de jovens da cultura Rastafári que atuam na perspectiva da autogestão, agroecologia, permacultura e economia solidária. São realizadas diversas atividades de preservação ambiental, cultivo de alimentos em agrofloresta, farmácia natural e gestão de resíduos orgânicos na comunidade. A coleta, gestão e beneficiamento dos resíduos orgânicos fazem parte do projeto Vida Composta que tem o objetivo de formar e gerar renda para os jovens da comunidade. A compostagem é feita através de minhocários para produção de adubos e insumos agrícolas naturais, mudas e horta. A produção de alimentos vegetarianos e veganos são comercializados em feiras e por encomendas. O coletivo utiliza várias tecnologias socioambientais como o saneamento ecológico a partir do círculo de bananeira para o tratamento dos efluentes da vizinhança, banheiro seco, construção com materiais reciclados, entre outras. Por fim, são realizadas diversas atividades de educação popular, oficinas, saraus e eventos. Destaca-se o projeto “Preta Linda Sou” focado no empoderamento e na beleza negra para geração de renda para as mulheres da comunidade (ORNELAS, 2019).



Figura 03 - Placas com as cores da cultura Rastafari na horta agroflorestal e no banheiro seco do coletivo Roots Ativa. Fonte: acervo pessoal, 2019.

Ao lado da Avenida Antônio Carlos, uma das mais movimentadas de Belo Horizonte, está localizada a Horta do Quintal do Sô Antônio, construída pelo coletivo Hortelões da Lagoinha, no bairro Lagoinha⁷⁹, região central da cidade. O coletivo é autogestionado e foi idealizado por algumas moradoras com apoio de estudantes universitários, professoras, e profissionais de diversas áreas do conhecimento.

Nós temos um sentimento que a cidade não é nossa. Nós passamos pelas ruas, nós andamos nas ruas, mas não fazemos parte da cidade e também existe o medo de ser proibido andar na rua. Eu tinha muita raiva de carro porque a rua era dos carros, a rua não era das pessoas. A coisa mais maravilhosa para mim foi em 2013, as manifestações, onde eu subi o viaduto da Lagoinha e falei: agora ele é meu. Porque ali as pessoas não transitavam e de lá eu avistava, às vezes de ônibus, e pensava “um dia vou plantar naquele lugar, um dia vai ter salsinha, vai ter alface”, mas parecia um sonho distante. Aí quando chega 2014, eu estava muito irada com tudo, com a situação política do país, com a Vale do Rio Doce... Eu estava com muita raiva da destruição. Aí comecei a pensar como fazer. E foi aí que eu, conversando com as pessoas, ouvi falar que tem o projeto Adote o Verde que você pode adotar um espaço na cidade. E no ano de 2015, foi um ano muito difícil, no ano do governo do Marcio Lacerda. Eu procurava informações de como fazer, de como saber se aquele espaço era do poder público municipal ou estadual e ninguém respondia. Eles foram lá e falaram que era municipal, mas eles não sentavam para conversar e para fazer a doação. Mais tarde, eu fiquei sabendo e hoje eu tenho informação correta de que ele não me atendia porque na verdade ele queria vender os vazios da Lagoinha (...) Logo em seguida vem o governo do Kalil e aí quando chega em 2017 é que eu começo a organizar a ocupação desse espaço (...) Mas aí eu fui pra cima e fui organizando parceria com a padaria, o comércio do bairro, os antiquários, a umbanda e a igreja católica. Aí eu trouxe a comunidade! (AS6, 2020).

A proposta do coletivo Hortelões da Lagoinha é estimular as práticas da agroecologia urbana e o cultivo de hortaliças, verduras, frutas e plantas medicinais; melhorar a qualidade de vida no bairro, gerar conscientização ambiental e alimentar; e fomentar a cultura através de atividades de lazer, saraus, teatro, confraternizações e ações educativas junto às crianças, à população em situação de rua e aos moradores do bairro e da região. A construção das três hortas mandalas ocorreu em cooperação com os terreiros locais de matriz africana, em parceria com alguns projetos da UFMG e de ONGs e, posteriormente, com a Prefeitura de Belo Horizonte.

No outro governo (Alexandre Kalil - 2017 a 2020), nós já conseguimos as informações necessárias para adoção do espaço. Então, eu fui buscar a Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, a Secretaria de Cultura e a Regional Nordeste, responsável pela área onde está o quintal do Sô Antônio na Lagoinha (...) A partir do momento que eu comecei a desenvolver o projeto e eu comecei a reconhecer o espaço, eu percebi a necessidade de conversar com a Subsecretaria de Assistência Social. Na verdade, fui eu que busquei essas secretarias porque eu

⁷⁹ O bairro Lagoinha é reconhecido pela falta de infraestrutura de serviços e de comércio e também é estigmatizado por ser uma região violenta, devido a presença de muitas pessoas em situação de rua e vulnerabilidade social. A experiência do coletivo Hortelões da Lagoinha tem possibilitado ressignificar o local através das práticas agroecológicas.

precisava disso. A importância da minha relação e do meu protagonismo é ser um elo de informação para outras pessoas, de que elas enquanto cidadãs têm o poder de executar e cobrar do poder público ações efetivas e necessárias para comunidade (...) Também tem a Secretaria de Educação e nós vamos trabalhar com as escolas municipais e estaduais. Então, nós começamos a ter um trabalho e uma parceria com as escolas (...) A presença da prefeitura, a presença municipal e o apoio que a prefeitura vem dando aos projetos dos Hortelões nesse momento está sendo muito importante (AS6, 2020).

Além disso, alguns alimentos são coletados por um restaurante vizinho da horta para preparar refeições. A iniciativa tem possibilitado a revitalização da região a partir da interação com algumas ações culturais e do estímulo ao turismo na região como o projeto Viva Lagoinha, permitindo ampliar o sentimento de pertencimento das/os moradoras/es e o acolhimento das pessoas em situação de rua.

Fortaleceu muito espaço e fez com que ele crescesse e florescesse e mostrasse para as outras pessoas que é possível modificar as estruturas urbanas estabelecidas pelo poder público e que nós cidadãos podemos fazer essa ponte e interferir nessa relação e trabalhar juntos. Porque não adianta nós querermos uma briga, um confronto com o poder público. Nós temos que ir, porque, na verdade, quem manda somos nós, não são eles. Nós viemos de um país colonialista, como se nós tivéssemos sempre que servir e não é assim, eles que estão nos servindo (AS6, 2020).

Além disso, a horta tem gerado um microclima e micro ecossistema através da nutrição do solo e apresenta uma diversidade de cores e plantas alimentícias, medicinais e ornamentais (flores e suculentas) e atraem borboletas e pássaros - “um vazio que se transformou em oásis (...) O quintal do Sô Antônio é o elo de reconexão dessas pessoas com a cidade através da natureza” (AS6, 2020).



Figura 04 - Hortas mandalas do Quintal do Sô Antônio e faixa com dizeres “Se tem racismo não é agroecologia”. Fonte: acervo pessoal, 2019.

Por fim, a Rede Lixo Zero⁸⁰ é um coletivo de pessoas e organizações que vêm realizando uma série de iniciativas no bairro Santa Tereza em Belo Horizonte desde 2018, um projeto que articula a coleta seletiva (reaproveitamento do lixo doméstico) e a agroecologia com as/os moradoras/es do bairro. As tecnologias socioambientais utilizadas são: a reciclagem a partir do LEVA (Lugar de Entrega Voluntária Assistido), a compostagem de resíduos orgânicos através do minhocário, a horta agroecológica e o banheiro seco. Essa rede é composta por núcleos onde as/os moradoras/es levam seus resíduos e podem comprar alimentos saudáveis e produtos sustentáveis, já que existem um empório no local.

3.3.4 - O IV Encontro Nacional de Agroecologia

Toda essa mobilização e debates ganharam grande repercussão e tornaram o município de Belo Horizonte uma referência nacional da pauta da agricultura urbana. Entre os dias 31 de maio e 3 de junho de 2018, o município sediou IV Encontro Nacional de Agroecologia, organizado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)⁸¹, que teve como tema “Agroecologia e Democracia Unindo Campo e Cidade”⁸², possibilitando a ampliação desses debates sobre a conexão entre a agricultura urbana e a agroecologia e a afirmação da democracia. O encontro contou com o apoio da Prefeitura de Belo Horizonte⁸³ e participaram mais de 2.000 pessoas de todo país, além de aproximadamente 40 mil visitas das/os moradores/as de Belo Horizonte aos espaços abertos do evento, realizado no Parque Municipal Américo Renné Giannetti.

Com 70% do público composto por agricultoras/es familiares, povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, o IV ENA aconteceu com participação paritária entre mulheres e homens, e valorizou, de forma expressiva, a presença das juventudes. Ao longo dos seus quatro dias de realização, a programação do Encontro contou com mais de 100 atividades, incluindo plenárias, seminários temáticos, tendas com instalações artístico-pedagógicas dos territórios, vivências e oficinas autogestionadas. Também foram promovidas a Feira de Saberes e Sabores, a Feira da Agrobiodiversidade, o Espaço da Saúde, a Ciranda das Crianças e apresentações artístico-culturais (ALMEIDA et al., 2020, p. 2)

A repercussão do IV ENA influenciou a criação de alguns coletivos como, por exemplo, o MATU - Movimento Agroecológico de Transformação Urbana que, após as vivências e

⁸⁰ Cf. <https://www.youtube.com/watch?v=YsUZIUCwBTQ>

⁸¹ A ONG REDE foi a coordenadoria local e compôs a secretaria executiva do IV ENA.

⁸² Cf. <https://www.youtube.com/watch?v=Za6JH4B7OPY>

⁸³ Cf.

<https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/prefeitura-de-belo-horizonte-apoia-o-iv-encontro-nacional-de-agroecologia>

inspirações no encontro, incorporou a pauta da agroecologia em sete eixos de ação que vão desde a produção até a cultura popular.

Eu ouvi esse termo (agroecologia) a primeira vez foi quando teve o ENA aqui em Belo Horizonte, só que eu não participei. Por incrível que pareça eu não participei do encontro, mas eu estava frequentando a região central e todo mundo que me encontrava falava muito e comentava muito do que estava acontecendo (...) acho que reverberou na cidade nas pessoas como um todo. Ficamos escutando essa palavra agroecologia, agroecologia... (AS5, 2020).

Esse coletivo iniciou um processo de reativação do CEVAE localizado no Morro das Pedras, buscando fortalecer a comissão local com educação e cultura popular, principalmente a capoeira.

Nós compramos muda, compramos uma bandeja com 200 mudas para fazermos essa primeira vivência. E nós fomos entrando no fluxo. Então as pessoas iam chegando, iam plantando e quem não dava conta de plantar e agachar, as pessoas mais velhas, ficavam ali ensinando um pouco do conhecimento que eles tinham com a terra, contando as histórias do CEVAE e aí nós fazíamos um café levava um lanche. Aí nós firmamos a partir dessa primeira reunião, nós firmamos toda quarta-feira, nós tínhamos uma reunião com a comunidade às 19 horas. Então, nós fomos aumentando coro, foi fazendo ata, foi delegando funções, quem que ia comandar a página do Facebook, quem que ia fazer a divulgação, fazer o Flyer, quem quer fazer o café... Aí, nós conseguimos doação de uma padaria e toda quarta-feira nós conseguimos doação de pães de biscoito. Aí depois conseguia doação de sacolão, conseguia frutas, usava as cascas para compostagem. Nós fomos trocando, foi exatamente o que o nome faz e fala que é o centro de vivência, nós fomos convivendo ali e aí foi quando surgiu o nome do coletivo: ‘ela vai lá para o mato’, ‘a vamos para o mato’. Aí ligava um para outro, ‘nós vamos para o mato’ e todo mundo mora aqui perto. Então, nós começamos a ficar mais lá do que em casa (...) E aí virou Movimento Agroecológico de Transformação Urbana (MATU). Então nós ficamos um ano realizando atividades lá e nós levamos a SUSAN, a Rede de Intercâmbio foi lá e deu oficina para comunidade de plantio em lugares alternativos, de produção de mudas e biofertilizantes. Assim, nós fizemos parcerias com esse movimento de agroecologia que estava acontecendo em BH para o pessoal trazer o conhecimento (...) Era legal esse intercâmbio, trazer pessoas de fora, porque a comunidade começou a ficar empolgadíssima vendo gente de fora, conhecimento chegando. Tinha adolescentes, tinha criança (...) eles começaram a querer também atividade de lazer, de cultura (...) Dava aula de teatro e na sequência ele dava aula de capoeira para as crianças. Aí depois, nós fazíamos um lanche com todo mundo junto, aí tinha um grupo da terceira idade que já aconteceu na parte de cima e nós captamos também a terceira idade (AS5, 2020).

Como descrito pela entrevistada, os rituais de “comer junto” são fundamentais para a politização da alimentação e do consumo consciente, além de fortalecer a solidariedade grupal e promover a partilha. Segundo Costa (2017), “é o momento de conversar sobre as atividades ocorridas ou por acontecer, estabelecer novos contatos ou simplesmente “jogar conversa fora” (p. 8).

Portanto, os Encontros Nacionais de Agroecologia configuram-se como repertórios de ação fundamentais para difusão e ampliação da pauta da agroecologia no Brasil, possibilitando o compartilhamento de saberes e práticas e incentivando a criação de novas experiências locais.

3.3.5 - Novos Encaixes Institucionais: as ações da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional - SUSAN

Paralelamente e de maneira relacional às dinâmicas e processos de atuação dessas redes ao longo de mais de 25 anos, alguns municípios e instituições públicas da RMBH começaram a incorporar a temática da agroecologia nas suas diretrizes de atuação e em alguns programas e projetos. Destaca-se o município de Mário Campos com o Programa Municipal de Conversão Agroecológica e o município de Capim Branco na produção de alimentos orgânicos. Em Belo Horizonte, ressalta-se programa estratégico “BH Sustentável: Mobilizar, Educar e Cultivar Alimentação Saudável”⁸⁴ da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN) no âmbito da gestão 2017/2020 da Prefeitura de Belo Horizonte⁸⁵. Esse programa compõe o Plano Plurianual de Ação Governamental e está alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), além de estar em consonância com os debates atuais sobre a necessidade de fortalecer a agricultura urbana e reconfigurar os sistemas alimentares regionais na perspectiva agroecológica.

São nestes últimos três anos que a política municipal de segurança alimentar inicia um novo ciclo de inovação institucional e expansão de serviços. Os três eixos de consumo, acesso a mercados e produção foram reorganizados a partir de uma orientação estratégica com foco na inovação e aprimoramento dos programas e ações, na gestão intersetorial, no diálogo com a sociedade e no fortalecimento institucional (CARVALHO et al., 2020, p. 19).

Nesse sentido, a SUSAN tem proposto uma reestruturação organizacional (Anexo A) e programática da segurança alimentar e nutricional, principalmente da política municipal de apoio à agricultura urbana a partir da perspectiva da agroecologia e de maneira transversal, evidenciado tanto os princípios e concepções conceituais quanto às práticas em campo realizadas pelos/as técnicos/as. As inovações estão relacionadas com a construção participativa e em redes de um conjunto de ações intersetoriais e de serviços.

⁸⁴ Cf. <https://prefeitura.pbh.gov.br/projetosestrategicos/bhcidadesustentavel>

⁸⁵ A subsecretária da SUSAN é a Darklane Rodrigues Dias. O órgão está vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania - SMASAC que tem como secretária Maira Colares.

No âmbito da produção, vê-se um renovado foco na agroecologia como eixo metodológico orientador da agricultura urbana, que conta com assistência técnica e fomento às unidades produtivas coletivas comunitárias, escolares ou institucionais. Estabelecidas como prioridades, as unidades produtivas comunitárias vêm crescendo e se espalhando pela cidade de Belo Horizonte, inclusive em áreas anteriormente não atendidas, como as ocupações Izidora e o Quilombo Mangueiras, na busca de constituir territórios sustentáveis urbanos. Do ponto de vista da gestão, de forma inovadora constituiu-se um cadastro da agricultura urbana do município, importante instrumento de diagnóstico e acesso à política pública (CARVALHO et al., 2020, p. 20).

Foi criada uma estrutura administrativa específica representada pela Diretoria de Fomento à Agroecologia e Abastecimento (DFAB) e a Gerência de Fomento à Agroecologia, Agricultura Familiar e Agricultura Urbana (GEFAU) para o reordenamento dos fluxos e estabelecimento de procedimentos padrões para difusão e facilitação do acesso aos serviços da prefeitura e promoção do direito humano à alimentação adequada. As ações da DFAB têm priorizado a articulação e o diálogo com as redes da sociedade civil.

As articulações são essenciais para o trabalho que nós desenvolvemos. Eu observo que quando você está lidando com o público que já está buscando trabalhar em rede, já está em uma organização social, a abordagem é diferente. Eles trazem também o conhecimento e a capacidade de lidar com as burocracias. Porque é isso, nós estamos em uma instituição, nós temos várias burocracias a seguir, e quando eles já estão organizados, eles estão mais preparados para lidar com as questões, com as situações, para entender os processos e até dialogar para melhorá-los (AE2, 2020).

Assim como ocorreu na gestão do Patrus Ananias (1993 a 1996), o prefeito Alexandre Kalil (PSD) nomeou para a SUSAN profissionais com um perfil técnico com reconhecimento acadêmico e político para a reestruturação da secretaria, bem como ativistas que fazem parte das redes de agroecologia no município. Novamente, este fator foi muito importante para a consolidação de novos encaixes institucionais com os princípios e pautas da agroecologia.

O governo Kalil trazia muito essa narrativa da atuação técnica. E de alguma forma ele optou por trazer para os cargos de gestão atores sociais com uma trajetória de fato de atuação nas áreas temáticas sejam com atuação política ou técnica. Isso favoreceu a conformação de grupo um pensamento comum, pelo menos no caso da assistência social e na segurança alimentar (AE3, 2020).

Para implantação e manutenção de unidades produtivas de agricultura urbana, iniciou-se um processo de definição de procedimentos para apresentação de demandas e de atendimento, estabelecendo critérios de seleção e prioridades, além do aprimoramento do referencial conceitual e metodológico dos serviços, principalmente sobre a discussão sobre os princípios e definições da agroecologia.

Quando eu vim para cá em 2011, eu comecei a observar esse nome circulando em alguns documentos, falava-se das práticas agroecológicas dos CEVAEs, mas eu não me lembro de estar lidando com a agroecologia naquela época. Não se pautava o trabalho pela abordagem agroecológica dessa forma teórica do diálogo agroecológico, mas nós sabemos que as práticas já estavam inseridas no cotidiano da gerência. Pelos documentos dos CEVAEs, nós vimos a discussão sobre agroecologia e aí que eu comecei a ver mesmo sobre a agroecologia. Agora, a compreensão teórica sobre o tema, eu fui ter agora a partir de 2017. Na gestão nova aqui do Kalil, a partir de 2017, nós servidores começamos a ter uma discussão mais teórica sobre o tema. Nós tínhamos isso no cotidiano, mas nós não discutimos sobre isso. Então foi a partir de 2017 que eu tive acesso mais ao conceito e as discussões teóricas sobre agroecologia (AE2, 2020).

Além disso, a implementação dos programas e projetos da SUSAN está ocorrendo a partir de constantes diálogos entre poder público e a sociedade civil, envolvendo as redes de agroecologia, instituições de ensino superior, cooperativas, associações, entre outros. Também são realizadas sessões e consultas públicas nos processos de definição e construção das ações para que a tomada de decisão tenha uma atuação mais contextualizada com as necessidades locais e regionais. Algumas ações apresentam metodologias participativas e princípios da educação popular tanto na construção como na execução, envolvendo os públicos-alvo dos programas, além de outros atores envolvidos com as redes de agroecologia. Além das ações da DFAB, foram criados cursos de formação em agroecologia no âmbito do Centro de Referência em Segurança Alimentar (CRESAN).

Desde o início, trouxemos muitas práticas da educação popular, muitas dinâmicas, muita mística, muito uso de tarjetas, que eu acredito que seja uma dinâmica muito nossa do campo da agroecologia. Pelo menos, eu aprendi nos movimentos e eu consegui fazer o uso de tudo isso com muita facilidade, sem nunca ter sido questionada e inclusive ter resultados muito positivos com os agricultores (AE1, 2020).

Portanto, esse novo cenário requer a análise do processo local de institucionalização da agroecologia por meio da noção de encaixes institucionais. Assim, serão apresentadas abaixo as ações desenvolvidas que contribuem para o fomento e visibilidade da agricultura urbana e agroecologia no âmbito das políticas de segurança alimentar e nutricional do município de Belo Horizonte.

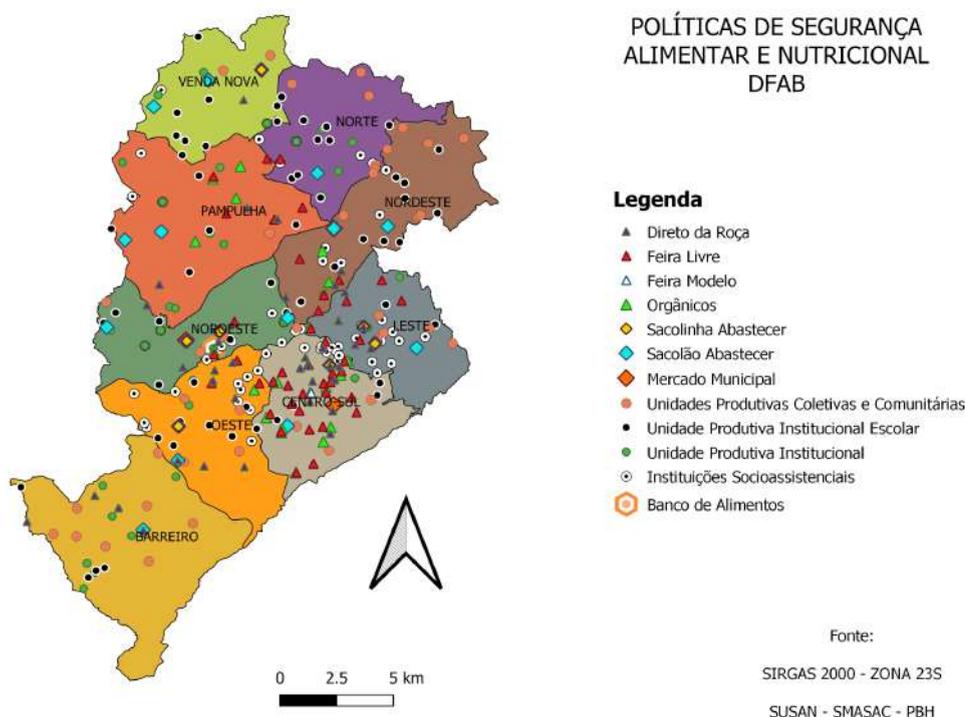


Figura 05 - Distribuição das ações e equipamentos públicos da SUSAN/PBH em Belo Horizonte. Fonte: SUSAN/PBH, 2020

a) Programa Territórios Sustentáveis

O coletivo Agroecologia na Periferia, conforme descrito anteriormente (seção 3.3.3), atua nas ocupações da região da Izidora desde 2014 e iniciou sua experiência na ocupação Vitória, expandindo suas atividades para as ocupações Esperança e Rosa Leão e, recentemente, para a ocupação Tomás Balduino, localizada Ribeirão das Neves (MG), através de metodologias participativas, oficinas e troca de saberes. A atuação do grupo ganhou bastante visibilidade e, em 2017, iniciou-se uma parceria com a SUSAN a partir do Programa Territórios Sustentáveis.

O Programa Territórios Sustentáveis⁸⁶ tem como objetivo promover a agroecologia e a segurança alimentar nos territórios de Belo Horizonte em situação de vulnerabilidade social. Atualmente, o programa atua em três territórios na área da Izidora - ocupações Vitória, Rosa Leão e Esperança - e no Quilombo Mangueiras. A partir da construção de uma metodologia

⁸⁶ Cf. <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/projeto-territorios-sustentaveis-avanca-em-belo-horizonte>.

participativa, o programa visa incentivar o cultivo de alimentos agroecológicos nas moradias das ocupações por meio da realização de oficinas práticas, do mapeamento das iniciativas e da formação de promotores/as de agroecologia nas comunidades. Além disso, conta com o Fórum da Izidora que atua como órgão de controle social, composto por moradores das Ocupações da Izidora, Brigadas Populares, Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e grupos que fazem parte da AMAU - o coletivo Agroecologia na Periferia, o grupo de estudos em Agricultura Urbana AUÊ!/UFMG e a ONG Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE).

Entre 2018 e 2019, ocorreu o curso “Promotoras e Promotores Agroecológicos”⁸⁷, organizado conjuntamente pelo coletivo Agroecologia na Periferia, a ONG REDE, a SUSAN e ativistas. O objetivo do curso foi contribuir com a consolidação da agroecologia em Belo Horizonte e Região Metropolitana, especialmente em territórios da periferia, e os objetivos específicos eram: formar 45 promotoras e promotores agroecológicos comunitários; promover a agroecologia em ocupações em BH e na RMBH; promover a Segurança Alimentar e Nutricional em ocupações municipais em BH e metropolitanas na RMBH; fortalecer a agroecologia em BH e RMBH. Participaram do curso integrantes das comunidades Vitória, Rosa Leão, Esperança, Tomás Balduino, Aglomerado da Serra, Vila Acaba Mundo, Dandara, Ribeiro de Abreu e dos Quilombos de Belo Horizontes (HERMENEGILDO, 2019).

b) Trilha da Agroecologia

Como parte do “Programa Valorizar a Gastronomia Mineira e Belo-horizontina Articulada às Bases da Agroecologia”⁸⁸ vinculado ao Centro de Referência em Segurança Alimentar (CRESAN) no Mercado Popular da Lagoinha, equipamento público da SUSAN, o curso de formação Trilha da Agroecologia é gratuito e tem como objetivo “promover a qualificação e

⁸⁷ Segundo Galera e Fonseca (2019), o curso foi inspirado “na Metodologia Campesina e Campesino (CaC), fortemente difundida em Cuba nos anos de 1990. Dentre os principais fundamentos dessa metodologia social, há a ideia de começar devagar e aos poucos, experimentar em pequena escala e com poucas tecnologias por vez, atingir um efeito rápido e reconhecível com um propósito multiplicador”.

⁸⁸ O CRSA - Mercado Popular da Lagoinha fica localizado na Avenida Presidente Antônio Carlos, 821 no bairro Lagoinha. Além do curso Trilha da Agroecologia, o centro promove o curso Trilhas Gastronômicas desde 2000 para qualificação profissional nas áreas de Culinária Mineira, Panificação, Confeitaria e Empreendedorismo Gastronômico. O curso atende à comunidade do entorno da região Lagoinha, encaminhados pelos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, à População LGBTQIAP+, encaminhada pelo Centro de Referência LGBT, à População em Situação de Rua, encaminhadas pelos Centros de Referência Especializado da População em Situação de Rua – Centros POP, os usuários dos Centros de Convivência de Pessoas com Deficiência e Estudantes matriculados na Educação de Jovens e Adultos – EJA, da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte. Existem também o Programa de Mobilização e Educação para o Consumo Alimentar.

formação de agentes multiplicadores e promotores dos princípios, fundamentos e práticas da agroecologia, na perspectiva da construção de uma cidade sustentável⁸⁹. O curso foi criado em 2018 e a cada semestre são ofertadas duas turmas, totalizando 150 vagas e com 15 encontros semanais. Em cada módulo temático do curso participam instrutores/as técnicos/as da PBH e colaboradores/as como especialistas e mestres dos saberes populares.

O plano pedagógico do curso é estruturado com metodologias participativas, interativas e dialógicas, com aulas teóricas e práticas, promovendo o debate e a troca de conhecimentos entre cursistas e instrutores e instrutoras ao longo dos módulos. A expectativa é que os participantes do curso tenham um aprofundamento em temas relacionados à agroecologia e à agricultura urbana, tanto nos aspectos técnicos de manejo, como nas questões conceituais e filosóficas (PBH, 2021).

As temáticas dos módulos do curso são : (1) Introdução à Agroecologia; (2) Manejo Agroecológico de Agroecossistemas I – equilíbrio do sistema; (3) Manejo Agroecológico de Agroecossistemas II – fertilidade do sistema; (4) Compostagem, Minhocário e Biofertilizantes (Prática); (5) Manejo Agroecológico de Pragas e Doenças (Prática); (6) Plantas Alimentícias Tradicionais e Não Convencionais (PANCs); (7) Hortas Urbanas e Jardinagem produtiva; (8) Plantas Medicinais e Agroecologia; (9) Saúde e Agroecologia; (10) Manejo Agroecológico das Águas; (11) Sistemas Agroflorestais; (12) Agrobiodiversidade e Sementes; (13) Gestão de Resíduos e Agroecologia; (14) Visita de intercâmbio; (15) Avaliação Final. Além disso, existem critérios classificatórios e porcentagem de vagas para priorizar o atendimento aos públicos específicos que são: produtores/as de sistemas agroecológicos atendidos pela SUSAN e agricultores/as de BH e RMBH desde que integrante do Sistema Participativo de Garantia (20%); organizações, fóruns e coletivos da sociedade civil que atuam com a temática (10%); profissionais da educação como professores e pesquisadores (20%); servidores públicos de qualquer esfera (20%); e ampla concorrência (30%). O curso Trilha da Agroecologia tem apresentado o potencial de criar um processo de capilaridade da agroecologia em Belo Horizonte, atingindo e sensibilizando um público bastante diverso e influenciando a criação de muitos grupos de agroecologia na cidade.

Eu acho que a Trilha da Agroecologia é um curso de extrema importância na capilaridade da agroecologia e na mobilização de agentes que não sabem o que acontece no município. Então, acredito que o curso é um lugar de conexão, mobilização, um lugar que as pessoas que vão, descobrem várias outras coisas (AE1, 2020).

⁸⁹ Cf. <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/susan/gastronomia-e-qualificacao-profissional/trilha-agroecologica>.

Um dos egressos do curso de agroecologia realizado pela SUSAN, tornou-se um dos protagonistas da criação do coletivo Escadão Agroecológico⁹⁰, localizado no bairro Esplanada, zona leste de Belo Horizonte. A ocupação do vazio urbano ocorreu após a organização de um encontro de trocas e doações de sementes e mudas. A partir desse movimento, o coletivo constitui-se como um grupo de moradores do bairro que se organizam a partir de mutirões de limpeza, intervenções artísticas, plantio da agrofloresta e eventos de valorização da cultura popular como os cortejos de maracatu. A iniciativa recebeu o prêmio de Iniciativa Inovadora concedido pela da 5ª Conferência Municipal de Políticas Urbanas de Belo Horizonte⁹¹.



Figura 06 - Escadão Agroecológico e cortejo de Maracatu na quarta-feira de carnaval. Fonte: acervo pessoal, 2019.

Outra experiência fortalecida a partir da presença no curso Trilhada Agroecologia foi o coletivo Taboa⁹² - Transformação Agroecológica do Brejinho e Outras Áreas, que é formado por integrantes da associação comunitária do bairro, moradoras/es e estudantes universitários a partir da perspectiva da autogestão descentralizada e participativa. Grande parte das/os

⁹⁰ Registro audiovisual da celebração de 1 ano do Escadão Agroecológico. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-2qwT-QnqTg>> Acesso em: 02/12/2019

⁹¹ CF.

https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/politica-urbana/2018/planejamento-urbano/vmpu/iniciativas/21.ESCADAO_AGROECOLOGICO.pdf

⁹² O nome do coletivo faz referência a planta Taboa (*Thypha domingensis*) presente em grandes quantidades no brejo e ao redor das nascentes do Parque do Brejinho. Ao ocupar a área do parque, o coletivo pesquisou sobre a planta e descobriu suas diversas funções e propriedades: ajuda a descontaminar as águas de bactérias e metais pesados; utilizada para confecção de papéis, artesanatos, flechas, enchimento de travesseiros, almofadas e colchões; tem diversas propriedades medicinais; trata lesões de pele; serve de alimento para peixes; e é uma Planta Alimentícia Não Colonial- PANC (ORNELAS, 2019).

integrantes do coletivo realizaram o curso Trilha da Agroecologia da PBH. A iniciativa conta com as parcerias do projeto Manuelzão, Comitê de Bacia do Rio das Velhas e com a equipe da SUSAN. A história da experiência inicia-se em 1997 através da luta para construção e revitalização do Parque do Brejinho no Bairro São Francisco, região norte de Belo Horizonte. Apesar da formalização do espaço como parque municipal e do recebimento de alguns recursos via Orçamento Participativo, os investimentos não foram repassados e as obras estavam incompletas. Com o início do coletivo em 2019 foi construída uma agrofloresta no Parque do Brejinho através de pesquisas e de mutirões orientados pelos princípios da agroecologia, aprendidos também durante o curso da SUSAN/PBH..



Figura 07 - Ciclo expedição no Parque do Brejinho, placa com dizeres “sem feminismo não tem agroecologia” e roda de conversa para contar a história do coletivo TABOA e iniciar o mutirão agroecológico.

Fonte: acervo pessoal, 2019.

Assim, são realizadas diversas ações para conservar a biodiversidade, proteger as nascentes e a microbacia e manejar as áreas degradadas, construindo junto com a comunidade local a criação de um espaço acolhedor que produz alimento e que articula outras atividades culturais como festas, rodas de coco e capoeira. Além disso, a temática da agroecologia tem permitido ressignificar tanto o espaço, como o nome do parque que atualmente é chamado de “Parque Agroecológico do Brejinho”. De acordo com uma das integrantes do coletivo, a demanda principal é por maiores aportes de investimentos oriundos do poder público para a revitalização de algumas áreas do parque, juntamente com a participação da população. Segundo uma das lideranças que atua na defesa do espaço, “não adianta ficarmos esperando os órgãos públicos (...) nós temos que invadir, no bom sentido, plantar e cuidar e é o que estamos fazendo”. Essa iniciativa reforça o potencial da ocupação com a agroecologia para a revitalização dos equipamentos públicos que muitas vezes são abandonados pelo poder

público ou apresentam uma gestão pouco participativa e sem investimento (ORNELAS, 2019).

c) Sistema Participativo de Garantia e Protocolo de Intenções

Em 2017, a Rede Urbana de Agroecologia (R.U.A. Metropolitana) iniciou um processo de discussão sobre a necessidade de um Plano de Ações Integradas e Intersetoriais para a promoção da agroecologia na RMBH. Como resultado dos debates, foi decidido criar um Sistema Participativo de Garantia (SPG)⁹³, mecanismo previsto no Decreto no 6.323/2007 que regulamenta a Lei de Agricultura Orgânica (10.831/2003) para certificar a produção agroecológica e orgânica através de coletivos de agricultoras/es juntamente com outros atores sociais locais, tendo como princípio o controle social e a responsabilidade solidária.

Assim, em abril de 2018 foi realizado o I Encontro Regional sobre SPG RMBH e foram criados oito núcleos compostos por agricultoras/es, colaboradoras/es, organizações sociais e instituições públicas e privadas para construção do SPG RMBH. Dentre as organizações colaboradoras estão: algumas Prefeituras da RMBH, EMATER-MG, grupo AUÊ! - UFMG, EPAMIG, Fundação Oswaldo Cruz, ONG REDE, Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Agência RMBH) e ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade. Essa rede de colaboração vem sendo ampliada com a participação de associações, Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), sindicatos, movimentos sociais, cooperativas, entre outros.

Posteriormente, durante o IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA) em junho de 2018, foi realizado o Seminário sobre Sistemas Alimentares a partir da interação em rede dos diversos atores que constroem o SPG RMBH. Neste evento ocorreu o lançamento e a assinatura do Protocolo de Intenções, uma iniciativa da Prefeitura de Belo Horizonte e parceiros para o estabelecimento de cooperação institucional para fortalecimento da agroecologia na Região Metropolitana, Colar e entorno de Belo Horizonte, tendo como enfoque a implantação do Sistema Participativo de Garantia (SPG). Esse protocolo é coordenado, acompanhado e fiscalizado por um Comitê de Apoio Interinstitucional composto pelos partícipes signatários iniciais: Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC - PBH), Agência RMBH, EMATER-MG, UFMG através

⁹³ Cf. <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/prefeitura-de-belo-horizonte-desenvolve-projeto-de-agroecologia>

do grupo AUÊ!, Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), Instituto René Rachou (Fiocruz Minas), ICLEI e por dois representantes da sociedade civil, indicados respectivamente pela RUA Metropolitana, e pela Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU).

Já em outubro de 2019, foi criada a Associação Horizontes Agroecológicos com aprovação do estatuto e adesão de 88 agricultores/es. O estatuto da associação prevê a formalização do Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) que será responsável pelo conjunto de atividades desenvolvidas no SPG da RMBH, composto por Comissão de Avaliação e Conselho de Recurso. Além disso, foi criado um conselho ampliado, composto pela diretoria, coordenadoras (es) de núcleos e instituições de apoio (especialmente AUÊ, REDE e SUSAN/PBH), dando continuidade à construção coletiva do processo de certificação agroecológica. É importante ressaltar que para além do selo de certificação, o SPG permite o compartilhamento de saberes e práticas, a troca de sementes e mudas a partir de uma relação de reciprocidade entre os atores sociais (SILVA et al., 2019). Por fim, o Protocolo de Intenções configura-se como um instrumento de indução e difusão da agroecologia para os demais municípios da RMBH, promovendo a cooperação institucional e a governança metropolitana e comunitária.

d) Corredor Agroecológico

Em 2018, a SUSAN em parceria com a Subsecretaria de Planejamento Urbano vinculada à Secretaria Municipal de Política Urbana (SUPLAN/SMPU) e com ativistas e organizações da sociedade civil, iniciaram a construção do projeto Corredor Agroecológico. O objetivo era otimizar o uso do espaço urbano por meio da integração entre a produção agroecológica e ações culturais e produtivas para proporcionar novas relações e interação com a cidade, promovendo qualidade de vida e serviços socioambientais e ecossistêmicos no município. O projeto seria implementado até o final de 2020 ao longo da Avenida dos Andradas compreendendo um trecho de cerca de oito quilômetros de extensão que vai do Viaduto Santa Tereza até o Centro de Vivência Agroecológica Taquaril - CEVAE Taquaril.

A proposta era apoiar e potencializar ações conjuntas com outras iniciativas em curso na cidade que promovem a alimentação saudável, a revitalização dos rios e da biodiversidade na cidade, além da mobilidade urbana, a arte, o convívio e o lazer. A iniciativa, bastante

inovadora, conseguiu mobilizar muitos atores sociais e promover uma articulação intersetorial na prefeitura. Contudo, devido a uma obra que já estava prevista para o local, o projeto não foi implementado.

e) Fomento à Agricultura Urbana

Em 2018, a Gerência de Fomento à Agroecologia, Agricultura Familiar e Agricultura Urbana (GEFAU/DFAB) iniciou um processo de aprimoramento dos procedimentos para atendimento, implantação e manutenção das unidades produtivas de agricultura urbana, estabelecendo critérios de seleção e prioridades e aprimorando o referencial conceitual e metodológico dos serviços. Além disso, avançou nas formas de registro e sistematização de informações sobre as unidades produtivas, os tipos de serviços realizados, as/os sujeitas/os atendidas/os, entre outros. Nas gestões anteriores a 2017, eram apenas registrados os números de unidades atendidas, mas não havia uma caracterização, sistematização e atualização dos dados, principalmente das unidades que ainda estavam ativas.

Nesse sentido, iniciou-se a construção do Cadastro Municipal de Agricultura Urbana (CM-AU), um instrumento de identificação e caracterização de unidades produtivas de agricultura urbana do município de Belo Horizonte (BH). Os objetivos principais do CM-AU são identificar, mapear, caracterizar e, principalmente, produzir informações e conhecimentos capazes de fomentar a agroecologia e subsidiar o planejamento da SUSAN. Além disso, a proposta é utilizar o cadastro para incluir as/os agricultoras/es urbanas/os nos demais programas e projetos da SUSAN. O CM-AU também busca propiciar a formação de redes para articular as políticas setoriais e territoriais com a participação social. Inicialmente, foram realizadas diversas reuniões e debates para criação de tipologias de Unidade Produtivas de Agricultura Urbana para incluir no Cadastro Municipal, além da definição dos principais conceitos que sustentam as ações da gestão como os sistemas agroecológicos. Assim, foram estabelecidas as seguintes tipologias para caracterizar a diversidade das práticas de agricultura urbana em BH: i) Unidade Produtiva Familiar; ii) Unidade Produtiva Institucional Pública; iii) Unidade Produtiva Institucional Privada; iv) Unidade Produtiva da Sociedade Civil Organizada; v) Unidade Produtiva em Territórios de Tradição. Essas tipologias foram criadas para auxiliar no cumprimento das metas do serviço prestado pela GEFAU.

Quais são as metas de implantação de unidades produtivas comunitárias? O que nós entendemos enquanto unidades produtivas comunitárias: locais onde tem mais de 3 famílias com intuito de produzir e essa produção precisa ser agroecológica (...) As etapas de atendimento são: mobilização e organização do grupo; construção do sentimento de pertencimento do coletivo para se comprometerem com a futura produção; os mutirões para produção, porque nós não temos recursos humanos suficientes para implantar sem a comunidade e isso também nem é agroecológico, porque não faz sentido nós implantarmos para as pessoas ao invés de com as pessoas. Então, nós colocamos um mutirão dentro das nossas práticas, até para que os grupos se consolidem de fato e consigam se comprometer com essa produção posteriormente (AE1, 2020)

O primeiro formulário do cadastro de agricultura urbana foi elaborado em 2018 através da parceria entre a SUSAN e o grupo AUÊ! - Estudos em Agricultura Urbana da UFMG. Esse primeiro material estabelecia um formulário único para todos os tipos de Unidade Produtivas (UP) e também tinha o intuito de realizar a análise socioeconômica. A parceria resultou em um formulário para caracterização da produção, manejo, comercialização e outros aspectos da UP. Contudo, o material ficou muito extenso e, segundo a experiência das/os técnicas/os, seria inviável aplicá-lo em campo com as/os produtoras/es. Assim, em 2019 o formulário passou por revisões e reformulações, buscando simplificá-lo para reduzir seu tamanho, além de desmembrá-lo, em documentos específicos para cada tipo de UPs. Em 2020, iniciou-se o processo de credenciamento das UPs coletivas e comunitárias através do Portal PBH (Anexo B). Além disso, no início da pandemia, foi feito um levantamento das UPs atendidas para doações de cestas básicas.

Pelo momento que Belo Horizonte se encontra, eu vejo o quanto é crescente, e esse lugar que nós estamos, nós conseguimos ver com mais facilidade o crescimento das demandas por unidades produtivas coletivas e comunitárias agroecológicas, principalmente nessa pandemia. Muita gente se viu desempregada, muita gente se viu sem o que fazer ou mesmo tendo o que fazer, começou a ressignificar o que é esse fazer e olhar de outras perspectivas para diversos lugares. Então, muita gente começou a ver possibilidades nos espaços públicos, na produção, na necessidade de novas relações que nós precisamos ter tanto com as outras pessoas quanto com os lugares que nós vivemos (AE1, 2020).

Outra estratégia utilizada para melhorar o diálogo entre as/os agricultoras/es urbanas/os e o poder público foi a criação de um grupo no aplicativo de comunicação por celular, denominado como “BH - Agricultura Urbana”, para receber as demandas de atendimento das UPs cadastradas e para solicitação de mudas, esterco ou outros insumos e ferramentas.

O grupo permite que nós tenhamos mais contato para saber o que está acontecendo (...) A dinâmica do grupo é organizada por dias da semana: na terça-feira, nós encaminhamos uma dica técnica ou alguma dica sobre edital ou uma orientação

técnica e uma informação geral; na quarta-feira, nós encaminhamos um vídeo com fotografias de alguma das unidades produtivas, mas só as nossas, que nós atendemos, com informações delas e endereço; na quinta-feira, nós encaminhamos o formulário de solicitação de insumos - esse formulário só pode ser preenchido pelas unidades produtivas cadastradas; na quinta-feira, nós abrimos o grupo para eles conversarem (AE2, 2020).

O grupo também tem os seguintes objetivos: manter o contato entre a equipe técnica da gerência e as agricultoras/es; divulgar as informações sobre as ações da SUSAN, como cursos e instruções sobre cuidados com as hortas; divulgar informações sobre visitas técnicas, recebimento de novas demandas, editais de compras e feiras; receber semanalmente demandas de atendimento através do formulário de solicitação; e permitir a divulgação de atividades, vídeos e fotografias das unidades produtivas. Por fim, o CM-AU continua em processo de aprimoramento das metodologias para obter informações mais atualizadas sobre as unidades produtivas e fomentar a transparência e comunicação com a população.

f) Central de Abastecimento da Agricultura Familiar e Urbana (CAFA)

A CAFA é um equipamento da SUSAN que foi criado para qualificar a logística de armazenamento e distribuição de alimentos da agricultura familiar e aproximar as/os agricultoras/es familiares e urbanas/os dos consumidores/as, além de estimular a produção agroecológica e orgânica, o cooperativismo e a ampliação do consumo de alimentos saudáveis. Além disso, tem o objetivo de atender ao mercado institucional, fornecendo alimentos saudáveis para os programas da política municipal de segurança alimentar, como a alimentação escolar. Para sua consolidação, foi realizada uma consulta pública para estudos e estruturação do chamamento público de seleção de uma cooperativa ou rede de cooperativa que seria responsável pela gestão, qualificação e manutenção do espaço. Em 2019, a partir de um edital de chamamento público, foi selecionada a Rede Sisal - Circuitos de Comercialização Solidária da Agricultura Familiar e Urbana, que reúne cerca de 90 organizações de todo o estado de Minas Gerais. A CAFA possui infraestrutura de agroindústria, cozinha, espaço de armazenamento, estoque, câmara fria e caminhão. Uma das diretrizes do equipamento é promover a agroecologia através do acesso a mercados e da comercialização dos produtos oriundos da agricultura urbana e familiar.

g) Feira de Agricultura Urbana e Outras Iniciativas de Fomento a Comercialização

Em 2020, a SMASAC publicou o edital para o credenciamento, habilitação, seleção e licenciamento da Feira de Agricultura Urbana⁹⁴, totalizando 30 vagas - 12 no centro e 18 em pontos localizados nas regionais da cidade. A feira é uma das ações estratégicas da SUSAN para fomentar a agricultura familiar e urbana, a construção social de mercados e a geração de renda, além de aumentar a produção, o acesso e o consumo de alimentos saudáveis e sustentáveis. O edital prevê a participação de agricultores/as residentes em Belo Horizonte ou agricultores/as familiares da RMBH e Colar Metropolitano. Além da iniciativa da Feira de Agricultura Urbana, a PBH promove mais três feiras de comercialização de alimentos in natura para a população: as Feiras Livres e o Direto da Roça, criadas em 1993, e a Feira Orgânica, iniciada em 2002.

As Feiras Livres funcionam em ruas e praças da cidade e comercializam alimentos como hortifrutigranjeiros, laticínios, carnes, peixes, doces e biscoitos. Contudo, a maioria desses alimentos são produzidos através da agricultura convencional com o uso de agrotóxicos e não são comercializados diretamente pelas/os agricultoras/es, ou seja, são comerciantes que revendem produtos comprados geralmente nas grandes centrais de abastecimento ou diretamente de atravessadores. Além de aumentar o preço dos produtos, essa dinâmica muitas vezes promove o desperdício dos alimentos durante o transporte.

O programa Direto da Roça foi criado há 22 anos e atualmente beneficia 30 agricultores/as familiares, em sua maioria provenientes da RMBH, garantindo o escoamento da produção sem a presença de intermediários ou atravessadores. No entanto, o número de feiras é insuficiente para atender a população da capital, principalmente em bairros populares. Além disso, alguns alimentos são produzidos sem agrotóxicos, mas utilizam comumente técnicas de adubação química que contrariam a sustentabilidade da produção e a vitalidade do solo.

Já os alimentos da Feira Orgânica não utilizam agrotóxicos na produção e são certificados, porém essa produção não está diretamente relacionada à agricultura familiar e, muitas vezes, os alimentos são produzidos nos moldes da agricultura patronal. Diferentemente do Sistema Participativo de Garantia descrito anteriormente, a certificação da produção orgânica a partir de auditoria é bastante onerosa. Os produtos rotulados como orgânicos costumam ser

⁹⁴ Cf. <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/prefeitura-abre-edital-de-selecao-para-feira-de-agricultura-urbana>.

significativamente mais caros que os tradicionais ou os agroecológicos, tanto por causa do maior custo de produção, quanto pelo seu marketing, atingindo apenas os/as consumidores/as de alto poder aquisitivo. Ademais, as feiras orgânicas da PBH estão localizadas em bairros elitizados (classe média e média alta).

Portanto, considerar apenas a dimensão técnica da produção agrícola não garante a promoção da agroecologia. Conforme debatido no capítulo 02, as práticas agroecológicas são realizadas pela agricultura familiar e camponesa e/ou por grupos agricultoras/es em pequenas propriedades que trabalham em sistemas produtivos complexos e diversos, adaptados às condições locais e em redes regionais de produção e distribuição de alimentos.

O grande diferencial da Feira de Agricultura Urbana, iniciada em 2020 pela SUSAN, é que o edital prevê o incentivo à produção agroecológica, além de atribuir maior pontuação para as/os agricultores/as que tiverem vínculo associativo com as formas coletivas de organização e que tenham entre seus objetivos a promoção da agroecologia, registrados em estatuto.

Outras iniciativas de comercialização que iniciaram nesse período estavam relacionadas com o Mercado de Santa Tereza e a Feira Coberta do Padre Eustáquio de Belo Horizonte. No início de 2020, foi publicada a Lei nº 11.219, de 12 de fevereiro de 2020, que autoriza o Poder Executivo a outorgar concessão comum de mercados municipais. Através de um edital publicado em junho de 2020 foi aberta a concorrência de concessão para gestão, reforma, requalificação e manutenção desses mercados. A proposta foi apresentada por um consórcio de cinco empresas que irá administrar os espaços ao longo de 25 anos e serão investidos R\$ 305 mil por ano. A concessionária tem a obrigação, resguardada em lei, de garantir as funções típicas de mercado como: oferecer opções de alimentos orgânicos e agroecológicos para a população; contribuir para a comercialização de alimentos, orgânicos e agroecológicos, in natura e processados, oriundos de assentamentos da reforma agrária, da produção regional e realizada em áreas urbanas e periurbanas, fortalecendo as rotas curtas de comercialização; contribuir para a comercialização de produtos provenientes de grupos que se organizam pelos princípios da economia solidária. Por fim, cada mercado possui um comitê de relações comunitárias para elaborar o regimento interno e discutir sugestões de funcionamento e demandas que são de interesse da comunidade.

h) Centro Municipal de Agroecologia e Educação Ambiental para Resíduos Orgânicos (CEMAR)

Em 2019, foi estabelecida a atuação conjunta entre a Superintendência de Limpeza Urbana (SLU), a SMASAC e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA) para implantação e manutenção do Centro Municipal de Agroecologia e Educação Ambiental para Resíduos Orgânicos – CEMAR.

No CEMAR está ocorrendo um processo muito interessante de colocar em prática agroecologia. O equipamento público está se tornando um centro municipal em agroecologia e educação ambiental. Nós temos a ideia de ter dentro desse equipamento público, como já tem em vários outros, unidades produtivas coletivas e comunitárias para que a comunidade se aproprie do espaço e lá tem acontecido de uma maneira muito rápida. Então, nós propusemos inicialmente uma agrofloresta no lugar possível e agora a comunidade já está pensando em uma horta comunitária e em um jardim de plantas medicinais. Nos encontros da comunidade aos finais de semana, praticamente todos os finais de semana, e nos últimos ocorreu um café com prosa que trouxe a conversa da agroecologia e da necessidade do cuidado com os espaços públicos e da função de cada um enquanto cidadão, sujeito ativo para promoção da agroecologia no município (AE1, 2020).

A proposta do CEMAR é transformar a antiga Estação de Reciclagem de Entulho (ERE), localizada no bairro Estoril, em um lugar de referência na promoção da agroecologia com agrofloresta urbana e com foco na educação ambiental para resíduos orgânicos, além de espaço de convivência para a população do entorno.

3.4 - Encaixes Institucionais de Agroecologia em Belo Horizonte (1993 a 2020)

Quadro 07 - Encaixes Institucionais Resultantes dos Repertórios de Interação entre as Redes de Agroecologia e a Prefeitura de Belo Horizonte (1993 a 2020)	
Período	Encaixes Institucionais
(1993 a 2000) Das Práticas Populares aos Primeiros Encaixes Institucionais de Agroecologia	1994 - Programas e projetos: Pró-Pomar, Hortas Escolares e Comunitárias, Feira Modelo, Feiras Livres, Direto da Roça e o Conselho Municipal de Abastecimento (COMASA) 1995 - Centro de Vivência Agroecológica (CEVAE) 2000 - Deliberação Normativa nº 31/ 2000 que dispõe sobre as normas de gestão e funcionamento dos CEVAEs
(2001 a 2011) Articulações Regionais e Internacionais e Legislações	2002 - Feira Orgânica 2003 - Conselho Municipal de Segurança Alimentar 2006 - Programa Global Cidades Cultivando para o Futuro e Projeto Da Semente à Mesa 2008 - Plano de Ação de Agricultura Urbana de BH 2008-2018: BH Cultivando Agricultura Urbana 2009 - Incorporação da Agricultura Urbana na Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo (Lei nº 7.166/1996. Art. 64) 2011 - Lei nº 10.255 - Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana
(2012 a 2020) Difusão das Ideias da Agroecologia e Novos Coletivos e Encaixes Institucionais	2017 - Decreto nº 16.811, de 19/12/2017 que regulamenta a Lei nº 10.589, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte – Comusan-BH. 2017 - Programa Territórios Sustentáveis 2017 - Diretoria de Fomento à Agroecologia e Abastecimento – DFAB 2018 - Curso Trilha da Agroecologia 2018 - Protocolo de Intenções para o estabelecimento de cooperação institucional para fortalecimento da agroecologia na RMBH, tendo como enfoque a implantação do Sistema Participativo de Garantia – SPG 2018 - Projeto Corredor Agroecológico 2018 - Cadastro de Agricultura Urbana 2019 - Decreto nº 17.056, de 29/01/2019 que altera o Decreto nº 16.679, de 31 de agosto de 2017, que dispõe sobre a organização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. 2019 - Central de Abastecimento da Agricultura Familiar e Urbana (CAFA) 2019 - Centro Municipal de Agroecologia e Educação Ambiental para Resíduos Orgânicos (CEMAR) 2020 - Lei nº 11.219, de 12 de fevereiro de 2020 que autoriza o Poder Executivo a outorgar concessão comum de mercados municipais 2020 - Feira de Agricultura Urbana

Fonte: elaboração própria.

3.5 - Tecendo as Ações Coletivas: os repertórios de interação Estado-sociedade, encaixes institucionais e outras interpretações a partir do caso de Belo Horizonte

Após descrição minuciosa dos encaixes institucionais resultantes das interações das redes de agroecologia com a Prefeitura de Belo Horizonte entre os anos de 1993 a 2020, esta seção tem o objetivo de analisar essa trajetória a partir da mobilização das abordagens teóricas e as ferramentas analíticas escolhidas no capítulo 01 e 02.

Primeiramente, é importante ressaltar que as expectativas iniciais desta pesquisa foram confirmadas já que: (1) os atores das redes de agroecologia atuaram tanto no interior como fora da Prefeitura de Belo Horizonte, mobilizando diversos repertórios de ação para ampliar sua influência nas políticas públicas; (2) os principais encaixes institucionais que incorporaram a temática da agroecologia na política SAN decorreram de relações de cooperação entre as/os gestoras/es públicas/os com os movimentos sociais; (3) os contextos políticos favoráveis em que atuaram alguns governos, as articulações internacionais e os impactos das políticas federais e/ou estaduais possibilitaram construir e ampliar os repertórios de interações das redes de agroecologia com as políticas de SAN municipais e regionais.

Em relação às redes de agroecologia da RMBH e conforme a perspectiva de movimento social de Diani e Bison (2010), estas apresentam um caráter informal e interorganizacional entre uma multiplicidade e heterogeneidade de atores que compartilham os princípios da agroecologia como identidade coletiva e engajam-se em conflitos territoriais e socioambientais, principalmente no que diz respeito ao uso e a ocupação do solo urbano. Essas redes também congregam diversos atores sociais, como ativistas alimentares e integrantes de grupos acadêmicos de extensão, pesquisa e ensino, que fornecem apoios sociotécnicos às/aos agricultoras/es. É importante destacar o papel e o protagonismo das ONGs de agroecologia nos processos de mobilização e incidência política tanto no âmbito nacional como municipal para difusão de outras ações coletivas e fortalecimento das redes de movimentos sociais. Além disso, nos últimos anos, ressalta-se a atuação dos coletivos de agroecologia na RMBH que, mesmo apresentando uma forma de organização mais horizontal e uma temporalidade menor do que os movimentos sociais tradicionais (PEREZ e FILHO, 2017), têm conseguido influenciar e impactar as políticas públicas locais.

As práticas e rotinas dos repertórios de ação coletiva das redes de agroecologia em Belo Horizonte variam de acordo com o grupo ou organização envolvida. Dentre as ações coletivas, ressalta-se a promoção de caravanas e intercâmbios que consistem em metodologias para organização de visitas coletivas em experiências de agroecologia. Nesses encontros ocorrem trocas de sementes e mudas e o compartilhamento de saberes tradicionais e populares com o objetivo de construir coletivamente o conhecimento agroecológico. A ocupação dos vazios urbanos da cidade também tem se configurado como uma prática de ação direta para transformação do espaço público e de áreas verdes, com “monoculturas de gramas” ou que não tinham nenhuma função social, em hortas comunitárias e/ou agroflorestas, que muitas vezes estão conectadas à luta por moradia. Essas ocupações mudam esteticamente e socialmente os lugares da cidade e articulam discussões políticas, ambientais, culturais e artísticas. Ao mesmo tempo, alguns atores das redes mobilizam repertórios de interação Estado-sociedade (ABERS, SERAFIM, TATAGIBA, 2014) como a ocupação de cargos na burocracia e a participação institucionalizada. A ocupação de cargos na burocracia por ativistas e por profissionais com perfis técnicos e políticos nos governos Patrus Ananias (1993 - 1996) e Alexandre Kalil (2017 - 2020) mostrou a efetividade desse repertório na incorporação e institucionalização da agroecologia nas políticas públicas de SAN. Contudo, a participação institucionalizada, especificamente no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSAN), é vista como a atuação menos efetiva para influenciar as ações da PBH, conforme aponta o relato de umas das representantes titulares do conselho e representante do movimento agroecológico:

O conselho é muito mais direcionado para a questão nutricional. É claro que é importante a questão da segurança alimentar, principalmente na correlação com os alimentos nas escolas (...). Mas francamente, eu percebo que é pouco discutido no COMUSAN essas questões relativas a agroecologia, aos agrotóxicos e a agricultura urbana. Eu acho que é o desconhecimento, por parte dos conselheiros, do papel importante que a agricultura urbana tem e que ela pode ter. Eu acho que vem muito desse desconhecimento e dessa desconexão da agricultura urbana e da agroecologia com outras questões, por exemplo, a questão da emergência climática e do direito à moradia decente. A própria importância da agricultura urbana como fator fundamental para se conseguir e ter segurança alimentar. Então, eu acho que isso não aparece no conselho devido à dificuldade de fazer essa relação (AS1, 2020).

As estratégias de cada um dos atores sociais que fazem parte das redes de agroecologia são muito diversas, devido à heterogeneidade das organizações, grupos e coletivos de Belo Horizonte. Nesse sentido, em relação aos tipos analíticos de ação autônoma de negação e construção com o Estado (OLIVEIRA e DOWBOR, 2020), de maneira geral, prevalece um tipo de ação autônoma de negação das formas de funcionamento do Estado com a construção

alternativas cotidianas de ação coletiva, principalmente se o contexto político não for favorável. Segundo o relato de uma das entrevistadas, “as pessoas e os grupos que participam das redes de agroecologia, são muito mais autônomas do que dependentes da prefeitura” (AS1, 2020). Essas ações autônomas e cotidianas incluem a realização de encontros, feiras e mutirões nas agroflorestas e hortas comunitárias. Por outro lado, conforme analisado anteriormente, em contextos de governos mais progressistas ou mais favoráveis à agroecologia, os atores das redes aproveitaram pontos de acesso no Estado, principalmente cargos comissionados no executivo para construção de propostas alternativas para as políticas públicas de SAN. No governo de 2017 a 2020, a avaliação da atuação da prefeitura pelas/os entrevistadas/os é bastante positiva e reforça o aspecto colaborativo na construção das ações de agroecologia:

A abordagem da SUSAN que eu conheci nesse dia do mutirão foi uma abordagem muito diferente, muito mais próxima e íntima, quebrando algumas barreiras que realmente eu percebi que não precisam existir entre o poder público e uma comunidade que está ativa (...) O canal de comunicação era o WhatsApp e era estar presente, uma relação mais direta e eu senti uma grande diferença com a SUSAN e até acho intrigante essa questão. A SUSAN tem uma abordagem mais próxima (...). Mas eu vejo que tem uma questão diferente no poder público entre as outras secretarias e a SUSAN (...) Além da comunicação ser mais humana e ser fácil, é mais afetiva. São pessoas que parecem que estão percebendo que não precisa ser tão burocrático e pode ter uma roda de dinâmica para começar uma reunião. Acho que essa é uma potencialidade de abertura que a agroecologia traz de ser mais alegre. Acho que tem tudo a ver com a agroecologia na verdade, essa questão de a SUSAN ser um pouco diferente (...) Eu acho que o que nós falamos, por exemplo, de ser mais humano, de ser mais dinâmico, mais próximo e até íntimo mesmo, faz parte da agroecologia essas relações com as pessoas. Acho que existe uma preocupação com os conceitos usados e eu não vejo uma imposição das formas de fazer. Eu vejo que tem muita liberdade para os coletivos se organizarem, então isso é novo. Eles poderiam estar fazendo uma ação super imposta com jardinagem (...) A SUSAN talvez esteja nesse caminho de realmente não impor conhecimento, de estar buscando o conhecimento das pessoas e está ajudando. Eu acho que é o que o poder público tem que fazer, dar o suporte para que as pessoas que estão ali super envolvidas, elas possam conseguir fazer o que é desejo delas. Então, acredito que o processo é esse, que nós possamos realmente trabalhar na cidade, porque eu acho que esses grupos têm que ser valorizados, os grupos que realmente conseguem ter o privilégio de tirar um tempo para agir na sua comunidade. Porque o sistema faz muitas pessoas realmente escravas do trabalho e não tem como tirar outros tempos para agir na comunidade. Então, quando tem um grupo agindo assim, querendo, envolvido, isso é agroecologia e isso é transformação. Eu acho que está no processo, está acontecendo e eu tenho muitos elogios para a SUSAN (AS4, 2020).

Já em relação ao nível de institucionalização, as percepções das pessoas entrevistadas reforçam os desafios da incorporação do caráter multidimensional e intersetorial da agroecologia pelo poder público:

A agroecologia é muito ampla e muito interdisciplinar e o setor público é muito rígido em vários sentidos. Eu acho que existe uma burocracia que amarra várias

possibilidades de conexão e de construção e quando vem a temática da agroecologia ocorre um embate, parece pouco possível, pouco palpável, pouco prático e pouco operacional. Mas com servidores públicos, que eu acredito que a válvula chave, o que faz girar mesmo, eu acho que com servidores públicos preocupados, interessados e comprometidos com a pauta é possível trazer isso para o dia a dia do serviço público, é possível transformar de fato em política pública. Acho que é possível, mas temos muitos desafios. Um dos principais talvez seja essa falta de pé no chão. Eu acho que a super burocracia do setor público impede um pouco de chegar na base de fato e fazer girar, fazer acontecer. Eu acho que todas as tentativas que têm para chegar na base, além delas serem muito complicadas, até elas institucionalizarem, trazer de volta para dentro, é muito complexo esse caminho ainda. Ele não é um fluxo estabelecido, mas existem várias tentativas. Eu vejo hoje na Prefeitura de Belo Horizonte várias tentativas sendo colocadas, muitas são muito positivas, outras nós damos uns “murros em ponta de faca”. Mas é isso, eu acho que com servidores públicos comprometidos é possível. Tem gente tentando (...) É um desafio para nós tanto trazer para esses outros grupos a importância da agroecologia para além das práticas, quanto trazer para os grupos que já tem esse perfil e esse contato com agroecologia a importância de conectar com a base, de conectar com as outras pessoas, de fazer intercâmbio com os agricultores, porque senão a agroecologia vai continuar dentro da academia, nós não vamos conseguir fazer com que ela se consolide de fato de uma maneira ampla no município (AE1, 2020).

Nesse sentido, a vontade política do governo e o engajamento de servidores públicos são variáveis importantes na institucionalização da agroecologia, mas existem diversos conflitos e desafios no âmbito do poder público que precisam ser superados para avançar na consolidação de políticas públicas intersetoriais. Um dos principais conflitos identificado nos relatos das entrevistadas está relacionado a varrição, capina e limpeza promovida pela PBH, principalmente através da Superintendência de Limpeza Urbana - SLU e pela Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica, que muitas vezes eliminam as plantas que são cultivadas pelas experiências agroecológicas localizadas no espaço público como se fossem “mato” ou acreditam que o local esteja “sujo”. Esse conflito ocorre devido à falta de comunicação e diálogo entre os subsistemas de políticas públicas e são os principais desafios da intersetorialidade. Os caminhos apontados para ampliar e favorecer o processo de institucionalização da agroecologia pelas outras secretarias e por outros setores da PBH é a divulgação das ações e a promoção de processos formativos tanto para o poder público como para a sociedade:

Para a temática ser mais institucionalizada é importante alguns processos formativos. Esse ano, nós tivemos uma formação sobre agroecologia e me parece que as outras diretorias também tiveram. Eu acho que é importante para as pessoas compreenderem o que é agroecologia, que é um tema novo. E fica mais claro como inserir o tema nos programas. Esse processo formativo mesmo de servidores (...). Você tem interesse pelo assunto, mas você não sabe direito o que é. Mostrar e sensibilizar as áreas para o tema e demonstrar claramente como tratar o tema, porque nós trabalhamos com diversos tipos de profissionais e nós trabalhamos para atingir

resultados, nós temos que demonstrar a eficiência do uso do dinheiro público. Eu acho que nós da DFAB, nós temos que conseguir demonstrar de forma mais clara para as outras diretorias como que esse tema e as práticas podem ser inseridas de forma a manter resultados, manter a eficiência. Porque conta muito isso, nós não vamos conseguir fazer uma transformação de pensamento de todo mundo de uma hora para outra, mas eu acho que com pequenas práticas, na alimentação escolar, nos restaurantes, nós conseguimos institucionalizar (...) A agroecologia vai ao encontro, por exemplo, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Agenda 2030. E é um dos objetivos previstos no Plano Plurianual da Prefeitura. Então é algo que precisa ser seguido por todas as secretarias, mas em determinadas ações você vai ao encontro e em outras em choque com ações de outras secretarias (AE2, 2020).

A discussão sobre a institucionalização da agroecologia pode ser aprofundada a partir da análise dos períodos históricos apresentados na seção anterior sobre as ações públicas em Belo Horizonte. Para tanto, é necessário resgatar a tipologia de Ação Pública de Agricultura Urbana (AU) sistematizada por Oliveira (2017) e apresentada no capítulo 02. O enfoque da ação pública complementa a abordagem teórica e metodológica escolhida nesta pesquisa (repertórios de interação, encaixes institucionais e domínio de agência), já que possibilita identificar “tanto as estruturas institucionais do Estado que permitem ou restringem as ações de AU, como as estruturas dos serviços básicos para esse setor, que podem ser oferecidos por diferentes organizações (públicas, privadas e não-governamentais)” (OLIVEIRA, 2017, p. 46). Assim, o processo de institucionalização, e principalmente de legitimação e execução da ação ou política pública, deve levar em consideração tanto a construção de normativas (encaixes institucionais) como as matrizes cognitivas (OLIVEIRA, 2017).

No período de 1993 a 2000, prevaleceu um tipo “estatal” de ação pública de AU devido a inovação do governo Patrus Ananias (PT) na estruturação da política de abastecimento, que se tornou referência nacional e internacional, e, principalmente, da criação dos Centros de Vivências Agroecológicas (CEVAEs). Esses equipamentos públicos induziram as práticas de agroecologia e a educação ambiental nas periferias de Belo Horizonte, além de estabelecer a parceria com a sociedade civil organizada, representada principalmente pela ONG REDE. No entanto, é importante reforçar que a centralidade do governo era no abastecimento, não tendo ainda o debate e a perspectiva sistêmica da segurança alimentar e nutricional e muito menos a relação com o movimento agroecológico. Mas sem dúvida, a criação dos CEVAEs é um marco para a consolidação das redes de agroecologia em Belo Horizonte.

É importante ressaltar que as redes de agroecologia ampliaram o domínio de agência a partir dos primeiros encaixes institucionais de agroecologia, especificamente os Centros de

Vivências Agroecológicas (CEVAEs). O domínio de agência está relacionado às sedimentações institucionais que permitem aos atores influenciar de modo contínuo as ações das instituições políticas a seu favor (LAVALLE et al., 2019). Esse equipamento público configurou-se como um espaço de encontros para troca de saberes e práticas e também para organização das redes de agroecologia. Diversos encontros da Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU), por exemplo, ocorreram nos CEVAEs, além de outras atividades e iniciativas da sociedade civil. Isso permitiu a consolidação de rotinas e práticas (repertórios de ação coletiva) que propiciaram as diversas interações com o poder público e, conseqüentemente, inovações e outros encaixes orientados pelos princípios da agroecologia. Ademais, nesse processo relacional, a PBH consolidou uma capacidade estatal que viabilizou a expansão desses instrumentos específicos e as ações promotoras da agroecologia.

No período de 2001 a 2011, o tipo predominante de ação pública de AU foi “societal”, já que os governos Fernando Pimentel (2001 a 2008) e Márcio Lacerda (2009 a 2016), marcados pela gestão mais empresarial e tecnicista, não priorizaram a pasta de segurança alimentar e nutricional e a pauta da agricultura urbana. No entanto, a sociedade civil buscou parcerias internacionais - o Programa Global Cidades Cultivando para o Futuro (CCF) - e no âmbito federal - parcerias com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) cujo ministro era o ex-prefeito de BH, Patrus Ananias. No caso do CCF, segundo as entrevistadas, a iniciativa para participação do programa foi da ONG REDE e a parceria foi estabelecida com a Secretaria Municipal de Políticas Urbanas.

Na época do Cidades Cultivando para o Futuro foi outro momento. Quem construiu a proposta foi a REDE, mas quem tinha que apresentar a candidatura era a prefeitura porque era um governo local. Mas quem puxou, quem foi atrás, quem construiu, foi a REDE. Como nós não conseguimos um diálogo, nem no meio ambiente e nem no abastecimento, nós batemos na porta da política urbana (AE3, 2020).

O CCF possibilitou ampliar o debate da agricultura urbana para além de Belo Horizonte e conectou os municípios da RMBH, aumentando a capilaridade das redes de agroecologia para difusão da temática. Embora o contexto local não fosse favorável, a parceria estabelecida com o MDS, no nível federal, possibilitou a expansão da ação dos atores sociais através dos incentivos financeiros e logísticos para promoção da pauta da agricultura urbana.

Por fim, o período de 2012 a 2020 pode ser caracterizado por uma prática de interdependência em relação às redes de agroecologia e a Prefeitura de Belo Horizonte, principalmente a partir de 2017. Nesse período, o tipo de ação pública de AU não é nem “estatal” e nem “societal”, já que ocorreu um processo de mútua constituição entre os movimentos sociais envolvidos com a AU e o poder local a partir de um processo intenso de interação e influência nesse subsistema de política pública. Ressalta-se o papel dos grupos de pesquisa e extensão das universidades que intensificaram suas ações após a implementação dos Núcleos de Agroecologia (NEAs), incentivados pelo Governo Federal em 2012. Outro repertório importante foi a ocupação de cargos da burocracia por ativistas que permitiu traduzir as pautas e demandas da agroecologia para o poder público. Nesse sentido, é necessário criar um novo tipo de ação pública de AU para descrever o período entre 2017 e 2020. Assim, a ação pública de AU presente nesse período será denominada nesta pesquisa como “colaborativa”, já que vários encaixes institucionais de agroecologia são estabelecidos a partir da colaboração entre a sociedade civil e o Estado.

3.6 - Agroecologia Política: categorias analíticas e operacionalização do conceito

A partir do desenho desta pesquisa, das abordagens teóricas e metodológicas escolhidas e dos resultados encontrados, foi possível elaborar uma proposta para interpretação da dimensão política da agroecologia. O conceito de agroecologia política está em processo de construção e vem sendo debatido no âmbito do Grupo de Trabalho de Agroecologia Política do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO). Em vista disso, este trabalho também busca colaborar analiticamente com o desenvolvimento dessa agenda de estudos e pesquisas.

A compreensão da agroecologia política, elaborada a partir deste trabalho, leva em consideração a atuação em rede de diversos atores sociais que fomentam a produção, a comercialização e o consumo de alimentos agroecológicos e reivindicam a construção de políticas públicas de agroecologia para a garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional e para democratização do sistema agroalimentar na perspectiva da sustentabilidade com justiça socioambiental. Essa atuação em redes inclui também questões emergentes no ambientalismo latino-americano como o ecofeminismo, o bem viver e o ativismo alimentar, conforme demonstrado empiricamente nesta pesquisa. Assim, o conceito de agroecologia

política será dividido em três categorias: (1) política do cotidiano; (2) ação coletiva; (3) institucionalização (Quadro 08).

Quadro 08 - Categorias Analíticas e Operacionalização do Conceito de Agroecologia Política		
Conceito	Categorias	Operacionalização
Agroecologia Política	1- Política do Cotidiano	Atores sociais que promovem a agroecologia; processos educativos de conscientização, aprendizagem e produção de saberes agroecológicos; técnicas e metodologias; engajamento sociopolítico, mobilização comunitária e articulação em rede; formação política e socioambiental; práticas do fazer comum e outras dimensões cotidianas.
	2 - Ação Coletiva	Redes de movimentos sociais, coletivos e participação política da sociedade civil organizada; formas de organização, recursos, demandas, interesses, coalizões e conflitos; repertórios de interação Estado-sociedade - protestos e ação direta, participação institucionalizada, política de proximidade, ocupação de cargos na burocracia, entre outros.
	3 - Institucionalização	Encaixes institucionais - regras, prioridades, leis, protocolos, programas, órgãos, entre outros; nível de institucionalização das ideias e concepções de agroecologia, modelo de governança e instrumentos de ações públicas.
	Interseccionalidade e transversalidade de lutas sociais e ambientais	

Fonte: elaboração própria.

A **política do cotidiano** está relacionada aos processos educativos de conscientização e aprendizagens agroecológicas, evidenciando a produção de saberes e a formação política e socioambiental dos atores sociais envolvidos na construção da agroecologia nos diversos territórios - campo, florestas, águas e cidades. Além disso, abrange diversos engajamentos sociopolíticos, mobilizações comunitárias e articulações em redes. A política do cotidiano permite analisar também as técnicas e metodologias utilizadas na construção das experiências agroecológicas e a cooperação entre humanos e não humanos, como o manejo do solo, a preservação de nascentes, a recuperação de áreas degradadas, as farmácias vivas e as plantas medicinais, o reaproveitamento de resíduos orgânicos para produção de adubos naturais, entre outras. Outras dimensões dessas experiências são a saúde coletiva e a sociabilidade presentes nas hortas comunitárias, já que nos encontros e mutirões agroecológicos são partilhados

alimentos naturais preparados ou trazidos por cada integrante e são trocadas receitas culinárias, saberes e sabores. Esses rituais de “comer junto” são fundamentais para a politização da alimentação de base agroecológica e do consumo consciente e sustentável, além de fortalecer a solidariedade e a identidade coletiva. Por fim, essa política do cotidiano ocorre muitas vezes fora do âmbito do Estado e do mercado ou dos regimes públicos e privados de propriedade, evidenciando as práticas do fazer-comum, as construções coletivas e as relações de reciprocidade.

A **ação coletiva** está relacionada à compreensão da participação política e das rotinas e práticas dos repertórios de ação realizados pelas redes de movimentos sociais, os coletivos e a sociedade civil organizada no campo da agroecologia. Nesse sentido, são analisadas as formas de organização, a mobilização de recursos, as demandas, os interesses, as coalizões e os conflitos, principalmente no que diz respeito às reivindicações e à influência do movimento agroecológico na elaboração, aprimoramento e controle das políticas públicas. Além disso, a noção de repertórios de interação Estado-sociedade (ABERS, TATAGIBA e SERAFIM, 2014) é fundamental para essa categoria, já que evidencia a diversidade de estratégias usadas, combinadas e transformadas pelos movimentos sociais, como: protestos e ação direta; participação institucionalizada; política de proximidade - lobby; ocupação de cargos na burocracia; entre outras.

A categoria de **institucionalização** tem o objetivo de compreender a transformação das ideias da agroecologia em instrumentos de políticas públicas e, com base no enfoque da ação pública, analisar os processos promovidos por atores sociais ou estatais que colocam a questão agroecológica na agenda pública, bem como os dispositivos institucionais que permitem estabilizar os programas e projetos orientados pelos princípios agroecológicos (SABOURIN et al., 2019). Nesse sentido, torna-se necessário compreender as capacidades estatais e de ação dos atores sociais, levando em consideração as disputas políticas, os conflitos e as cooperações entre Estado e sociedade, conforme analisado nesta pesquisa. Assim, a partir da noção de encaixes institucionais (LAVALLE et al., 2019), busca-se identificar os instrumentos de ações públicas, leis, programas, instâncias, organizações, protocolos, regras não escritas e enquadramentos estratégicos de dimensão simbólica que incorporam as ideias da agroecologia. Além disso, esses encaixes institucionais podem possibilitar o domínio de agência de determinados atores sociais por um determinado tempo

e/ou ativar favoravelmente a seletividade e cooperação das instituições públicas para promoção da agroecologia.

Por fim, é fundamental ressaltar a perspectiva interseccional - raça, classe, gênero e sexualidade - e a transversalidade de lutas sociais e ambientais que perpassam essas três categorias e evidenciam a multidimensionalidade da agroecologia. Portanto, o conceito de agroecologia política, compreendido através da política do cotidiano, da ação coletiva e da institucionalização, tem o potencial de analisar as articulações em rede para transformação da produção agrícola e das relações socioambientais e os diversos processos de participação política e de construção de políticas públicas de agroecologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa partiu de uma perspectiva interdisciplinar, situacional e relacional para compreender o fenômeno da agroecologia em Belo Horizonte, articulando os campos da ciência política, da agroecologia e dos estudos urbanos. A temática desta dissertação tem relação direta com a minha trajetória pessoal e profissional, levando em consideração a noção de saberes localizados para tornar a produção científica menos subjetiva e abstrata. Diante da necessidade de compreender as ações coletivas das redes de agricultura urbana agroecológica e como os atores estatais atuam no âmbito da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), a pergunta que orientou este estudo descritivo e exploratório foi: quais são os encaixes institucionais resultantes dos repertórios de interação entre as redes de agroecologia e a Prefeitura de Belo Horizonte?

A referência temporal escolhida foi a trajetória institucional da Política Municipal de SAN de 1993 a 2020 para avaliar, a partir de uma compreensão incremental do processo de institucionalização, a incorporação ou não dos princípios da agroecologia nesse período. Os métodos de coleta de dados utilizados nesta pesquisa foram: análise de documentos e arquivos oficiais; observações participantes em reuniões e fóruns; e entrevistas semiestruturadas com atores-chave. Portanto, esta pesquisa analisou a interação das redes de agroecologia com a Prefeitura de Belo Horizonte e identificou a diversidade de rotinas e práticas dos repertórios de ação coletiva e os processos de institucionalização através de encaixes institucionais ao longo de quase três décadas. Além disso, este estudo permitiu revelar outras relações

socioambientais, econômicas e solidárias presentes nos espaços urbanos a partir da política do cotidiano estabelecida pelas experiências agroecológicas de Belo Horizonte.

A abordagem teórica e metodológica escolhida nesta pesquisa e discutida no capítulo 01, teve o intuito de interpretar os movimentos sociais a partir da noção de redes para evidenciar o caráter informal e interorganizacional entre uma multiplicidade de atores que compartilham uma identidade coletiva e engajam-se em conflitos específicos. Essas redes de movimentos sociais transcendem as experiências datadas e localizadas e muitas vezes estão conectadas a diversas lutas sociais, como é o caso do movimento agroecológico nacional e as experiências de agricultura urbana em Belo Horizonte. A opção pela perspectiva relacional e pelos debates sobre a mútua constituição dos movimentos sociais e do Estado no Brasil, possibilitou analisar as influências dos diversos repertórios de interação Estado-sociedade com um subsistema de política pública específico, no caso, a Política Municipal de SAN da Prefeitura de Belo Horizonte. Esse caminho de análise da institucionalização das ideias, valores e demandas da agroecologia e da agricultura urbana por meio dos encaixes institucionais, permitiu destacar os programas, instrumentos, finalidades e efeitos dessa política pública, bem como a ampliação do domínio de agência das redes e a capacidade estatal do município de Belo Horizonte.

O segundo capítulo teve objetivo de descrever o movimento agroecológico no âmbito nacional e sua dimensão política, apresentando um breve histórico sobre a formação e consolidação desse campo e as definições e múltiplas dimensões da agroecologia. Posteriormente, foi aprofundado o debate sobre a aproximação da agricultura urbana com a agroecologia no contexto metropolitano para compreender as possibilidades e desafios da institucionalização das ideias da agroecologia nesses territórios, além de apresentar o debate sobre as tipologias de Ação Pública de Agricultura Urbana (AU). O enfoque da ação pública complementa a abordagem teórica e metodológica escolhida no capítulo 01, já que identifica tanto os encaixes institucionais de agroecologia no Estado como os serviços básicos oferecidos pelas redes de agroecologia que estruturam as condições para a construção desse setor de política, levando em consideração tanto as normativas como as matrizes cognitivas. Ademais, a abordagem teórica e metodológica escolhida nesta pesquisa e os resultados encontrados permitiram elaborar uma proposta para interpretação da dimensão política da

agroecologia (seção 3.6), compreendo o conceito de agroecologia política em três categorias: (1) política do cotidiano; (2) ação coletiva; (3) institucionalização.

Primeiramente, é importante ressaltar a heterogeneidade tanto do movimento agroecológico como do Estado, principalmente em relação ao subsistema de política pública pesquisado. No caso da Política Municipal de SAN da Prefeitura de Belo Horizonte (BH), percebe-se uma trajetória de quase três décadas de inovação e institucionalização da agricultura urbana e da agroecologia, além da difusão e promoção dessa pauta na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). No total, foram identificados 26 encaixes institucionais que incorporaram e promoveram a temática da agroecologia na Política Municipal SAN e que foram resultantes das relações de cooperação entre as/os gestoras/es públicas/os com as redes de agroecologia. Os encaixes institucionais de agroecologia identificados foram: programas, projetos, equipamentos públicos, deliberações normativas, espaços de participação, planos, leis, decretos, órgãos, cursos, protocolos e instrumentos específicos. Nesse sentido, são evidentes os esforços para a construção de marcos legais e para elaboração de programas e instrumentos de fomento à produção agroecológica, além dos avanços na cooperação e coordenação interinstitucional e na participação social tanto no município de BH como nas ações específicas de incentivo aos demais municípios da RMBH.

No período de 1993 a 2000, prevaleceu um tipo “estatal” de ação pública de AU devido a inovação e estruturação da política de abastecimento e alguns programas e projetos, que se tornaram referências nacionais e internacionais, e, principalmente, com a criação dos Centros de Vivências Agroecológicas (CEVAEs) - equipamento público que já conciliava a questão ambiental, a questão da segurança alimentar e nutricional e a parceria com a sociedade civil. No período de 2001 a 2011, o tipo predominante de ação pública de AU foi “societal”, já que o contexto político municipal não era muito favorável e a sociedade civil buscou parcerias no âmbito internacional e federal. Destaca-se nesse período a criação da Articulação Metropolitana de Belo Horizonte (AMAU), o Programa Global Cidades Cultivando para o Futuro (CCF) e a indução do governo federal, especificamente através do Ministério do Desenvolvimento Social, que possibilitaram ampliar o debate da agricultura urbana para além de Belo Horizonte e conectar os municípios da RMBH. Por fim, foi necessário criar um novo tipo de ação pública de AU, que não constava na literatura, para compreender o período de 2017 a 2020, denominado por esta pesquisa como ação pública de AU “colaborativa”. Nesse

último período analisado, foram identificadas várias inovações e encaixes institucionais de agroecologia que foram estabelecidos a partir da colaboração entre a sociedade e o Estado, evidenciando a interdependência e a mútua constituição das redes de agroecologia com a Prefeitura de Belo Horizonte através de um intenso processo de interação e influência nesse subsistema de política pública. Destacam-se nesse período os novos coletivos e os espaços de diálogo; as ações que reconhecem os atores sociais e instrumentos para conectar e visibilizar as experiências (Cadastro de Agricultura Urbana); os programas e os projetos territorializados (Programa Territórios Sustentáveis e Projeto Corredor Agroecológico); a criação de órgãos específicos de fomento à agroecologia (Diretoria de Fomento à Agroecologia e Abastecimento); alguns equipamentos públicos (CEMAR e CAFA); os protocolos que estabelecem cooperação institucional no âmbito da RMBH para fortalecer e difundir a agroecologia, principalmente as ações do Sistema Participativo de Garantia; a feira de agricultura urbana; entre outras iniciativas. Todos esses períodos e suas respectivas ações públicas predominantes e os encaixes institucionais estão descritos detalhadamente no capítulo 3 e analisados na seção 3.5.

Esse conjunto de ações públicas permitiram inserir e difundir o debate da produção de alimentos na esfera pública e incorporar as ideias da agroecologia nas diretrizes de programas e projetos de alguns municípios e no planejamento urbano da RMBH. Essa emergência de mobilização social e política tem ganhado grande repercussão e tem configurado o município de Belo Horizonte como uma referência nacional no debate sobre agroecologia no contexto urbano. Em 2018, o município de Belo Horizonte sediou IV Encontro Nacional de Agroecologia que teve como tema “Agroecologia e Democracia Unindo Campo e Cidade”.

Contudo, em relação a institucionalização da temática pelo poder público, um dos principais desafios é a incorporação do caráter multidimensional, interdisciplinar e intersetorial da agroecologia, principalmente pela falta de comunicação e diálogo entre os órgãos, pelo caráter setorial do poder executivo e pela dinâmica das burocracias públicas. Um dos caminhos apontados é a necessidade de divulgação das ações e a promoção de processos educativos tanto para as/os servidoras/es das diversas secretarias da PBH como para a sociedade civil. Além disso, é importante promover algumas inovações e arranjos para avançar na institucionalização da agroecologia, como: a cooperação interinstitucional para conectar as diversas áreas - educação, saúde, planejamento urbano, cultura, entre outras; a organização de

circuitos curtos de produção e consumo orientados pela construção social de mercados; a integração das ações de fomento à agroecologia a partir da regulamentação da Lei Municipal de Apoio à Agricultura Urbana; a garantia de orçamento e recursos para realizações das ações e serviços públicos; a conexão da agricultura urbana com a gestão de resíduos orgânicos para fomento da compostagem doméstica, comunitária e institucional; a erradicação do uso de agrotóxicos na cidade; a construção e consolidação de metodologias de educação popular para e nas políticas públicas; entre outras iniciativas.

Em relação às redes de agroecologia da RMBH, estas apresentam um caráter informal e interorganizacional entre uma multiplicidade e heterogeneidade de atores que compartilham os princípios da agroecologia como identidade coletiva e engajam-se em conflitos territoriais e socioambientais, principalmente no que diz respeito ao uso e a ocupação do solo urbano. É importante destacar algumas características dessas redes, como: o papel e o protagonismo das ONGs e dos grupos de pesquisa, ensino e extensão das universidades que congregam apoios sociotécnicos e políticos e auxiliam na mobilização e divulgação das experiências; a atuação dos coletivos e grupos de articulação de agroecologia na RMBH que, mesmo apresentando uma forma de organização mais horizontal e uma temporalidade menor do que os movimentos sociais tradicionais, têm conseguido influenciar e impactar algumas políticas públicas; e o protagonismo das mulheres desde a criação até a organização das ações sob uma perspectiva crítica a partir da afirmação de que “Sem Feminismo Não Há Agroecologia”.

As organizações, grupos e coletivos de Belo Horizonte são bastante heterogêneos e, de maneira geral, prevalece um tipo de ação autônoma em relação ao Estado com a construção alternativas cotidianas de ação coletiva, principalmente se o contexto político não for favorável. Ressalta-se a realização de encontros e mutirões, organização de feiras, ocupação de áreas verdes com agroflorestas e hortas comunitárias em articulação com as moradias urbanas, ações para preservação de nascentes, entre outras atividades. Essas experiências evidenciam outras possibilidades de uso e ocupação do solo urbano a partir dos princípios da agroecologia, da autogestão e do fazer-cidade, efetivando o direito à cidade e cultivando outras relações de cooperação entre humanos e não humanos. Muitas vezes, essas ocupações dos espaços urbanos com agroecologia ocorrem fora dos regimes públicos e privados de propriedade, evidenciando a construção do comum. Os coletivos também organizam ciclo expedições para visitar algumas experiências agrocológicas e incentivar o uso de bicicletas

como um meio de transporte mais ecológico. Outra dimensão importante percebida nos encontros e ações dos coletivos de agroecologia é a cultura popular, representada pelas rodas de capoeira, rodas de coco, cortejos de maracatu, saraus, teatro e outras atividades artísticas.

As práticas e rotinas dos repertórios de ação coletiva das redes de agroecologia em Belo Horizonte são bastante diversas e variam de acordo com o grupo ou organização. Dentre as ações coletivas, ressalta-se a promoção de caravanas e intercâmbios que consistem em metodologias para organização de visitas coletivas em experiências de agroecologia. Nesses encontros ocorrem trocas de sementes e mudas e o compartilhamento de saberes tradicionais e populares com o objetivo de construir coletivamente o conhecimento agroecológico. A ocupação dos vazios urbanos da cidade também tem se configurado como uma ação direta muito importante para transformação dos espaços públicos em hortas e agroflorestas, muitas vezes conectadas à luta pela reforma urbana e articuladas a discussões políticas, ambientais, culturais e artísticas. Ao mesmo tempo, as redes mobilizam também repertórios de interação Estado-sociedade, como a participação institucionalizada, a política de proximidade, a ocupação de cargos na burocracia, entre outros. Em contextos de governos mais progressistas, alguns atores sociais aproveitaram pontos de acesso no Estado, principalmente cargos comissionados no executivo para implementar políticas públicas de agroecologia. Nesse sentido, os atores das redes de agroecologia atuaram tanto no interior como fora da Prefeitura de Belo Horizonte, mobilizando diversos repertórios de ação para ampliar sua influência nas políticas públicas. Um dos principais repertórios de interação utilizado foi a ocupação de cargos da burocracia por ativistas e gestores públicos sensíveis à pauta que possibilitaram traduzir as demandas da agroecologia para os instrumentos de políticas públicas. Além disso, os contextos políticos favoráveis em que atuaram alguns governos, as articulações internacionais e os impactos das políticas federais e/ou estaduais também possibilitaram construir e ampliar os repertórios de interações das redes de agroecologia com as políticas de SAN municipal e regional. Contudo, dentre os repertórios de interação utilizados, a participação institucionalizada, especificamente no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSAN), é vista por algumas das pessoas entrevistadas como a atuação menos efetiva para influenciar as ações da PBH.

Essa interação e o diálogo estabelecido entre agricultores/as, organizações da sociedade civil, poder público, movimentos sociais, coletivos, ativistas, universidades e outros atores têm

favorecido a construção de relações horizontais e de diversas transformações no âmbito da política do cotidiano e institucional a partir dos princípios da agroecologia. Esse conjunto de ações e atividades possibilitam a articulações e criação de novos grupos, coletivos, organizações e espaços de debates em um processo constante de retroalimentação e fortalecimento mútuo. A atuação em redes favorece a comunicação, a capacitação sociotécnica, o compartilhamento de informação, o acesso diferenciado a recursos de poder simbólicos e materiais, fortalecendo a incidência política e a participação popular nas políticas públicas. Portanto, as ações e iniciativas realizadas pelas redes de agroecologia em Belo Horizonte permitem identificar os processos de construção e ampliação da agroecológica no contexto urbano e as resistências frente à lógica industrial e capitalista das grandes cidades.

Apesar dos retrocessos e desmontes das políticas públicas nacionais iniciados a partir de 2016 com o golpe, o movimento agroecológico se mantém organizado e vem realizando diversas ações para incentivar os governos locais. Ademais, a sociedade cada vez mais reconhece a agroecologia como uma alternativa ao modelo de desenvolvimento vigente para a promoção da soberania alimentar e nutricional e para o enfrentamento da fome, da pobreza e do desemprego. A crise civilizatória e os problemas socioambientais oriundos do sistema capitalista, como as mudanças climáticas e a pandemia, evidenciam a necessidade e a urgência de políticas que coloquem o cuidado com a vida no centro das relações sociais e de produção no mundo contemporâneo.

A agroecologia urbana tem o potencial de articular diversas questões socioculturais, políticas e econômicas para promoção de processos educativos e de modelos alternativos de políticas públicas alimentares e socioambientais em conexão com o planejamento regional. A visão sistêmica da agroecologia urbana integra a produção, a comercialização e o consumo de alimentos para conservar e manejar os agroecossistemas dos espaços urbanos a partir do direito à cidade e do direito à alimentação adequada e saudável com justiça social. Nesse sentido, é importante refletir sobre o diálogo entre a agroecologia urbana e a noção de bem viver para e nas cidades. Por fim, a agroecologia aproxima os saberes populares e tradicionais dos conhecimentos das ciências naturais e sociais para superação da dicotomia cultura e natureza, conectando lutas sociais que transversalizam ações coletivas em uma perspectiva interseccional e multidimensional.

Referências Bibliográficas

ABERS, Rebecca Neaera; SILVA, Marcelo Kunrath; TATAGIBA, Luciana. Movimentos Sociais e Políticas Públicas: repensando atores e oportunidades políticas. *Lua Nova*, São Paulo, n. 105, p. 15-46, Sept. 2018.

ABERS, Rebecca Neaera; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 57, no 2, pp. 325 a 357. 2014.

ABERS, Rebecca Neaera; VON BÜLOW, Marisa. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?. *Sociologias*, v. 13, n. 28, 2011.

ACOSTA, Alberto. O Buen Vivir: uma oportunidade de imaginar outro mundo. In. *Um campeão visto de perto - Uma Análise do Modelo de Desenvolvimento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Boell, 2012.

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 7–12.

AE1. Belo Horizonte, Minas Gerais, 19 nov. 2020. 1 arquivo.mp4 (60 min.). Entrevista concedida a Gabriel Mattos Ornelas.

AE2. Belo Horizonte, Minas Gerais, 19 nov. 2020. 1 arquivo.mp4 (40 min.). Entrevista concedida a Gabriel Mattos Ornelas.

AE3. Belo Horizonte, Minas Gerais, 20 nov. 2020. 1 arquivo.mp4 (60 min.). Entrevista concedida a Gabriel Mattos Ornelas.

AGIER, Michel. Do Direito à Cidade ao Fazer-Cidade. O antropólogo, a margem e o centro. *Mana* [online], Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 483-498, Dec. 2015.

ALENCAR, Victor Gabriel Souza Lima; ORNELAS, Gabriel Mattos; COSTA, Heloisa Soares de Moura. Planejar para alimentar as metrópoles: a incorporação da agricultura e da agroecologia no planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. *Revista Política e Planejamento Regional*, v. 7, p. 285-309, 2020.

ALMADA, Emmanuel Duarte. Sociobiodiversidade Urbana: por uma etnoecologia das cidades. In: *Atualidade em Etnobiologia e Etnoecologia*. Campinas, SP, v. 5, 2010, p. 1-25.

ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de. *Isto e Aquilo - agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Tese de Doutorado (Geografia). Belo Horizonte; Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de; BIAZOTI, André Ruoppolo; Agriculturas urbanas: agroecologia para a cidade, na cidade e da cidade!. *Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do VI Congresso Latino-americano de Agroecologia, X Congresso*

Brasileiro de Agroecologia, V Seminário de Agroecologia do Distrito Federal e Entorno. 2017.

ALMEIDA, Debora C. Rezende; CUNHA, Eleonora Schettini Martins. A análise da deliberação democrática: princípios, conceitos e variáveis relevantes. *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: IPEA, p. 109-124, 2011.

ALMEIDA, Marcelo Oliveira; SOUZA, Natália Almeida; ALMEIDA, Angélica; FREITAS, Mariana Fonseca. *Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, nº 2, 2020.*

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.

ALTIERI, Miguel A. *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

ANA. Articulação Nacional de Agroecologia. Carta política [do] IV ENA: agroecologia e democracia unindo campo e cidade. - Rio de Janeiro : *AS-PTA: Articulação Nacional de Agroecologia - ANA*, 2018.

ARENDRT, Hannah. O que é política? / Hannah Arendt; [editoria, Ursula Ludz]; 3ª ed. tradução de Reinaldo Guarany. - 3 ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 240 p.

AS1. Belo Horizonte, Minas Gerais, 16 nov. 2020. 1 arquivo.mp4 (40 min.). Entrevista concedida a Gabriel Mattos Ornelas.

AS2. Belo Horizonte, Minas Gerais, 17 nov. 2020. 1 arquivo.mp4 (40 min.). Entrevista concedida a Gabriel Mattos Ornelas.

AS3. Belo Horizonte, Minas Gerais, 17 nov. 2020. 1 arquivo.mp4 (30 min.). Entrevista concedida a Gabriel Mattos Ornelas.

AS4. Belo Horizonte, Minas Gerais, 18 nov. 2020. 2 arquivo.mp4 (40 min.). Entrevista concedida a Gabriel Mattos Ornelas.

AS5. Belo Horizonte, Minas Gerais, 18 nov. 2020. 1 arquivo.mp4 (60 min.). Entrevista concedida a Gabriel Mattos Ornelas.

AS6. Belo Horizonte, Minas Gerais, 19 nov. 2020. 2 arquivo.mp4 (120 min.). Entrevista concedida a Gabriel Mattos Ornelas.

ASSIS, Renato Linhares de; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 6, p. 67-80, jul./dez. 2002. Editora UFPR.

AVRITZER, Leonardo. Teoria Democrática e Deliberação Pública. *Lua Nova*, nº 49. 2000. _____ .Da Sociedade Civil, Instituições Participativas e representação: Da Autorização à legitimidade da Ação. *Dados*, vol. 50, nº 3, pp. 443-464. 2007.

_____. Participatory institutions in democratic Brazil. Washington, DC: Woodrow Wilson Center Press, 2009.

BARBOSA, Malba Tahan. *Educação ambiental popular: estudo de caso sobre a experiência do Centro de Vivência Agroecológica - CEVAE/Taquaril*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

BIANCHINI, Valter; MEDAETS, Jean Pierre Passos. *Da Revolução Verde à Agroecologia: Plano Brasil Agroecológico*. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasil. 2013.

BRASIL. Planalto. Lei de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN. 2006. Disponível em:
<<http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>> Acesso em: 20/08/2019.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Brasília: Planalto, 2012.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares; CAMPOS, Rosana Soares. Soberania alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona, v. 11, n. 245, ago. 2007.

CAPORAL, Francisco Roberto. MOLINA, Manuel González de Molina. Presentación. Número dedicado a Agroecología Política. *Agroecología*. Vol. 6. Facultad de Biología. Universidad de Murcia. 2011.

CAPORAL, Francisco Roberto; PETERSEN, Paulo. Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil. *Agroecología*, v. 6, p. 63-74, 2012.

CARLOS, Euzeneia. Movimentos sociais e sistema político nas teorias dos movimentos sociais. *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares*, v. 17, n. 1, 2015.

CARLOS, Euzeneia. Cooperação e conflito na relação movimentos sociais e Estado. *Revista Política & Sociedade*, v. 16, n. 35, Janeiro-Abril. 2017

CARNEIRO, Fernando F. et al. (Orgs.). *Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CARVALHO, Beatriz Leandro de Carvalho; MAGALHÃES, Bruno Dias; DIAS, Darklane Rodrigues; JÚNIOR, Fábio Henrique de Lima. A Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional: capacidades e diretrizes para o enfrentamento aos efeitos da COVID-19. *Cadernos OBHA*. Ano 1, Edição 1. Julho de 2020.

CASTELLS, Manuel. A transformação do mundo na sociedade em rede In: *Redes de indignação e esperança – Movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CNAU. Coletivo Nacional de Agricultura Urbana. *Carta do Coletivo Nacional de Agricultura Urbana apresentada no III ENA*. Coletivo Nacional de Agricultura Urbana. Rio de Janeiro: CNAU, 2014.

CNAU. Coletivo Nacional de Agricultura Urbana. *Carta Política do Primeiro Encontro Nacional de Agricultura Urbana* – ENAU. Coletivo Nacional de Agricultura Urbana. Rio de Janeiro: CNAU, 2015.

CONSEA MG. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de Minas Gerais. Nota da sociedade civil e apoiadores do Consea-MG contra a extinção do Consea Nacional. Disponível em: <http://conseaminas.blogspot.com/2019/01/nota-da-sociedade-civil-e-apoiadores-do.html>. Acesso em: 09/07/2019.

COSTA, Geraldo Magela. SANTOS, Reinaldo Onofre dos Santos. COSTA, Heloisa Soares de Moura Costa. Reflexões metodológicas sobre a relação rural-urbano a partir da teoria e de evidências socioespacial da RMBH. *Geografias*. UFMG. Belo Horizonte. v. 9, n 2, 2013.

COSTA, Heloisa Soares de Moura; ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de. Agricultura urbana: possibilidades de uma práxis espacial?. *Cadernos de Estudos Culturais*, v. 5, p. 10-22, 2012.

COSTA, Maria da Graça. Agroecologia, (Eco)feminismos e Bem-viver: Emergências Decoloniais no Movimentos Ambientalista Brasileiro. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11; *13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos)*, Florianópolis, 2017.

COSTABEBER, José Antônio. Transição Agroecológica: rumo à sustentabilidade. *Agriculturas* - v. 3 - n° 3 - outubro de 2006.

COUTINHO, Maura Neves. *Agricultura urbana: práticas populares e sua inserção em políticas públicas*. 2010. 205p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

COUTINHO, Maura Neves; COSTA, Heloisa Soares de Moura Costa. Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. *Geografias Online* (UFMG), v. 13, p. 81-97, 2011.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Común: ensayo sobre la revolución en el siglo XXI*. Primera edición. Barcelona: Editorial Gedisa, 2015.

DELLA PORTA, Donatella . Movimentos sociais em tempos de Covid-19: outro mundo é necessário. *openDemocracy. Opinião*. 2020. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/pt/democraciaabierta-pt/movimentos-sociais-tempos-de-covid-19-mundo-necesario/> Acesso em: 27/03/2020.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. *Social movements: An Introduction*. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2006.

DELLA PORTA, Donatella; FELICETTI, Andrea. Democratic Innovation and Social Movements. IN: IN: The Governance Report 2017 (Hertie Governance Report) OUP Oxford. Kindle Edition.

DIANI, Mario; BISON, Ivano. Organizações, coalizões e movimentos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 3, p. 219-250, 2010.

DIEGUES, Antonio Carlos. Etnoconservação da natureza: Enfoques Alternativos. In. Antonio Carlos Diegues (org.) *Etnoconservação. Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo, Hucitec, 2000.

DORNELAS, Rafaela Silva. *Movimento Agroecológico no Brasil: considerações sobre a dimensão política e os saberes na agroecologia*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Vitória. Universidade Federal do Espírito Santo. 2016.

DUPUY, Jean-Pierre. *Introdução à crítica da Ecologia Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

ESTEVA, Gustavo. "Desenvolvimento" In. W. Sachs (org.) *O Dicionário do Desenvolvimento*. São Paulo: Editora Vozes, 2000.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis , v. 15, n. 2, p. 291-308, Aug. 2007.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo. Ed.Paz e Terra (coleção leitura), 1996. 25p.

GAARD, Greta Claire. Rumo ao ecofeminismo queer. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 19, v. 1, 2011.

GALERA, Izabella; FONSECA, Helena D'Agosto Miguel. Outras Formas de (Re)existência: Direito à cidade e agroecologia a partir da produção do espaço nas ocupações urbanas. ISSN: 1984-8781 - *Anais XVIII ENANPUR*. 2019.

GASPARDO, Murilo. Democracia participativa e experimentalismo democrático em tempos sombrios. *Estudos Avançados*. São Paulo , v. 32, n. 92, p. 65-88, Apr. 2018 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142018000100065&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10/07/2019.

GLIESSMAN, Stephen R. *Agroecologia: Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável*. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

GOHN, Maria da Glória. Uma proposta teórico-metodológica para a análise dos movimentos sociais na América Latina. In: *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais antiglobalização: de Seattle / 1998 a Nova York / 2002. In: *Movimentos sociais no início do século XXI- Antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

GOHN, Maria da Glória. *Participação Social nas Políticas Públicas: Formas de Organização. Plataforma dos Centros Urbanos*. 2015. (17m49s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_BCURKJOtPo>. Acesso em: 02/03/2020.

GOHN, Maria da Glória. Teorias sobre a Participação Social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. *Cad. CRH*, Salvador, v. 32, n. 85, p. 63-81, Apr. 2019.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu* (5), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 1995, pp.7-41.

HERMENEGILDO, Gabriela Carmo. Agricultura urbana e agroecologia: experiências e práticas na RMBH. *Apresentação na Semana do Conhecimento UFMG*. 2019

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: ed. 34. 2003.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. A ação pública abordada pelos seus instrumentos. *R. Pós Ci. Soc.* v.9, n.18, jul/dez. 2012.

LAVALLE, Adrián Gurza; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; SZWAKO, José. Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência. In: *Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição*. Rio de Janeiro: Eduerj, pp. 21-86. 2019.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2011.

LEROY, Jean-Pierre. Justiça Ambiental. In *Portal Mapa dos Conflitos Ambientais*. 2011 Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-LEROY_Jean-Pierre_-_Justiça_Ambiental.pdf> Acesso em: 02/06/2020.

LIMA, Thiago; PEREIRA, Iale; BARBANTI, Olympio. O Agrogolpe e a Política Externa: desmantelo da diplomacia do combate à fome e fortalecimento do agronegócio. *OKARA: Geografia em debate*, v.12, n.2, p. 396-421, 2018

LOSEKANN, Cristiana. Mobilização do direito como repertório de ação coletiva e crítica institucional no campo ambiental brasileiro. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 2, p. 311-349, Junho 2013.

MAFRA, Luiz Antonio Staub. *O município na gestão de políticas locais de segurança alimentar: regulação de mercado e assistência alimentar em Belo Horizonte*. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). 2004.

MACHINI, Mariana Luiza Fiocco. *Nas fissuras do concreto: Política e movimento nas hortas comunitárias da cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade de São Paulo, 2018

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas* / Alberto Melucci; tradução de Maria do Carmo Alves do Bonfim. Petrópolis, RJ : Vozes, 2001.

MILAGRES, Lúcia Maria Xavier. *Entre o Quintal e o Parque: possibilidade de produção do espaço público cotidiano*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

MONTEIRO Denis; LONDRES, Flávia. Pra que a Vida nos dê Flor e Frutos: Notas sobre a Trajetória do Movimento Agroecológico no Brasil. In: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et al (Orgs.). *A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: Ipea, 2017.

MOREIRA, Roberto José; ROCHA, Paulo Ernesto Diaz. Interdisciplinaridade na pós-graduação: notas de pesquisas. *Redes*, 7 (2): 9-45. 2002.

MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento complexo. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MOTTA, Vivian. Pesquisa-Ação e Visibilização do Sujeito. *Revista Brasileira de Agroecologia*, [S.l.], v. 15, n. 2, p. 2, junho de 2020. ISSN 1980-9735. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/23280>>. Acesso em: 30/06/2020.

MOTTA, Vivian Delfino. Por uma agroecologia antirracista. *Cadernos de Agroecologia – Anais do 3º Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia*, v. 15, n. 3, 2020.

MOURA, Iracema Ferreira de. Antecedentes e Aspectos Fundantes da Agroecologia e da Produção Orgânica na Agenda das Políticas Públicas no Brasil. In: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et al (Orgs.). *A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: Ipea, 2017.

NORDER, Luiz Antonio; LAMINE, Claire; BELLON, Stephane; BRANDENBURG, Alfio. Agroecologia: Polissemia, Pluralismo e Controvérsias. *Ambiente & Sociedade - São Paulo*, v. XIX, n. 3, p. 1-20, jul.-set. 2016

OLIVEIRA, Gustavo M. de; DOWBOR, Monika W. Dynamics of Autonomous Action in Social Movements: From Rejection to Construction. *Latin American Perspectives*, Volume: 47 issue: 5, page(s): 49-61. 2020.

OLIVEIRA, Luana do Carmo Araujo de; ALVES, Cristiana Guimarães; PAULA, Bruno Martins Dala. Agricultura urbana e migrações: processos de resistência e interculturalidade. *Rev. UFMG, Belo Horizonte*, v. 25, n. 1 e 2, p. 198-223, jan./dez. 2018.

OLIVEIRA, Lya Cyntia Porto de. *Redes, ideias e ação pública na agricultura urbana : São Paulo, Montreal e Toronto*. Tese (CDAPG) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. 279 f. 2017.

ORNELAS, Gabriel Mattos. *Agroecologia e Regiões Metropolitanas: desafios e possibilidades para a gestão local e regional na RMBH*. Monografia (Graduação em Gestão Pública). Belo Horizonte; Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

ORNELAS, Gabriel Mattos et al. Agroecologia na metrópole: construção coletiva de uma agenda de estudos e ações na Região Metropolitana de Belo Horizonte. *Cadernos de Agroecologia*, v. 12, n. 1, jul. 2017b. Disponível em:

<<http://aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/22346>>. Acesso em: 05/06/2019.

ORNELAS, Gabriel Mattos. Ocupar, Plantar, Cuidar: Agricultura Urbana Agroecológica da Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: 43º Encontro Anual da ANPOCS, 2019, Caxambu. *Anais do 43º Encontro Anual da Anpocs*, 2019.

PBH. Prefeitura de Belo Horizonte. *Trilha da Agroecologia*. 2020. Disponível em: Cf. <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/susan/gastronomia-e-qualificacao-profissional/trilha-agroecologica>. Acesso em: 12/12/2020.

PAIVA, Raquel Lucena. Pensamento complexo, agroecologia e agrotóxicos: análise da inter-relação entre ciência, movimentos sociais e mídia no processo de construção social das informações sobre toxicidade e risco. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 27, n. 3, p. 547-565, out. 2019.

PAOLINELLI, Marina Sanders; CANETTIERI, Thiago. Dez anos de ocupações organizadas em Belo Horizonte: radicalizando a luta pela moradia e articulando ativismos contra o urbanismo neoliberal. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 831-854, Dec. 2019

PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Trad. Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PEREIRA, Marcus Abílio. Movimentos sociais e democracia: a tensão necessária. *Opinião Pública*, v. 18, n. 1, p. 68-87, 2012.

PEREZ, Olivia Cristina. FILHO, Alberto Luís Araújo Silva. Coletivos: um balanço da literatura sobre as novas formas de mobilização da sociedade civil. *Latitude*, Vol. 11, no 1, pp. 255-294, 2017.

PIZZORNO, Alessandro. Introducción al estudio de la participación política. In: PIZZORNO, Alessandro; KAPLAN, Marcos; CASTELLS, Manuel. *Participación y cambio social en la problemática contemporánea*. Buenos Aires: Siap Planteos, 1975. p. 13-82.

PLOEG, Jan Douwe van der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, Paulo (Org.). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 17-32.

PORTILHO, Fátima. Ativismo alimentar e consumo político – Duas gerações de ativismo alimentar no Brasil. *Redes (St. Cruz Sul, Online)*, v.25, n.2, p. 411-432, maio-agosto, 2020.

REDE. Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas. *Agricultura Urbana: Belo Horizonte Cultivando o Futuro*. Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE) / organizado por Angela Christina Ferreira Lara e Daniela Almeida. Belo Horizonte, 2008. 36p.

RIOS, Flávia; PEREZ, Olívia; RICOLDI, Arlene Ricoldi. Interseccionalidade nas mobilizações do Brasil contemporâneo. 130 anos da abolição - cativo acabou?. *Dossiê. Lutas Sociais - Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS)*. PUC/SP. v. 22, n. 40. 2018. (p. 36 - 51)

RUAF. *Urban Agroecology*. Urban Agriculture Magazine, n. 33, Maiden Issue, Nov. 2017.

SABOURIN, Eric et al (Orgs). *Construção de Políticas Estaduais de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: avanços, obstáculos e efeitos das dinâmicas subnacionais*. Curitiba : CRV, 2019. 272 p.

SACHS. Wolfgang (org.). *O Dicionário do Desenvolvimento*. São Paulo: Editora Vozes, 2000.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, Quilombos, Modos e Significações*. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Prefácio ao volume 1. Coleção. In: _____. (Org.) *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Francis dos. TONEZER, Cristiane. RAMBO, Anelise G. *Agroecologia e agricultura familiar: um caminho para a soberania alimentar? Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*. Porto Alegre, 2009

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et al (Orgs.). *A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: Ipea, 2017.

SANTANDREU, Alain; LOVO, Ivana. *Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção: identificação e caracterização de iniciativas de agricultura urbana e periurbana em regiões metropolitanas brasileiras*. mimeo, 2007.

SCHERER-WARREN, Ilse. Metodologia de Redes no Estudo de Ações Coletivas e Movimentos Sociais. In: *Cidadania sem Fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Ed.HUCITEC, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes e movimentos sociais projetando o futuro. *Revista Brasileira de Sociologia*. Vol. 01, n. 01, Jan/Jul 2013.

SHIVA, Vandana. Um vírus, a humanidade e a terra. *Instituto Humanitas Unisinos*. 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/598043-um-virus-a-humanidade-e-a-terra-artigo-de-vandana-shiva>> Acesso em: 15/04/2020.

SCHMITT, Claudia Job. A Transformação das “Ideias Agroecológicas” em Instrumentos de Políticas Públicas: dinâmicas de contestação e institucionalização de novas ideias nas políticas para a agricultura familiar. *Política & Sociedade - Florianópolis* - Vol. 15 - Edição Especial - 2016.

SCHMITT, Claudia Job; PORTO, Silvio Isoppo; MONTEIRO, Denis; LOPES, Helena Rodrigues. Fortalecendo redes territoriais de agroecologia, extrativismo e produção orgânica: a instrumentação da ação pública no Programa Ecoforte. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 312-338, jun. 2020.

SILVA, Ana Carolina Figueiredo; REIS, Tatiane Maria dos; ORNELAS, Gabriel Mattos. Participação e Certificação Orgânica: Redes Agroecológicas na Construção do Sistema Participativo de Garantia da Região Metropolitana de Belo Horizonte. *Anais do IX SINGA*, 2019.

SZTOMPKA, Piotr. Os movimentos sociais dentre os agentes de mudança. In: *A sociologia da mudança social*. Rio de Janeiro: Edição civilização Brasileira, 2005. (p.463-480).

SZWAKO, José; LAVALLE, Adrian Gurza. “Seeing Like a Social Movement”: Institucionalização simbólica e capacidades estatais cognitivas. *Novos estud.* CEBRAP, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 411-434, Aug. 2019.

TATAGIBA, Luciana; ABERS, Rebecca; SILVA, Marcelo Kunrath. 2018. Movimentos sociais e políticas públicas: ideias e experiências na construção de modelos alternativos. In: PIRES, Roberto; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. E. de (orgs). *Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas*. Brasília, DF: Ipea/Enap. pp. 106-138.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis/RJ:Voices, 2009.

TILLY, Charles; TARROW, Sidney. *Contentious Politics*. London, Paradigm Publishers. 2007
_____. 2006. *Regimes and repertoires*. Chicago: University of Chicago Press.
_____. 2008. *Contentious performances*. Cambridge, Cambridge University Press.

TOFANELLI, Vivian. *Dos trabalhos coletivos aos coletivos de trabalho: uma experiência agroecológica em uma ocupação urbana*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais. 2018.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. *Comum urbano: a cidade além do público e do privado*. Belo Horizonte: UFMG, Tese (Doutorado em Geografia), 2017.

UFMG. Plano Metropolitano / Macrozoneamento da RMBH. Produto 02. *Avaliação das Tendências Recentes da Dinâmica Territorial da RMBH e Identificação Preliminar das Zonas de Interesse Metropolitano*. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <www.rmbh.org.br>. Acesso em: 20/09/2018.

VALDERRAMA, Andrés Kogan. Agroecologia frente às pandemias modernas. *Instituto Humanitas Unisinos*. 2020. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/597266-agroecologia-frente-as-pandemias-moderna>> Acesso em: 22/03/2020

VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay Lehman. e BRADY, Henry E.. *Beyond SES: a resource model of political participation*. The American Political Science Review, v. 89, n. 2. 1995.

VENÂNCIO, Marina Demaria. Panorama das políticas públicas agroecológicas no Brasil. *Cadernos de Agroecologia*, v. 10, n. 3, 2015.

VIEIRA, Flávia Braga. Via Campesina: um projeto contra-hegemônico?. *III Simpósio Lutas Sociais na América Latina*. 2008

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O agricultor familiar no Brasil: um ator social na construção do futuro. In: PETERSEN, Paulo (Org.). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 33-46.

WEZEL, A.; BELLON, S.; DORÉ, T.; FRANCIS, C; VALLOD, D.; DAVID, C. Agroecology, as a science, a movement and a practice. *Agronomy for Sustainable Development*, n. 29, p. 503-515, 2009.

ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens. e PEREIRA, Doralice. Introdução. Desenvolvimento, Sustentabilidade e Conflitos Socioambientais. IN: ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens e PEREIRA, Doralice (orgs) *A Insustentável leveza da Política Ambiental. Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais*. Belo Horizonte, Autêntica. 2005.

ZHOURI, Andréa. Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: desafios para a governança ambiental. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online]. 2008, v. 23, n. 68, pp. 97-107.

ZHOURI, Andréa. LASCHEFSKI, Klemens. *Conflitos Ambientais*. Texto analítico. 2010. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/ZHOURI__LASCHEFSKI_-_Conflitos_Ambientais.pdf> Acesso em: 02/06/2020.

Apêndices

Apêndice A - Roteiro de Entrevista Semiestruturada

Roteiro de Entrevista - Atores Estatais

Gostaria de agradecer sua participação nesta entrevista e dizer que ela é muito importante. Vamos conversar sobre sua atuação e percepção sobre a agroecologia em Belo Horizonte. Não existem respostas certas ou erradas, o que realmente importa é sua opinião sobre o assunto. Você tem liberdade para responder como quiser.

Gostaria de começar a nossa conversa falando sobre a agroecologia:

1. Há quanto tempo você trabalha na PBH? Você já trabalhou em outros órgãos públicos antes (municipal, estadual e federal)? E em alguma organização da sociedade civil?
2. Você já trabalhava com a temática da agricultura e/ou agroecologia?
 - Como você define agroecologia?
 - Na sua visão, quais as principais vantagens e desvantagens da agroecologia no contexto urbano?
3. Quando você considera que a agenda da agroecologia foi incorporada pela Prefeitura de Belo Horizonte? (Patrus Ananias, PT - 1993 a 1996; Célio de Castro, PSB - 1997 a 2001; Fernando Pimentel, PT - 2001 a 2008; Marcio Lacerda, PSB - 2009 - 2016; e Alexandre Kalil, 2017 a 2020) E para você, quais são as principais diferenças dessas incorporações nos governos de Belo Horizonte?
4. Você saberia me dizer quais são as principais políticas, programas, projetos e/ou ações que envolvem as ideias da agroecologia na prefeitura?
 - Que tipo de ideias/concepções são estas? Você poderia descrevê-las?
 - Existem ações intersetoriais?
5. Quando vocês iniciaram os trabalhos com agroecologia? Como as ideias da agroecologia chegaram até vocês?
6. Quais os instrumentos das ações da prefeitura? Estes instrumentos dialogam com outras políticas estaduais ou federais?
7. Na sua opinião:
 - Quais foram os atores-chave (individuais e/ou coletivos) para a construção das ações de agroecologia na PBH?
 - Quais funções desempenham ou desempenharam?
8. Quais são as formas mais usuais de interação entre a PBH e os coletivo/organização da agroecologia?
 - Como elas ocorrem? Existem espaços de debates e arenas?
9. Que tipo de conflito é mais comum nesse tipo de interação?
10. O que esta gestão (e as outras, se for o caso) pretende com as redes de agroecologia?
11. Qual é a trajetória institucional (inclusive “dependência de caminho”) e situação atual das ações de agroecologia (em construção, aprovada, implementada)? Existiram outras ações ou projetos de agroecologia?
12. Quais foram os contextos políticos municipal e contexto político pós-eleições?
13. Na sua opinião, qual a centralidade da agroecologia na PBH? (nível de institucionalização)
14. Quem defende e quem é contra essa política?
15. Quais são os maiores pontos de tensões e conflitos?

16. (Para ativistas burocráticos) Quando você entrou no aparato estatal - submissão de regras e normas - ocorreu alguma mudança na sua relação com as redes de agroecologia? (defesas de posições mais moderadas ou até contrárias em relação às pautas dos movimentos sociais)
17. Quais são os instrumentos de políticas públicas, leis, programas, instâncias, órgãos, cargos, protocolos e outros que incorporam as ideias da agroecologia? Esses “encaixes” aumentaram as capacidades estatais?
18. Existe alguma parceria ou convênio com o governo estadual e/ou federal?
19. Dentre as várias iniciativas da PBH (lista abaixo), quais os limites, desafios e potencialidades de cada uma?
 - SPG (ações públicas estabelecem relações intermunicipais de promoção da agroecologia na Região Metropolitana de Belo Horizonte);
 - Hortas Comunitárias, Hortas Escolares, Pró-Pomar, Plantio em Espaços Alternativos, Centro de Vivência Agroecológica (CEVAE), Restaurante Popular, Programa Abastecer;
 - Central de Abastecimento da Agricultura Familiar e Urbana (CAFA);
 - Território Sustentáveis, Trilha da Agroecologia e Trilha Gastronômica;
 - Feira Orgânica e Direto da Roça.

Roteiro de Entrevista - Atores Sociais

Gostaria de agradecer sua participação nesta entrevista e dizer que ela é muito importante. Vamos conversar sobre sua atuação e percepção sobre a agroecologia em Belo Horizonte. Não existem respostas certas ou erradas, o que realmente importa é sua opinião sobre o assunto. Você tem liberdade para responder como quiser.

A relação com a agroecologia:

1. Como e quando as ideias da agroecologia chegaram até você e seu coletivo/organização? Como você define agroecologia?
2. Como e quando surgiu seu coletivo/organização? Existem quantos integrantes? Existem membros de outros municípios?
3. Como e quando vocês começaram a trabalhar com agroecologia?
4. Quais as principais ações e atividades que vocês realizam?
5. Como ocorre a produção agrícola no município? Quais os principais desafios, dificuldades, problemas e conflitos? Quais são as vantagens e desvantagens da produção agrícola na Região Metropolitana de Belo Horizonte?
6. Como são adquiridas as sementes e mudas? E a captação da água?
7. Você e os outros membros do grupo/coletivo já foram beneficiados por alguma política pública (programa ou projeto) voltada para a agricultura (financiamento, crédito, tecnologia, treinamentos, incentivo à criação de cooperativas)? Se sim, qual?

A relação com as políticas públicas:

8. Quando você considera que a agenda da agroecologia foi incorporada pela Prefeitura de Belo Horizonte? (Patrus Ananias, PT - 1993 a 1996; Célio de Castro, PSB - 1997 a 2001; Fernando Pimentel, PT - 2001 a 2008; Marcio Lacerda, PSB - 2009 - 2016; e Alexandre Kalil, 2017 a 2020)
 - E para você, quais são as principais diferenças dessas incorporações nos governos de Belo Horizonte?
9. Quais são as formas de interação entre seu coletivo/organização e a PBH?
10. Quais os principais conflitos dessa interação? (no sentido da confrontação das ideias)

11. Existem espaços de debates e arenas?
12. Vocês usam estratégias de protesto?
13. Quais as estratégias que vocês utilizam?
14. Vocês participam dos espaços institucionalizados de participação? Se sim, como avalia? Limites e potencialidades.
15. Existem outras formas de interação que vocês estabelecem com os poderes municipais? Se sim, quais? (a política de proximidade - lobby; a ocupação de cargos na burocracia; entre outras)
16. Quais são os instrumentos de políticas públicas, leis, programas, instâncias, órgãos, cargos, protocolos e outros que incorporam as ideias da agroecologia?
 - Você acha que eles ajudam a melhorar as capacidades de ação do seu coletivo/organização para promover a agroecologia?
17. Quais as ideias de agroecologia são mais prevaletentes nas ações da PBH?
18. Vocês possuem aliados que as defendem? Pode me dizer quem? E contra, existe?
19. Quais são os principais pontos de conflitos?
20. Você considera que a política de agroecologia está institucionalizada na PBH? Avaliação - pontos positivos e negativos? Se mudar o gestor, ela permanece?

Apêndice B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O(a) Sr.(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa denominada “Agroecologia e Política: ações coletivas e institucionalização da agroecologia no município de Belo Horizonte” que tem como pesquisador responsável Gabriel Mattos Ornelas, mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais, e orientadora a Prof. Dra. Cláudia Feres Faria. A pesquisa busca analisar as relações entre as redes de agroecologia na Região Metropolitana de Belo Horizonte e os processos de institucionalização das ideias da agroecologia em instrumentos de políticas públicas na Prefeitura de Belo Horizonte. Por favor, antes de concordar em participar desta pesquisa leia com atenção este TCLE.

A pesquisa espera produzir conhecimento que possa ser útil a estudiosos, ao governo e à sociedade, para a compreensão e o aperfeiçoamento das discussões e ações nas temáticas de políticas públicas, agroecologia e segurança alimentar e nutricional em contextos urbanos. A sua participação no referido estudo será no sentido de falar sobre suas percepções e experiências, em forma de entrevista, sobre as ações coletivas de agricultura urbana e a institucionalização da agroecologia na Prefeitura de Belo Horizonte. A entrevista apresenta um roteiro de perguntas semiestruturadas, mas outras perguntas poderão ser acrescentadas de acordo com as respostas dadas e com os objetivos da pesquisa.

Este termo de consentimento garante o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas implicações, ou seja, tudo o que você queira saber antes, durante e depois de sua participação. Os dados coletados nessa pesquisa ficarão disponíveis para futuros estudos, mantidas todas as condições de privacidade e sigilo, atendendo à legislação brasileira (Resoluções Nº 466/12 e 441/11, a Portaria 2.201 do Conselho Nacional de Saúde e a Lei nº 13.709/18 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos. A sua entrevista será gravada, transcrita e armazenada por dez anos, em um dispositivo de memória de uso restrito da pesquisadora.

A sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, te identificar, será mantido em sigilo. Apesar de mínimo, existe o risco de que sua identidade possa ser, ainda assim, reconhecida, mesmo que a pesquisa não mencione seu nome e tome os devidos cuidados. Caso não se sinta confortável, o(a) Sr.(a) pode pedir que o pesquisador retire sua entrevista da pesquisa, seja qual for a etapa em que ela se encontre, sem qualquer prejuízo. Para participar deste estudo o (a) Sr. (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o (a) Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização (Código Civil, Lei 10.406 de 2002). Desde já, agradeço a sua participação.

Gabriel Mattos Ornelas

Pesquisadora Responsável: Gabriel Mattos Ornelas
 Programa de Pós-Graduação em de Ciência Política - Universidade Federal de Minas Gerais
 Telefone: (31) 99718-0511
 E-mail: gabriellornelas@gmail.com
 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5972709152749623>

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

Centro de Estudos Deliberativos da UFMG (CEDE/UFMG)
 Av. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha - Belo Horizonte - MG - CEP 31270-901
 FAFICH - Sala: 4115 - Telefone: 34995348. E-mail: claudia.feres.faria@gmail.com

Apêndice C - Sistematização dos principais documentos oficiais que mencionam o termo “agroecologia” no Diário Oficial do Município (1993 a 2021)		
Temática	Conteúdo	Disponível em:
DELIBERAÇÃO NORMATIVA Nº 023/99	Estabelece as normas de gestão e funcionamento dos Centros de Vivência Agroecológica / CEVAE-PBH, enquanto instrumentos de política pública de meio ambiente e segurança alimentar do Município de Belo Horizonte.	http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=863555
DELIBERAÇÃO NORMATIVA Nº 31/2000	Dá nova redação à Deliberação Normativa 023/99 - COMAM , que dispõe sobre as normas de gestão e funcionamento dos Centros de Vivência Agroecológica -CEVAE / PBH.	http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=875090
REGIMENTO ÚNICO DAS COMISSÕES LOCAIS DOS CEVAES (CLC)	As Comissões Locais dos CEVAEs (CLC) estabelecidas pela Deliberação Normativa nº 031/2000, publicada no Diário Oficial do Município - DOM, de 29 de maio de 2000, tem seu funcionamento e organização regidos por este instrumento.	http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=881777
DECRETO Nº 16.811, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017	Regulamenta a Lei nº 10.589, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte – Comusan-BH. Art. 3º – O Comusan-BH será composto por vinte e quatro membros titulares, e respectivos suplentes, designados por ato do Prefeito, sendo: VI – seis representantes de áreas afins do setor de alimentos: a) três representantes de entidades com atuação em reforma agrária, agricultura familiar, agricultura urbana, agroecologia e meio ambiente;	http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1188233
DECRETO Nº 17.056, DE 29 DE JANEIRO DE 2019.	Altera o Decreto nº 16.679, de 31 de agosto de 2017, que dispõe sobre a organização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. Art.14-A – A Diretoria de Desenvolvimento Econômico Sustentável tem como competência coordenar, orientar e avaliar estratégias que promovam o desenvolvimento econômico do Município por meio da facilitação de investimentos que adotem práticas de produção e consumo sustentáveis, com atribuições de: III – orientar empresas interessadas em investir em Belo Horizonte nas áreas ligadas à economia verde, energia limpa, tratamento e reciclagem de resíduos e agroecologia;	http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1206659
ADESÕES AO PROTOCOLO DE INTENÇÕES	PROCESSO: 01-147.282/18-52 Objeto: estabelecimento de cooperação institucional para o fortalecimento da agroecologia na Região Metropolitana, Colar e entorno de Belo Horizonte, com vistas à implantação do Sistema Participativo de Garantia – SPG. Participes que aderiram ao Protocolo: Prefeituras Municipais de Betim, Brumadinho, Capim Branco, Esmeraldas, Florestal, Igarapé, Itaguara, Lagoa Santa, Matozinhos, Nova Lima e Rio Acima.	http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1217120
I SEMINÁRIO INTERNACIONAL E III SEMINÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA	EDITAL PARA SUBMISSÃO DE RESUMOS EXPANDIDOS E RELATOS DE EXPERIÊNCIAS 01/2019 Os eixos temáticos apresentados a seguir buscam explicitar interfaces possíveis entre a Gastronomia e a configuração de Sistemas Alimentares	http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1218206

ALIMENTAR E NUTRICIONAL	na Região Metropolitana de Belo Horizonte, considerando, especialmente, a perspectiva da Agroecologia	
PORTARIA CONJUNTA SLU/SMASAC/SMMA No 005/2019, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019	Estabelece a atuação conjunta entre os órgãos para implantação e manutenção do Centro Municipal de Agroecologia e Educação Ambiental para Resíduos Orgânicos – CEMAR e institui seu Comitê Gestor.	
RESOLUÇÃO COMUSAN-BH Nº 01/2019	<p>Art.1º - Publicizar as deliberações e a moção aprovadas pela IV Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte, realizada no dia 21 de setembro de 2019, nos termos do Anexo Único que integra a presente resolução para todos os fins de direito.</p> <p>EIXO 2: Desenvolvimento Sustentável e Fortalecimento da Agricultura Familiar</p> <p>1. Mapear e fomentar vazios urbanos e terrenos institucionais para a produção de alimentos saudáveis, compostagem e outras práticas agroecológicas por meio da implantação de sistemas agroecológicos.</p> <p>3. Ampliar os programas de comercialização de gêneros alimentícios direto do agricultor agroecológico e orgânico, os circuitos curtos de produção e consumo da agricultura urbana e a qualificação, monitoramento e avaliação de todos os programas de comercialização.</p> <p>10. Ampliar as ações integradas na região metropolitana de Belo Horizonte a partir do Sistema Participativo de Garantia – SPG e promover e apoiar Fóruns de Agroecologia e SAN.</p> <p>11. Disponibilizar um aplicativo para divulgar a produção e a comercialização da agricultura familiar na zona urbana.</p> <p>12. Promover processos de formação sobre agroecologia e SAN com servidores/as da PBH e públicos beneficiários das diferentes políticas setoriais.</p> <p>EIXO 3: Desigualdade, Pobreza e Fome</p> <p>4. Oferecer ações de educação alimentar e nutricional e de agroecologia para todos os grupos, a partir da infância, buscando incentivar o consumo de alimentos saudáveis e prevenção ao desperdício de alimentos a partir da oferta de oficinas nos espaços públicos governamentais e sociedade civil.</p>	http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1222731
PORTARIA SMASAC Nº 017/2020	<p>Designação de gestor do convênio do Ministério da Cidadania – SICONV nº. 892002/2019.</p> <p>“Estabelecer parceria com organização da sociedade civil para realização de curso, oficinas e encontro para a formação em agricultura urbana, agroecologia e construção social de mercados em Belo Horizonte.”.</p>	http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1224617
ADESÕES AO PROTOCOLO DE INTENÇÕES	<p>PROCESSO: 01-147.282/18-52</p> <p>Objeto: estabelecimento de cooperação institucional para o fortalecimento da agroecologia na Região Metropolitana, Colar e entorno de Belo Horizonte, com vistas à implantação do Sistema Participativo de Garantia – SPG.</p> <p>Participes que aderiram ao Protocolo: Fundação João Pinheiro, Prefeituras Municipais de Contagem, Ibirité, e Mário Campos.</p>	http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1227244

<p>DECRETO Nº 17.530, DE 22 DE JANEIRO DE 2021.</p>	<p>Altera o Decreto nº 16.684, de 31 de agosto de 2017, que dispõe sobre a estrutura orgânica dos órgãos e entidades do Poder Executivo que especifica, e dá outras providências.</p> <p>V – Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional:</p> <p>a) Assessoria de Planejamento e Gestão;</p> <p>b) Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional Mercado da Lagoinha;</p> <p>c) Diretoria de Fomento à Agroecologia e Abastecimento:</p> <p>1 – Banco de Alimentos;</p> <p>2 – Gerência de Fomento à Agroecologia, Agricultura Familiar e Agricultura Urbana;</p> <p>3 – Gerência de Apoio ao Abastecimento e Comercialização:</p> <p>3.1 – Feira Coberta do Padre Eustáquio;</p> <p>3.2 – Mercado Distrital do Cruzeiro;</p> <p>3.3 – Feira Coberta do Bairro São Paulo;</p> <p>3.4 – Sacolão ABasteCer;</p> <p>3.5 – Mercado Distrital de Santa Tereza;</p> <p>3.6 – Central de Abastecimento da Agricultura Familiar e Urbana;</p> <p>d) Diretoria de Assistência Alimentar:</p> <p>1 – Gerência de Gestão Administrativa da Assistência Alimentar;</p> <p>2 – Gerência de Logística e Controle de Qualidade;</p> <p>3 – Gerência de Nutrição;</p> <p>e) Diretoria de Unidades de Alimentação Popular:</p> <p>1 – Gerência de Apoio à Gestão das Unidades de Alimentação Popular:</p> <p>1.1 – Restaurante Popular Herbert de Souza;</p> <p>1.2 – Restaurante Popular Josué de Castro;</p> <p>1.3 – Restaurante Popular Maria Regina Nabuco;</p> <p>1.4 – Restaurante Popular Dom Mauro Bastos;</p> <p>1.5 – Refeitório Popular João Bosco Murta Lajes;</p>	<p>http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1239247</p>
<p>DELIBERAÇÃO NORMATIVA DN/COMPUR 01/2021</p>	<p>Dispõe sobre as diretrizes gerais para as áreas de centralidades, indica prioridades para destinação dos recursos vinculados ao Fundo de Desenvolvimento Urbano das Centralidades - FC e dá outras providências.</p> <p>Art. 1º - São diretrizes gerais para as áreas de centralidades:</p> <p>I - Qualificação urbana e sustentabilidade:</p> <p>k) Agroecologia: considerar o melhor aproveitamento do uso do espaço urbano por meio da integração entre a produção agroecológica e ações urbanísticas, ambientais, econômicas, sociais e culturais.</p>	<p>http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1240173</p>

Apêndice D - Termo de Compromisso de Utilização de Dados (TCUD)



Termo de Compromisso de Utilização de Dados (TCUD)

1. Identificação do pesquisador

- a) **Nome completo:** Gabriel Mattos Ornelas
- b) **Matrícula:** 2019666590
- c) **Telefone:** (31) 99718-0511
- d) **E-mail:** gabriellornelas@gmail.com
- e) **Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/5972709152749623>

2. Identificação da pesquisa

- a) **Título do Projeto:** “Agroecologia e Política: ações coletivas e institucionalização da agroecologia no município de Belo Horizonte”
- b) **Curso/Departamento:** Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCP/UFMG)
- c) **Pesquisador Responsável:** Gabriel Mattos Ornelas - Mestrando em Ciência Política
- d) **Orientadora:** Cláudia Feres Faria - Professora Doutora Associada do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (DCP/UFMG)

3. Descrição dos Dados

São dados a serem coletados: Balanço Anual e Cadastro de Agricultura Urbana vinculados à Diretoria de Fomento à Agricultura Familiar, Agricultura Urbana e Abastecimento (DFAB) da Subsecretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN) da Prefeitura de Belo Horizonte, registrados no período entre 2017 e 2020. Os dados obtidos na pesquisa somente serão utilizados para o projeto vinculado. Para dúvidas de aspecto ético, pode ser contactado o Centro de Estudos Deliberativos da UFMG (CEDE/UFMG): Av. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha - Belo Horizonte - MG - CEP 31270-901 - FAFICH. E-mail: claudia.feres.faria@gmail.com.

4. Declaração do pesquisador

O pesquisador envolvido no projeto se compromete a manter a confidencialidade sobre os dados coletados nos arquivos da SUSAN, bem como a privacidade de seus conteúdos, como preconiza a Lei nº 13.709/18 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Declaro entender que a integridade das informações e a garantia da confidencialidade dos dados e a privacidade dos indivíduos que terão suas informações acessadas estão sob minha responsabilidade. Também declaro que não repassarei os dados coletados ou o banco de dados em sua íntegra, ou parte dele, a pessoas não envolvidas na equipe da pesquisa. Os dados obtidos na pesquisa somente serão utilizados para este projeto. Todo e qualquer outro uso que venha a ser planejado, será objeto de novo projeto de pesquisa. Assino este Termo de Consentimento de Uso de Banco de Dados, para a salvaguarda dos direitos de proteção dos dados.

Belo Horizonte, 09 de dezembro de 2020.

5. Autorização da Instituição

Declaramos para os devidos fins, que cederemos ao pesquisador apresentado neste termo, o acesso aos dados solicitados para serem utilizados nesta pesquisa. Esta autorização está condicionada ao cumprimento do pesquisador, comprometendo-se o mesmo a utilizar os dados, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Belo Horizonte, dia 14 de janeiro de 2021.

Daniela Adil Oliveira de Almeida - DFAB/SUSAN/SMASC/PBH

Anexos

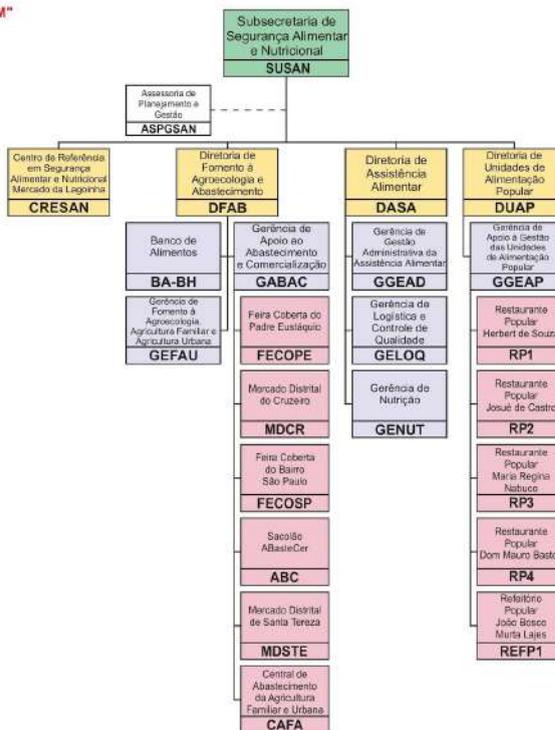
Anexo A - Estrutura Organizacional da SUSAN/PBH



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SUBSECRETARIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

"Este organograma não substitui o oficial gerado pelo SIOM"



LEGISLAÇÃO:

Lei n.º 11.065, de 01 de agosto de 2017.
Lei n.º 11.163, de 01 de abril de 2019.
Decreto n.º 16.084, de 31 de agosto de 2017.
Decreto n.º 17.530, de 22 de janeiro de 2021.

Atualizado em 10/02/2021 - GEORG

Anexo B - Sistemas Agroecológicos Coletivos / Comunitários		
REGIONAL	NOME DO SISTEMA	ENDEREÇO
BARREIRO	Residencial Jardim Castanheiras	R. Lua Nova, s/n, Castanheiras I
	Horta Comunitária Jardim Produtivo	R. S Dois, Conjunto Pongelupe
	Horta Comunitária Vila Pinho	R. Olaria, 1050 - Diamante
	Horta Comunitária Jardim Liberdade	R. Abadias, 318 - Bonsucesso (em frente ao campo de futebol)
	Horta Comunitária Tirol Ativo	R. Carlos Shirmer - Tirol
	Horta Comunitária do Bairro Milionários e Adjacências (EE Celso Machado)	R. Dona Luiza, 491 - Milionarios
	Horta comunitária Verde Sol (Centro Cultural Bairro das Indústrias)	R. dos Industriários - 289 - Indústrias I
	Nossa Horta: Plantar é saudável (Parque Ecológico Vida e Esperança do Tirol)	Av. Expedito de Faria Távares, 240 - Marilândia Jatobá
	Pongelupe	R. W5, 358 - Pongelupe
	Área em Frente à Vila Pinho	R. da Olaria com R. do Torno, Diamante
CENTRO-SUL	Horta Esperança (Barragem Santa Lúcia)	Rua H - Barragem Santa Lúcia
	Horta Associação Moradores Vila Santana Cafezal	R. Bela Vista, 56 - Santana do Cafezal
	Agrofloresta Vila Acaba Mundo (Coletivo Cabeça Nascente)	R. Desengano, 170 - Acaba Mundo
	Agrofloresta Flor da Montanha (Roots Ativa)	R. Flor de Maio, 392 - Nossa Senhora de Fátima
	Núcleo Capão - Projeto Manuelzão UFMG	Rua José Sabino Maciel, 188 - Lagoa
LESTE	Horta Comunitária Pompéia (Pastoral da Família e Usuários - Paróquia)	R. Iara, 202 - Pompéia
	Abrigo Municipal Pompéia	R. Raimundo Venâncio da Silva, 29 - Santa Efigênia
	Escadão Agroecológico	R. Tulipa, 135 - Esplanada

	Horta Comunitária Bela Vista (Taquaril)	R. Três Marias - Taquaril
	CEVAE Taquaril	R. Estr. dos Freitas - Granja de Freitas
	Recicla Esplanada	Av. Belém com R. Padre Feijó, 15 - Vera Cruz
	Recicla Esplanada	Av. Belém com R. Padre Feijó, 110 - Vera Cruz
	Horto - espaço do condomínio	R. Gustavo da Silveira, 1000, Horto
NORDESTE	CEVAE Capitão Eduardo	R. das Macaúbas, s/nº - Capitão Eduardo
	Horta Comunitária Ebenézer	Av. Magenta, 450 - Vitória
	Horta Comunitária Tudo Saudável	R. Terracota, 96 - Vitória
	Horta Comunitária Ribeiro de Abreu (COMUPRA)	R. Serra dos Órgãos, 335 - Ribeiro de Abreu
	Agrofloresta do Ribeiro de Abreu	R. Antônio Ribeiro de Abreu, 842 - Ribeiro de Abreu
	Horta Comunitária Coqueiro Verde - Conjunto Paulo VI	R. das Almas, 200 - Conjunto Paulo VI
	Horta Comunitária Seu Geraldo	R. 50-A, 59 - Novo Aarão Reis
	Horta Comunitária Frutos da Terra	R. São Gregório, s/nº - São Gabriel
	Quintal do Sô Antônio - Hortelões da Lagoinha	R. Francisco Soucasseeux, 11 - Lagoinha
NOROESTE	CEVAE Coqueiros	R. Eneida, 1589, Coqueiros
	CRPI - Centro de Referência da Pessoa Idosa	R. Perdizes, 336 - Caiçaras
	Caiçaras	R. Ciclópica com R. Aerolito
	Horta do Pindorama/SLU	R. Macarena - Pindorama
NORTE	Horta Comunitária Esperança - Ocupação Izidora	Ocupação Esperança - Izidora
	Horta Familiar do Vitória - Ocupação Izidora	Ocupação Vitória - Izidora

	Horta no Centro de Saúde Jaqueline 2	R. João Pereira Lima, 50 - Jaqueline
	Horta Centro de Saúde Novo Aarão Reis	Av. Detetive Eduardo Fernandes, 200 - Novo Aarão Reis
	Etelvina Carneiro	R. Mar de Rosas
	Equipe PAC Bacias	R. 50 A - Novo Aarão Reis
	Jardim Felicidade - Coletivo A Juventude	R. Manuel Ventura (antiga R. 2) - Jardim Felicidade
OESTE	CEVAE Morro das Pedras	Rua Belford Roxo, 215 - Nova Granada
	Morro Verde (Associação História em Construção)	Beco Dona Clara, Vila Antena - Morro das Pedras
	Unidade de Compostagem Comunitária - Parque Jacque Cousteau	R. Augusto José dos Santos, 366 - Estrela do Oriente
	CEMAR	R. Nilo Antônio Gazire, 147 - Estoril
PAMPULHA	Agrofloresta do Brejinho (Coletivo Taboa)	Rua Alcobaça, 343 - São Francisco
VENDA NOVA	CEVAE Serra Verde	Rua Sebastião Gomes Pereira, 140 - Serra Verde
	Centro Comunitário Serra Verde	R. João Batista Fernandes, 85 - Serra Verde
	Horta Compartilhada (Centro Cultural Venda Nova)	R. José Ferreira dos Santos, 184 - Jardim dos Comerciantes
Fonte: https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/susan/fomento/sistemas-de-producao/coletivas-e-comunitarias		